

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES

CULTURA PORTUGUESA: A CONTEMPORANEIDADE

*Relatório*

(Métodos de Ensino, Programa, Conteúdos e Bibliografia)

Universidade de Fernando Pessoa

Janeiro 2024

JOÃO BARTOLOMEU RODRIGUES

## CULTURA PORTUGUESA: A CONTEMPORANEIDADE

### *Relatório*

(Métodos de Ensino, Programa, Conteúdos e Bibliografia)

Relatório elaborado nos termos do disposto na alínea *b*)  
do Art.º 5º do Decreto-Lei nº 239 / 2007, de 19 de junho,  
para Provas de Agregação em Ciências da Comunicação

Universidade Fernando Pessoa

Janeiro 2024

## Índice Geral

0. Sobre uma <i>página escrita e a sua leitura</i> -----	05
1. Introito -----	06
2. Em torno da Cultura Contemporânea -----	12
3. Avaliação -----	25
4. Programa da disciplina -----	33
5. Justificação e desenvolvimento dos conteúdos programáticos -----	38
5.1. Introdução -----	38
5.2. Da Revolução Liberal à Constituição de 1822: princípios fundamentais do ideário liberal e suas fontes -----	44
5.2.1. O regresso do rei -----	47
5.2.2. A Constituição de 1822 -----	47
5.2.3. A Independência do Brasil -----	50
5.2.4. O Grito do Ipiranga -----	51
5.3. A “evolução” do constitucionalismo: o primeiro liberalismo -----	52
5.3.1. Contrarrevolução Absolutista -----	52
5.3.2. Morte e de sucessão D. João VI -----	53
5.3.3. A Tomada do poder por D. Miguel -----	55
5.3.4. A Guerra Civil -----	55
5.4. O segundo liberalismo -----	58
5.4.1. Setembrismo -----	59
5.4.2. Cabralismo -----	61
5.5. A imprensa nos caminhos da Regeneração -----	63
5.5.1. Almeida Garrett -----	64
5.5.2. Alexandre Herculano -----	72
5.5.3. O Contributo do jornal <i>O Panorama</i> para a Regeneração -----	76
5.5.4. O significativo ano de 1852 -----	96
5.6. A questão religiosa: o Ultramontanismo -----	107
5.7. Cultura e mentalidades -----	112
5.7.1. A Geração de 70 -----	112
5.7.2. As Conferências do Casino de 1871 -----	117
5.7.3. A suspensão das Conferências do Casino -----	122
5.8. O último império: Do Ultimato Inglês à implantação da República -----	124
5.8.1. O último projeto de um império -----	124
5.8.2. A abolição da escravatura -----	126
5.8.3. Conferência de Berlim e o Mapa Cor-de-Rosa -----	128
5.8.4. Do ultimato inglês -----	129
Conclusão -----	131

6. Bibliografía -----	132
7. Anexos -----	141

## 0. Sobre uma página escrita e a leitura

Confessava Miguel Torga (1907-1995), em 1939, na obra *A Criação do Mundo*, o que o tempo lhe ensinara: “não há espelho mais transparente do que uma página escrita. É nela que fica testemunhada para todo o sempre a verdade irreversível do autor”. Ao longo dos seus 88 anos, reafirmou várias vezes esta confissão do 1.º Dia da Criação. M. Torga referia-se aí ao texto literário e poético, mas também à epistolografia, à crónica, ao registo íntimo e biográfico de um Diário. Será que podemos, sem mais, fazer a transposição da afirmação para as páginas de um texto como este? Talvez não. Mas porque lhes reconhecemos feliz acerto, estamos em crer que não trairemos a intenção do seu autor se estendermos a afirmação a qualquer página escrita, mesmo a estas, no âmbito de um programa disciplinar para provas de agregação, nas quais, como manda a alínea b) do Art.º 5º do Decreto-Lei nº 239 / 2007, de 19 de junho, deve constar «a apresentação de um relatório sobre uma unidade curricular, grupo de unidades curriculares, ou ciclo de estudos, no âmbito do ramo do conhecimento ou especialidade em que são prestadas as provas». Nas páginas escritas que se seguem, apresentamos, pois, e justificamos uma certa ordem de razões, de metodologias, de conteúdos e de bibliografia de uma Unidade Curricular, numa determinada área de estudos, que pese embora possa ser enquadrada no âmbito das Ciências da Cultura, ela gravita claramente no espectro das Ciências da Comunicação: razão mais do que suficiente para apresentar estas provas no âmbito da Comunicação. Apresentaremos de forma clara e sucintas as razões que permitem e justificam este enquadramento na área disciplinar da comunicação: a primeira razão prende-se diretamente com a temática da lição, onde se destaca a história de *O Panorama*, o seu fundador e outros colaboradores e o contributo desta publicação (1837 – 1868) para o que viria a ser a tentativa da regeneração de Portugal; a segunda razão prende-se diretamente com o conjunto de publicações resultantes da investigação por nós levada a cabo sobre este jornal, a saber: *Antologia de Textos Pedagógicos* (2010); *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano -Tomo I* (2021), *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano -Tomo II* (2022) e *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano -Tomo III* (2023); o terceiro argumento que aqui invocamos prende-se com o destaque que neste Relatório damos ao papel da imprensa nos caminhos da regeneração (dentro deste terceiro argumento, destacamos três aspetos particularmente significativos valorizados neste relatório: o papel de Almeida Garrett e Alexandre Herculano, não só enquanto fundadores de jornais, mas sobretudo enquanto eminentes jornalistas que souberam usar a imprensa a favor das causas que abraçaram; o papel dos jornais de língua

portuguesa, impressos no estrangeiro, em períodos mais conturbados, na luta contra o absolutismo e, ainda, a apresentação do estudo que fez o levantamento da avalanche de jornais que foram publicados no famigerado ano de 1852); o quarto argumento que justifica que o enquadramento deste Relatório no âmbito da comunicação resulta da leitura do quadro referente à listagem dos periódicos referidos ao longo deste Relatório: dos 77 jornais referidos neste relato (veja-se o Anexo IX), dezanove são citados. Estes números são, por um lado, sintoma mais do que evidente para mostrar que há um denominador comum que fundamenta e legitima o enquadramento destas provas no âmbito das Ciências da Comunicação; por outro, a leitura das páginas que se seguem deixam claro que a imprensa oitocentista portuguesa aparece como denominador comum que suporta e transporta consigo o potencial e efetivo desenvolvimento não só cultural, ideológico e político do país, como aponta os caminhos da regeneração.

Em 2008 defendemos uma tese de doutoramento, em Ciências da Educação, intitulada “A Educação no Jornal *O Panorama*”; a investigação que o CV reflete, traduz a vagabundagem de “um filho pródigo” que regressa à sua zona de conforto, mas regressa munido das vivências que a viagem proporcionou. Pelo que não pode deixar de nos espelhar de algum modo.

Um século antes de Torga, precisamente, no dia 6 de maio de 1837, o sábado em que o primeiro número de o *Jornal “O Panorama”* era dado à estampa, Alexandre Herculano proferia solenemente e com propriedade aquilo a que numa publicação recente designámos de “Elogia da leitura”. As palavras eram precisamente estas:

De todas as coisas que se oferecem ao Homem para lhe criar momentos de ócio, é a leitura talvez a mais aprazível, e seguramente a mais proveitosa. Sem quebrar o seu repouso doméstico, sem vaguear pelas ondas do oceano ou trilhar peregrino as direções e desvios de países remotos, diante de seus olhos se corre o pano à cena do mundo passado e presente, e do mundo da ciência e da arte: trava conversação com as personagens mais distintas de todas as épocas e com os mais nobres engenhos de todas as idades: trata as inteligências dos diversos países, e bebe a largos tragos na taça da sabedoria. Cidadão de todas as repúblicas, membro de qualquer sociedade, contemporâneo de qualquer século, só o Homem dado à leitura pode com verdade dizer que para ele foi o Universo criado<sup>1</sup>.

Estas palavras, não só dirigidas aos leitores, mas sobretudo aos seus pares e governantes, eram já *o princípio da sementeira*: sementeira a que Herculano dedicou por

---

<sup>1</sup> RODRIGUES, João – *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano* – vol. I. Ed. Mundis, 2021, p.6.

inteiro a sua vida (mesmo no retiro de vale de lobos), assumindo a vocação a que se sentiu chamado - “regenerar a nação portuguesa e pô-la no carril do desenvolvimento”. Na *página escrita* há quase dois séculos e que o tempo não apagou, recolhia-se, decantado, o sentido de uma vida inteira devotada ao saber, às letras e à *cultura*, tantas vezes mediada pela imprensa, que levou o seu admirador Miguel de Unamuno a declarar que Herculano foi “nada menos de todo *un hombre*”. O testemunho sapiente, sereno e confiante de Herculano calou fundo em nós, e continua a calar, hoje, na UTAD, mormente num quadro de imperativos que, hoje, parece cada vez mais estreitar e comprometer, nas universidades, o amor da sabedoria, a desinteressada busca da verdade e a paixão pelo ensino. Pomos, assim, a mão na consciência e procuramos carregar na nossa prática pedagógica o peso das palavras elogiosas com que José de Torres, precisamente no jornal *O Panorama*, bafeja a mais nobre das profissões que o mundo já conheceu:

Bom mestre! Que sedutor e risonho que é o quadro dos frutos que produz! Tudo são bênçãos em torno dele. De tenras vergôntes fez a sua ilustração e bom espírito os melhores esteios sociais. Deu aos pais, filhos submissos e respeitosos, que lhes encham de contentamento a velhice: para a família e para a sociedade criou membros mais acrisolados nos afetos, mais ternos nos sentimentos; membros que hão-de preparar novo lustre, aos seus nomes e aos dos seus; que no amor à aplicação, no ódio à preguiça e à guerra, prometem às esposas esteio e paz afetuosa; aos filhos descendência mais ilustre; à nação mais uma pérola, mais um servidor de consciência, que não a engane, e lhe aproveite como cento<sup>2</sup>.

Não podemos calar as palavras que Araújo e Castro, em carta datada de 5 de dezembro de 1843, dirigiu ao Diretor de *O Panorama*, precisamente sobre os efeitos salutareos que o exercício da leitura da escrita provocam na sociedade: “enquanto houver quem escreva e quem leia, existe um sintoma de vida social, e uma esperança de que alguém se aproveite; e as gerações futuras, sendo mais esclarecidas e virtuosas, hão-de ser por consequência mais felizes do que a presente”<sup>3</sup>.

## 1. Introito

Aquelas palavras de Herculano (1837) ainda nos tocam singularmente porque a unidade curricular de *Cultura Portuguesa – A Contemporaneidade* oferece-nos

---

<sup>2</sup> TORRES, de José – “Instrução elementar III”. *O Panorama – Jornal Litterario e Instrctivo*, n.º 35, de 27 de agosto de 1853, p. 275. Doravante este jornal será referido como *O Panorama*.

<sup>3</sup> ARAÚJO E CASTRO, Filipe Ferreira de – “Estudos Morais e Políticos D’um Velho Ministro d’Estado”. In *O Panorama*, n.º 106 de 6 de janeiro de 1844, p. 2.

justamente a oportunidade da viagem que o leitor atento de “boas leituras” tem o ensejo de usufruir, bebendo a traços largos da taça da sabedoria que a viagem da leitura lhe proporciona. Não menos auspiciosas, são as palavras com que José de Torres (1853) eleva a dignidade dos professores: nelas nos revemos e a sala de aulas converte-se naturalmente no lugar a na oportunidade de oferecer à nação as referidas “pérolas de potenciais servidores de consciência que não a enganem”.

Se o presente Relatório visa responder ao preceituado no Artigo 9º do Decreto-Lei nº 301/72, de 14 de agosto, onde se prescreve que, no concurso para provas de agregação se deve apresentar "um relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias da disciplina, ou de uma das disciplinas do grupo", fazemo-lo, por um lado, na humilde condição de candidato que foi admitido às provas de agregação na área das **Ciências da Comunicação**; mas por outro, avançamos de consciência tranquila para a elaboração deste Relato, porque sabemos que o caminho não se perde na solidão de uma vereda, mas reinventa-se numa travessia que sempre contou com a “cumplicidade” dos alunos. Essa cumplicidade percebemo-la com maior nitidez, quando temos a sorte de acompanhar os mesmos alunos no 1.º, no 2.º e no 3.º ano da licenciatura: em 2019 – 2020, no âmbito da UC *Leitura de Textos Clássicos I*, onde desconstruímos paradigmas e mergulhámos na ancestralidade do Crescente Fértil; em 2020 – 20221, no âmbito da *Cultura Portuguesa – A Contemporaneidade*, onde fizemos a travessia dos séculos XIX e XX e procurámos entranharmo-nos com esses mesmos alunos no âmago da Cultura Portuguesa, fazendo-os beber nas fontes da imprensa, de onde emerge o pensar das mais ilustres figuras da galerias dos nossos pensadores oitocentistas. Mas foi no ano 2021 – 2022, no âmbito da UC *História do Pensamento Português*, já no 3.º ano que pudemos ver a evolução destes alunos: motivados por estímulos que habitualmente só são ativados nos mestrados e doutoramentos, foi com particular satisfação que pudemos ver vários alunos que sob a nossa orientação viram os seus trabalhos publicados em Revistas científicas; outros foram notificados da aceitação dos respetivos artigos, aguardando a publicação no momento em que escrevemos este Relatório. Não procuramos o reconhecimento dos ex-alunos que nos agradecem “por tudo o que fez por nós”, mas também não o enjeitamos: estimulamos, tão-somente, a dar continuidade à sementeira e ultrapassar qualquer pedra de tropeço que surja no caminho. Significativo foi o reconhecimento, corroborado por outros colegas, que nos levou a afirmar: “em vinte ano de docência, foram os melhores alunos que me passaram pela mão”!

Pretendemos, assim, com este relato, de forma tão simples, quanto objetiva, facultar um conjunto de informações respeitantes à UC de *Cultura Portuguesa – a Contemporaneidade* da Licenciatura de Línguas, Literaturas e Culturas da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Não nos induzem quaisquer preocupações de índole exaustiva até porque estamos perante uma UC com fronteiras algo fluidas e cujo temário e orientação depende muito de fatores extrínsecos.

Transpor aquilo que se passa na sala de aulas para um Relatório desta natureza é um exercício que nos compunge, porque há um sentimento de traição que nos assalta: Vieira, na advertência que faz aos leitores dos seus *Sermões* parece ter experimentado a mesma sensação, avisando-os que “sem a voz que os anima, ainda que ressuscitados, são cadáveres”. Com esta consciência do fosso que separa a aula viva do relato que dela produzimos, procuraremos, mitigando as contingências que lhe são inerentes, apresentar o programa (e sua fundamentação e explicitação) e respetivos conteúdos, métodos de ensino – teórico e prático, avaliação e demais informações, em ordem a fornecer uma imagem, ainda que virtual, do *modus operandi* do processo ensino-aprendizagem desta UC, e, concretamente, no espaço da sala de aula, o *sitz im leben* onde o docente cumpre o seu estatuto de professor .

Depois deste exórdio e sem qualquer conceito predicável que nos possa siva de mote, trilharemos o caminho que os sumários resultantes da FUC nos apontam. Declaramos, desde já, que não há duas aulas iguais, ainda que os sumários se possam repetir nos anos subsequentes: saudamos, assim, o currículo oculto e a margem de liberdade de que o professor universitário beneficia quer na comunicação, quer no alargamento dos conteúdos, quer mesmo na adaptação da metodologia à situação da aula criado pelo exórdio ou qualquer outra circunstância. Queremos com isto dizer que a condição de professor requer uma ductilidade e disponibilidade para, sendo necessário, não seguir um programa à risca, como uma cartilha, mas como um caminho que se faz a andar, embora se saiba de onde se vem e aonde se quer chegar, já que sem isso nenhum vento é *opportunus*, diria Cícero. Mas o mapa jamais pode substituir a experiência da viagem. É o caminho e não a meta o mais importante, porque esta vem sempre por acréscimo se aquele for bem calcorreado. Este procedimento algumas vezes obriga-nos a relativizar o esquema das aulas, cuja tipologia é teóricas-prática, a estabelecer uma fronteira, frequentemente artificial, entre aulas eminentemente teóricas e outras com um pendor mais próximo do que habitualmente se designa por uma aula prática. Apesar deste esquema ser extremamente subsidiário do tradicional *modus operandi* das Ciências

Exatas (de manhã no auditório e à tarde no laboratório), não deixamos de lhe reconhecer algumas virtualidades. Ninguém deixará de reconhecer que, no âmbito das Ciências da Cultura e da Comunicação, uma boa teoria ou textos chamados teóricos são realidades eminentemente práticas, para agir, e que certas práticas (mesmo materiais e prosaicas, não são possíveis sem uma boa teoria).

No que se refere ao problema da delimitação histórica, a ideia principal que em âmbito introdutório se quer transmitir aos alunos é que na História, como na vida, não há saltos abruptos (mesmo nas “revoluções”), não há solução de continuidade, mas processos de tomada de consciência. A Época Contemporânea refere-se ao período cronológico da história da humanidade, no mundo ocidental, que decorre desde os finais do século XVIII até aos nossos dias. A periodização tradicional inicia esta época em 1789, com a Revolução Francesa, mas não podemos ignorar que os ideais iluministas influenciaram uma série de movimentos político-sociais ocorridos na Europa e nas Américas, entre aproximadamente 1770 e 1850. Era o início da Época Contemporânea. A Revolução Americana representa o ponto de partida desses movimentos conhecidos por Revoluções Liberais. Assim, no que se refere ao princípio ou marco inicial da Contemporaneidade, não tem qualquer cabimento dizer que ela começou exatamente no dia 4 de julho de 1776, com a assinatura da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, ou no ano de 1789, com a Revolução Francesa ou ainda no dia 24 de agosto de 1820 com a eclosão da revolução liberal na cidade invicta. Mais do que marcos temporais que estabeleçam balizas periódicas para assinalar o início de uma época, importa perceber os contextos e processos que levam a alterações políticas, sociais e culturais significativas que nos possam ajudar a perceber as mudanças que nos permitam compreender e justificar a razão ou razões que levam os historiadores a diferenciar os marcos da cultura dos da filosofia, da literatura ou da História. Sirva-nos de exemplo o marco que António do Carmo Reis usa na *Nova História de Portugal* para sinalizar o início da Época Contemporânea – precisamente - “A Primeira República”<sup>4</sup>.

Tendo sido aprovada em reunião do Plenário do Conselho Académico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, realizada a 14 de outubro de 2011, ao abrigo das disposições do artigo 61.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, foi criado o 1.º Ciclo de Estudos em Línguas, Literaturas e Culturas. A UC *Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade* foi lecionada pela primeira vez na UTAD, no ano letivo 2013-2014,

---

<sup>4</sup> REIS, António do Carmo – *Nova História de Portugal*. Crua quebrada: Casa da letras, 2005, p. 185.

tendo sido o plano de estudos alterado em 2020. A área científica predominante em que se insere respeita às Humanidades (CNAEF 220). A *Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade* insere-se, dentro do plano de estudos, na área dos Estudos Culturais (EC) e é oferecida no 1.º semestre do segundo ano. Das 162 horas de tempo de trabalho, 60 são da tipologia TP e 2 OT, correspondendo a 6 ECTS (European Credit Transfer and Accumulation System).

## 2. Em torno da Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade

Não fortuitamente, a Unidade Curricular em apreço chama-se “Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade” e não “História da Cultura Portuguesa Contemporânea”. Esta, aliás, foi uma orientação adotada na UTAD, a partir de 2017. Não era um simples detalhe, pois correspondia a uma intenção deliberada de tornar a cultura como reflexão viva a fazer com os alunos, percorrendo com eles o caminho num diálogo franco com a História e com outros saberes, certamente, combatendo uma conceção de ‘história’ rocambolesca, romanceada, assente em milagres que nunca existiram e em piedosos ‘heróis’ que afinal não foram tão heróis como as piedosas lendas do *Flos Sanctorum*<sup>5</sup> nos pretendiam fazer crer. Aliás, é, para nós, sintomática e inspiradora a luta levada a cabo por Alexandre Herculano, não só com a publicação da sua *História de Portugal*, mas pelas polémicas vivas que suscitou sobre a crítica das fontes históricas aproveitadas como legítimas ou rejeitadas como impuras no processo da narração. O autor da *Voz do Profeta*, contemporâneo da contemporaneidade portuguesa (1810-1877), não enjeitou a vocação de profeta, a cujo chamamento respondeu positivamente, travando o bom combate não só pela causa das fontes históricas, mas também na proteção da religião e da moral que ele sentiu ameaçadas pelos embusteiros santificadores da superstição:

se pretendemos com o nosso débil braço amparar a religião e a moral, que desabam, somos fanáticos; se tratamos a história como história, não como lendas de *Flos Sanctorum*; se maldizemos superstições, e crimes, e ambições, e ignorâncias, e corrupções sacerdotais, somos ímpios; ímpios porque não repetimos os embustes do hipócrita e invejoso Bossuet, do perseguidor do divino Fénelon, nem os contos miseráveis do ultramontano Barónio<sup>6</sup>.

Não resistimos à tentação de transcrever um breve trecho que Herculano insere na “Advertência da primeira edição” da *História de Portugal*, onde refere:

É, sem dúvida, custoso ver desfazerem-se em fumo crenças arreigadas por séculos, a cuja inspiração os nossos avós deveram, em parte, o esforço e a confiança na providência em meio dos grandes

---

<sup>5</sup> Mandado imprimir por D. Manuel I, este *Flos Sanctorum*, de autor anónimo, constitui uma extensa coleção de relatos de vidas de santos, desde os mártires romanos, até santos canonizados já na época medieval. Nunca explicitando as fontes utilizadas para a reconstituição das biografias, o autor deste *Flos Sanctorum* terá presumivelmente utilizado, como principal modelo, a partir talvez de tradução castelhana, o largamente difundido *Flos Santorum* de Jacobo de Voragine.

<sup>6</sup> HERCULANO, Alexandre. «O seculo – Educação – Asilos de primeira infância». In *O Panorama – Jornal Litterario e Instrctivo*. Vol II, segundo da primeira série. (1838, n.º 62, p. 211).

Cesare Baronio ou Caesar Baronius C.O. foi um historiador, religioso e cardeal italiano. Membro da Congregação do Oratório, seu nome é associado com a preparação dos primeiros volumes dos *Annales Ecclesiastici* e a revisão do *Martirologio Romano*, obras que Herculano identifica e combate em toda a linha.

riscos da pátria; crenças inventadas, talvez, para espertar os ânimos abatidos em circunstâncias difíceis. Sei isto; mas também sei, que a ciência da história caminha na Europa com passos ao mesmo tempo firmes e rápidos, e que se não tivermos o generoso ânimo de dizermos a nós próprios a verdade, os estranhos no-la virão dizer com mais cruel franqueza. Caluniadores involuntários do seu país são aqueles, que imaginam estar vinculada a reputação dos antepassados a sucessos vãos ou engrandecidos com particularidades não provadas nem comprováveis. Acaso Portugal não achará nas memórias verídicas da sua longa existência recordações famosas e puras para nos repreender com a energia e glória de outros tempos da degeneração e decadência presentes<sup>7</sup>?

Inspirados neste desiderato de Herculano que arrancou a nossa História das sombras das lendas, para a clara luz da realidade, parecem-nos oportunas as seguintes questões:

Em que medida a cultura oitocentista carece de indagações profundas e de apreciações sinceras e desinteressadas? Em que base de sustentação se apoia o ensino da Cultura Portuguesa Contemporânea? Mas sobretudo, qual o contributo da imprensa para o enquadramento e compreensão da contemporaneidade, sobretudo do oitocentismo português?

Em 1978, Alberto Ferreira reconhecia que a investigação no domínio da cultura portuguesa – precisamente a contemporaneidade – estava paralizada, reduzindo-se as publicações às perspectivas já apontadas nos anos 60. Sintoma claro da sensibilidade (ou falta dela) dos decisores políticos para potenciar e apoiar projetos que levem a uma reforma cultural, remetendo as questões emergentes para o limbo do esquecimento, sobrevivendo apenas na cabeça dos especialistas, aguardando por melhores dias. As quatro décadas que nos separam da afirmação produzida, sem prejuízo de alguns (poucos) trabalhos que têm sido dados à estampa, os materiais concernentes à história da nossa cultura contemporânea – urge dizê-lo – carecem de ímpeto criador: “A Cultura Portuguesa oitocentista carece de ser conhecida em textos fundamentais – está por organizar o *corpus* do movimento que se inicia com a primeira geração romântica e se prolonga in *grosso modo* nos primeiros anos do século XX”<sup>8</sup>. Importa, desde já, invocar o baluarte em que podemos estribar a busca da nossa identidade e o progresso da consciência nacional, bem como o significado das nossas opções comunitárias, as quais residem nas propostas

---

<sup>7</sup> HERCULANO, Alexandre - “Advertencia da Primeira Edição”. In *História de Portugal* Tomo I, (8.ª edição). Lisboa: Tipografia da da Empresa do Anuário Comercial, s/d, p. 23.

<sup>8</sup> FERREIRA, Alberto – *Estudos de Cultura Portuguesa – Século XIX*. Lisboa-Porto: Lixtera Editora, 1998, p. 9.

apresentadas pelos intelectuais, os arautos e os profetas da mudança. Verdadeiramente, a mudança reside na ilustração de uma elite política que só pode ser formada no contexto de uma escola. E necessariamente associado à escola, como seu resultado e seu condicionante, está a cultura.

Creemos ser importante sublinhar fortemente a inexistência de uma história geral da cultura. Tal significa que ainda não é exequível a investigação na vertical. Tal quer dizer que vivemos numa comunidade distraída, ou mesmo ignorante, dos seus padrões de cultura, do valor moral do seu património espiritual... Já o sabíamos. É significativo e urgente confirmar tão grave deficiência da comunidade<sup>9</sup>....

Aquilo que se espera da comunidade académica, particularmente de quem se ocupa da contemporaneidade portuguesa, é que arregace as mangas e arranque aos arquivos mortos, dispersos por cartas, panfletos, jornais e manuscritos o pensamento de quem urdiu a trama da nossa contemporaneidade.

Neste sentido, as *Ciências da Cultura* não podem prescindir da disciplina histórica (mas também de outras *ciências auxiliares*: a Comunicação, a Filologia, a Literatura, a Teologia, o Direito, a História da Arte, a Filosofia, as quais, embora a níveis diferentes, foram também áreas decisivas para o surto e a revalorização da *Contemporaneidade*, nos sécs. XIX, XX e XXI), desde logo para situar e problematizar a própria ideia de *Idade Contemporânea* no quadro de uma visão periodizante da História, moldura comparativa de onde ressalta o artificioso, regional e parcial dessas etiquetas historiográficas ocidentais (Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea), ainda que sejam muito úteis ou mesmo indispensáveis a alunos que chegam *desmemoriados*, sem qualquer horizonte histórico estabilizado, sem referências diacrónicas mínimas, quase incapazes de ordenar as figuras de Camões, Verney, Padre António Vieira, Alexandre Herculano, Fernando Pessoa, Teixeira de Pascoais, Agostinho da Silva e Eduardo Lourenço, num simples friso cronológico, ou de reconhecer três ou quatro obras marcantes do pensamento português, que vá para além das leituras obrigatória no ensino secundário: retirem os *Lusíadas*, o *Sermão de Santo António aos Peixes*, as *Viagens na Minha Terra*, *Os Maias* e uma ou outra obra de leitura obrigatória no ensino secundário e que conhecimentos acerca da Literatura Portuguesa trazem os nossos alunos?

Acresce que pensar com os autores que viveram no seu tempo é muito mais e diferente de repetir eruditamente o que eles disseram, de os situar no espaço e no tempo,

---

<sup>9</sup> FERREIRA, Alberto – *Antologia de Textos Pedagógicos do século XIX português*. Vol I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 52.

de os ‘enquadrar’ e relacionar no sentido em que um autor ‘x’ influenciou o ‘y’, por exemplo, De Fiori influenciou o Pe. António Vieira, este influenciou Fernando Pessoa e Pessoa, por sua vez, estende a sua influência a Agostinho da Silva.

Metodológica e pedagogicamente, pois, há um desafio imenso para quem leciona este tipo de saberes, que se socorrem da história, das suas categorias, das suas conjunturas, estruturas, dos seus protagonistas, dados, quadros, imagens, etc., mas que não são conhecimentos apenas positivos e fácticos, pois, após a busca incessante da informação colhida e carreada, depois de toda a acribia metodológica quase tudo (em termos reflexivos) se encontra ainda por fazer. Isto parece-nos, aliás, válido para outros períodos da História da Cultura. Veja-se a propósito o desconhecimento da Cultura Galaico-lusitana, cujo pensamento de figuras como Potâmio de Lisboa, Itácio de Faro, Balcónio, Orósio, Idácio de Chaves, S. Martinho de Dume, Pascácio Dume, João Biclara, entre tantos outros, cujo parco conhecimento se “encontra disperso por dicionários, enciclopédias, compêndios e numa extensa bibliografia, quase sempre sob a designação anacrónica e incorreta de autores espanhóis e galegos”<sup>10</sup>. Na realidade trata-se de figuras da cultura ocidental que têm alguma relação com a Galécia ou Lusitânia, particularmente com os lugares que hoje se situam em Portugal: Braga, Chaves, Santarém, Lisboa, Beja Faro...

Sem dúvida que hoje a História de *per se* pode, talvez, querer problematizar como a Filosofia, mormente certas visões da ciência histórico-crítica que cortaram com a História *anecdote, événementielle* ou positivista, que privilegiavam o facto político e a versão triunfalista dos “vencedores” (esquecendo, porventura, o papel de uma figura como Remixedo escondido nas serras algarvias) para passarem a integrar outros registos mínimos, privados, quotidianos, colhendo a *consciência humana inserida no tempo* não pela pretensamente via régia do facto, mas pela ‘via maris’ da *odysseia / hermēneia* dos textos e documentos, pelo vale fértil da experiência viva e reflexiva. Note-se, porém: jamais opomos, neste processo de ensino-aprendizagem, como certas pedagogias recentes pretenderam, a dimensão da compreensão, que deve ser cultivada, contra a memória, que também tem de ser praticada e bem exercitada (recentemente, muito tem G. Steiner insistido na necessidade de recuperação pedagógica da memória nos processos de aprendizagem). Tal modelo pedagógico conflitual tratou e trata muito mal as energias cognoscitivas da Memória e da Imaginação, na medida em que são admiráveis potências

---

<sup>10</sup> SOUSA, Pio Alves - *Patrologia Galaico-Lusitana*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2001, p. 11.

de assimilação, de recriação e de metamorfose. Parafraseando Kant a este respeito: *a compreensão sem memória é cega; a memória sem compreensão é vazia*. E a nosso ver, a maior vítima deste litígio acabou por ser, precisamente, a *voluntas*. O maior problema com que se depara hoje um docente, quanto a nós, é como trabalhar a vontade dos alunos que lhe chegam: como se treina, se motiva, se reforça, como resiste à frustração, se saboreiam os resultados positivos. Enfim, sabemos que este é um problema da contemporaneidade, o da relação entre *inteligência* e *vontade*, e que, num quadro de extração agostiniana, só a luz do Mestre Interior podia iluminar a inteligência ou, poderia fortalecer a vontade debilitada pelo *peccatum naturae*. Mas antes dessa linha-de-fuga, o docente, tem de trabalhar como se tudo dependesse só dele, com a confiança de que, depois disso feito, nada afinal depende inteiramente dele. As Ciências da Cultura precisam, pois, de começar pela protréptica. E é também por aqui que começamos nós. Porque a vontade é hoje o grande calcanhar de Aquiles do processo de ensino-aprendizagem. Como nos provoca Platão, pela boca de Sócrates, no começo de *A República*, 327 c, quando o tentam convencer a ficar no Pireu mais uma noite: e “se nos recusarmos a ouvir-vos?” E se nós não quisermos? Grande parte da nossa prática docente dirigiu-se e continua a dirigir-se precisamente à exortação do querer: começar por *querer* querer (ou mesmo apenas ‘fingir’ que se quer...) para depois *querer* com uma vontade férrea e íntegra. Não obstante, alterar a disposição inicial de uma vontade, esse mínimo de inclinação originária, é o grande enigma cometido ao professor de Cultura — e a todos os professores, afinal.

É, pois, no horizonte deste quadro conceptual e volitivo que entendemos a lecionação de temas, autores, obras, correntes, etc., que constituem a matéria prima da *Cultura Portuguesa: A Contemporaneidade*. O exercício da memória é indispensável, como se disse, mas não chega; já tem a sua recompensa, mas não basta; o intelecto requer informação, mas para sempre sobrar dela e não ficar soterrado sob uma erudição que não ensina a ter inteligência; a vontade exige que o docente não seja (sempre) um facilitador — mas que também não seja uma pedra de tropeço (*skandalon*) — já que, *ex post facto*, uma pedagogia de rigor e de exigência revela-se bem mais fecunda à luz dos mais de vinte anos de experiência docente que levamos. Com efeito, o que se visa ao ensinar *Cultura Portuguesa*, no caso, a *Contemporânea*, é que o aluno faça com os autores e com os textos (livros, cartas e jornais) a experiência do pensar, quer dizer, ouse começar a pensar por si mesmo, a lidar com os temas, os problemas, as questões culturais tipicamente contemporâneas do quadro mental português (vintismo, liberalismo, cartismo,

constitucionalismo, regeneração, geração de 70, república, modernismo, Orfeu, Presença, Estado Novo, o papel da Língua Portuguesa na globalização ...), de forma ativa, não por *ouvir dizer* em apontamentos trocados ao longo de anos, nem por superficiais pesquisas do Google, mas em debate direto com os textos dos autores (que para nós estão sempre em primeiro lugar relativamente a introduções, comentários, etc.) e em diálogo com os alunos e entre os alunos. Para nós foi e é sempre preferível compreender (ou não compreender) um autor lendo e discutindo os seus próprios textos, a compreendê-lo mediante textos alheios, mesmo que estes não sejam nunca dispensáveis logo a seguir, no aprofundamento crítico, na análise, na riqueza hermenêutica de diferentes pontos de vista em confronto. Mas defendemos uma metodologia que começa *in medias res* (no meio das coisas) e privilegia o contacto com o aluno: o diálogo, a interrogação direta, os olhos nos olhos, a presença viva, o incomodar as certezas e os preconceitos, mobilizar a ironia — é isso que concita faculdades de compreensão que, de outro modo, ficam apenas latentes ou dormentes. A Escola, mesmo a Quinta de Prados (Campus da UTAD), quando reaproveita os antigos campos agrários, não é e não deve ser uma quinta onde se cultiva o vinho (*alumni* UTAD – que por sinal é um excelente vinho): o trabalho das humanidades tem antes algo que o distingue da *produção em série*, que as Escolas Tecnológicas e Agrárias preconizam, onde cada artigo é único, um texto luminoso, um jardim em que cada flor deve ser tratada com particular cuidado, para que ao chegarmos ao fim da colheita, nos possamos sentir como destinatários das palavras de José de Torres: “Bom mestre! Que sedutor e risonho que é o quadro dos frutos que produz! Tudo são bênçãos em torno dele. De tenras vergôntas fez a sua ilustração e bom espírito os melhores esteios sociais...”<sup>11</sup>

Não somos ingénuos e sabemos bem o fosso que separa a teoria (que etimologicamente significa a *visão de Deus*) de uma práxis inexorável, que nos confronta recorrentemente com as contingências inerentes ao processo dificultoso de ensino-aprendizagem. Aproveite-se, aliás, para referir que tal esforço não se confina à sala de aula: para lá da referida Orientação Tutorial (não muito procurada pelos alunos, diga-se em abono da verdade, em razão, estamos em crer, quer de um singular constrangimento dos alunos em tomar a iniciativa, quer da singular configuração da mancha horária semanal), há ainda a figura do atendimento dos alunos, bem como outros contextos menos formais, onde se prolonga a relação pedagógica mais individualizada, em ordem a

---

<sup>11</sup> TORRES, de José - «Instrução Elementar». In *O Panorama*, n.º 35 de 27 de agosto de 1853, p. 275.

esclarecer, orientar, indicar ou emprestar referência bibliográfica apropriada, motivar neste ou naquele sentido os interesses do aluno, mas particularmente na orientação dos trabalhos escritos, motivados pelo desafio de conseguir publicá-los numa qualquer revista da especialidade, ou quiçá, vê-los ser dados à estampa como “capítulo de livro”.

Lamentamos, contudo, o lugar secundaríssimo para o qual as Humanidades, em geral, e a Ciências da Cultura, em particular, têm sido relegadas. A menorização das Humanidades no discurso dos colegas das outras áreas, quando se referem, em termos sarcásticos às humanidades, não será essa “ironia” um sintoma claro que denuncia um profundo déficit cultural? Que significado atribuir a expressões jocosas como estas: “Vós os das ciência ocultas....” - ou ainda – “letras são tretas...”?

Apesar do muito que se tem feito nos últimos vinte anos, no âmbito dos estudos da cultura contemporânea, muita coisa ainda está por desbravar. Perante esta constatação, que imperativo nos dita a consciência? O que fizemos ou deixámos de fazer? Não deve a falsa modéstia inibir-nos de exhibir os parcos contributos de quem neste processo, de buscar as fontes originárias, ousa devolver aos alunos e à comunidade o pensamento da nossa galeria de pensadores, perdido ora no esquecimento do anonimato, ora na dispersão de cartas, panfletos e jornais, ora ainda em espólios capturados pelas famílias e legatários que os não cedem aos investigadores (lembremos apenas os espólios de Morgado Mateus, de Ferreira de Macedo ou do Padre Manuel do Couto). Talvez, no que nos diz respeito, a *Antologia de Textos Pedagógicos* seja o trabalho de maior monta, onde constam cerca de 90 artigos sobre educação que os diferentes autores escreveram ao longo de 31 anos no Jornal *O Panorama*; não menos significativos parecem-nos a *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano* (Tomo I, Tomo II e Tomo III), com cerca de 60 artigos em cada tomo, extraídos do mesmo Jornal. No entanto, aguardam a luz do dia os restantes 7 Tomos, embora estejam em avançado estado de transcrição; o mesmo se diga da polémica sobre o casamento civil (a maior polémica do século XIX), cuja quase meia centena de panfletos, cartas e publicações em jornais já identificámos, grande parte está reunida e o processo de transcrição se encontra em estado avançado. Aliás, esse é um assunto completamente esquecido pelos investigadores da *Contemporaneidade*: apenas a “intervenção eclesiástica” na *polémica* mereceu a atenção do Professor Samuel Rodrigues, abordada não nas perspetivas da Cultura e da Comunicação, mas do Direito.

Procurando também *traduzir* mais concretamente, em sala de aula, o que acabámos de dizer, é importante relatar que a nossa prática procura diferenciar, embora

de forma não estrita, as aulas ditas teórico-práticas, na medida pelo menos 50% de cada sessão (de 4h) é dedicada à introdução, enquadramento e exposição sistemática dos temas em apreço; e as outras 2 horas mais de trabalho de texto, de leitura, comentário, diálogo, aprofundamento, etc., texto esse sempre relacionado ou que ilustre bem a temática que acabou de ser apresentada. Não obstante, os alunos são sempre convidados a participar ativamente, a intervir, a interromper oportunamente, a questionar e a contribuir mesmo em sessões de exposição sistemática. Na parte das sessões onde há sobretudo trabalho de texto, fornecem-se previamente (não temos costume indicar Manual, preferindo elaborar seleta pessoal de textos / trechos, mas pode acontecer uma vez ou outra), pede-se e estimula-se que os alunos leiam e estudem antes esses textos, individualmente ou em grupo, a fim de que sessões mais práticas possam ser mais fecundas e mais participadas. Nestas aulas pratica-se efetivamente, com os alunos, essa operação de proximidade e distância, de compreensão, mas também de incompreensão e de estranheza, diante de textos como, por exemplo, os artigos de *O Panorama*, do *Repositório Literário*, da *Revista Universal* Lisbonense, da *Revista de Portugal* ou ainda de autores como Borges de Carneiro, Camilo Castelo Branco (particularmente os artigos do *Diccionario Universal de Educação Ensino*) ou *A Comunicação dirigida á Maçonaria Portuguesa* (1906) de Trindade Coelho, os artigos sobre educação de *O Panorama* e da *Revista Universal Lisbonense* de Araújo e Castro ou Luís Filipe Leite, ou a *Carta sobre o Casamento Civil* dirigida ao Presidente do Conselho de Ministros (Joaquim António de Aguiar), pelo Duque de Saldanha (1865), ou as reações que se seguiram, umas a favor, outras contra este documento que incendiou a opinião pública portuguesa e levou à maior polémica que animou a ágora portuguesa no terceiro quartel do século XIX. A polémica do casamento civil foi seguramente a maior do século, rivalizando com outra sua contemporânea, a famigerada Questão Coimbrã. Se nos ativermos à estatística do número de páginas produzidas por cada uma das polémicas, de acordo com os números referidos por Inocêncio Francisco da Silva<sup>12</sup>, o Casamento Civil produziu 1198 páginas, contra as 1021 que alimentaram a questão do *Bom Senso e Bom Gosto*.

In *grosso modo*, são textos e autores de que normalmente os alunos nunca tinham ouvido falar. Procura-se positivamente cultivar esse estranhamento e espanto, de modo que os alunos consigam reformular por si as interrogações, as preocupações e os pressupostos de onde partiam os seus autores, sem se deixarem arrastar para o ‘achismo’

---

<sup>12</sup> SILVA, Inocêncio - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo VII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

fácil e pueril, antes sequer de se ter lido e tentado compreender. V.g., que o aluno consiga articular por si a pergunta «por que é que a *Carta Constitucional* é determinante para a compreensão global do Século XIX?»; «A que preocupações responde?»; «Por que razão a *Constituição* de 1822, sendo um documento tão arrojado foi preterido pela *Carta*?»

Amiúde, as questões são mesmo, verdadeiramente, refeitas e reflexivamente pensadas pelos alunos com os autores dos textos. Normalmente, basta alguma disponibilidade interior para se iniciar um itinerário reflexivo genuíno. Outras vezes, somos conduzidos à descoberta de fios condutores (invisíveis), em formato de vasos comunicantes, que estabelecem ligações entre os autores de diferentes gerações. Sirva-nos apenas de exemplo o caso de Herculano: a montante, bebe e respira todas as ideias pedagógicas de Pestalozzi, reprodu-las no Jornal *O Panorama* e transmite-as a Castilho (o Pestalozzi português, como *O Panorama* o designa) e a todos os autores que escrevem neste jornal sobre o assunto<sup>13</sup>; a jusante, vale a pena notar e ajudar a perceber aos alunos como o pensamento de Herculano acerca da mulher e o papel desta na sociedade e demais questões femininas é assumido por Adelaide Cabete<sup>14</sup> e transposto não só para a escrita da autora, mas também para a luta cívica que esta leva a cabo na defesa acérrima dos direitos da mulher e de outras causas; na mesma linha de pensamento, poderíamos ainda fazer referência à mais subtil, mas não menos significativa fonte em que Agostinho da Silva se inspira para erguer o seu edifício pedagógico, tornando-se subsidiário do pensamento pedagógico de Rousseau, Pestalozzi e Herculano. Mais notória, ainda, é a linha de pensamento que censura o desiderato que rege as relações da Igreja com o Estado, sob a batuta da *Carta Constitucional*: o pensamento de “Eu e o clero” marca e alimenta decisivamente o discurso político e cívico vigente, a partir de 1850, cujo auge do celeuma se materializa na polémica do casamento civil e prolonga-se em autores como Vicente Ferrer que no Parlamento “mostrou que o artigo VI da *Carta*, ao autorizar o culto público unicamente aos católicos, concedia à Igreja um intolerável privilégio e ofendia gravemente os direitos dos que professavam outras confissões”<sup>15</sup>; na mesma linha de pensamento, José Estevão afirmou taxativamente na Câmara dos Deputados: “Eu não admito a liberdade de ensino com o culto dominante”; mas será sobretudo com Trindade

---

<sup>13</sup> RODRIGUES, João – *A Educação na Revista O Panorama* Tomo I [tese de doutoramento]. Vila Real: UTAD, 2008.

<sup>14</sup> Veja-se a propósito o artigo “Adelaide Cabete, uma pedra angular na construção da humanidade”, aceite para publicação na *ERAS Revista Europeia de Estudos Artísticos* e transcrito em anexo no CV que apresentámos.

<sup>15</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Monarquia Constitucional 1807-1910*. Alfragide: Texto Editora, 2010, pp. 75-76.

Coelho que a questão do ultramontanismo atingirá o cume, ao ponto de se propor a criação de uma Igreja lusitana, dirigida pelo estado português<sup>16</sup>.

Quando chegamos a estas encruzilhadas, temos de parar, recuar, pensar de outro modo, optar por seguir novos trilhos, aprofundar um ponto a um nível que não se tinha pensado numa disciplina introdutória, parar para olhar para trás, mesmo para a materialidade do texto, o modo como está organizado (v.g., o seu esquema formal), reler, refazer o percurso feito, atender às hesitações e aos inesperados ângulos de observação dos alunos que, por vezes, nunca nos tinham ocorrido. É neste passo que a remissão quer para os textos integrais quer para cartas e jornais, opúsculos e a leitura de estudos secundários, se torna importante no sentido de reconhecer e abrir outras e novas possibilidades de leitura dos textos e de conhecer interpretações eventualmente já propostas por estudiosos consagrados.

Há ademais um aspeto pedagógico essencial a que importa dar atenção. Dada a semestralidade vigente na UTAD, desde que o 1º Ciclo de LRE foi criado e se mantém em funcionamento, a *Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade* surge no 1º semestre do segundo ano, articulava-se necessariamente com outras UC dos Estudos Culturais. Tal impunha que se pensasse de formar articulada a distribuição de conteúdos por cada semestre: *Introdução aos Estudos Culturais* e *Cultura Portuguesa: das Origens ao Renascimento* (1º. ano, 1º. semestre); *Cultura Portuguesa: do Renascimento ao modernismo* (1º. Ano, 2º. Semestre); *Cultura Clássica* (3.º ano 1º), a qual a partir do ano letivo 2023-2024 substituirá a UC de *Leitura de Textos Clássicos*, sem esquecer as restantes UC dos Estudos Culturais. De um modo geral, a *Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade* consistia numa abordagem extensiva e introdutória a autores, temas e correntes, por ordem essencialmente cronológica, cedendo, por vezes à tentação de uma abordagem mais intensiva, de um ou outro tema que recorrentemente se prendia com a reação aos períodos de crise e desorientação coletiva e se buscavam soluções para os novos e velhos problemas para colocar Portugal no carril do desenvolvimento. Sirvam-nos de exemplo as revoluções do 5 de outubro e do 25 de abril, onde o sebastianismo emerge e espreita em cada esquina de oportunidade, reclamando para Portugal a excecionalidade, que por definição o milagre traz consigo, precisamente a mesma excecionalidade que em 1143 em Ourique, impeliu a divindade a tomar partido pelas forças de D. Afonso Henrique e levar de vencida a mouraria. Por vezes, nesse esforço de

---

<sup>16</sup> COELHO, Trindade – *Comunicação de Trindade Coelho à Maçonaria*. Lisboa: Typographia Casa Portugueza, 1906.

uma abordagem mais intensiva, somos compungidos a apostrofar autores de outras épocas para apreendemos a essência da contemporaneidade: “Vive neste lugar um povo que não se governa nem se deixa governar” – foram precisamente estas as palavras que Estrabão usou para transmitir a perspectiva de um grego em Roma sobre os habitantes da Lusitânia. Estas palavras do geógrafo romano são paradigmáticas e interpretadas à luz de *Viriato Trágico* de Brás Garcia de Mascarenhas, da *Tragédia de Numância* de Miguel Cervantes, bem como da *Epopeia Lusitana* de Teófilo Braga são determinantes para apreender os contornos de determinados traços mais ou menos indelévels daquilo que poderíamos designar como identidade portuguesa, se a expressão nos é permitida, e se a irreverência nos autoriza que a expressemos na singeleza de um texto em formato de poesia:

**Portugal inconformado,**

De duas mãos bem armado:  
Numa a espada e noutra a pena.  
Valeu-lhe bem a primeira  
Nas conquistas e descobertas:  
Bravos como o diabo,  
Em três séculos de batalhas infernais,  
Entre avanços e recuos,  
Intrépidos e serenos,  
Bateram-se com coragem  
E valentia,  
Entre perigos mais do que esforçados!  
E sob um estandarte cruciforme,  
Rasgaram as frentes das fileiras  
Que levaram de vencida  
A mouraria!

E, entre a sede de lutar e de vencer  
Libertaram e expandiram  
A velha praia lusitana:  
Escancararam as portas do mar  
E, irreverentes,  
Nele entraram,  
Dando novos mundos ao mundo!  
E com régua e esquadro lá traçaram,  
Em novos mapas  
Mais ou menos indelévels,  
As novas fronteiras da dignidade  
Em linhas de pedra gravadas,  
A expansão  
Do nome primeiro e maior  
Que foi este meu **Portugal!**

Da segunda mão se esqueceu,  
Ficando a pena preguiçosa por manejar  
E a História por contar.  
Olvidou-se Portugal,  
De tão atarefado que andava,  
De suas memórias gravar:  
Deslembrou-se dos seus heróis  
E de todas as façanhas.  
Deitando tudo a perder,  
Perdeu de vez a memória...

Neste esforço hermenêutico de ler e interpretar o fenómeno da contemporaneidade portuguesa, como não trazer para a sala de aulas o sonho de Nabucodonosor (604-562 a. C.) e a interpretação que Daniel fez dele (Dan 2, 37-44), o qual dá origem ao *Quinto Império*? Como ignorar a receção deste texto na Cultura Portuguesa e não apostrofar Bandarra, o Padre António Vieira e Fernando Pessoa e permitir que tomem a palavra na sala de aulas e mostrem como em torno de um centro irradiador de força e poder, que é o Estado Português, se cumpre a profecia de Daniel, a cuja Providência, Vieira arranca o assentimento do Reino de Deus na terra e o encerra numa estranha simbiose histórico-teológica: ontem Ourique, com D. Afonso Henriques; hoje, num contínuo presente histórico, a Restauração, com D. João IV; amanhã, a língua Portuguesa a unificar, a universalizar e a prolongar o *Quinto Império*, tal como Agostinho da Silva o anteviu<sup>17</sup>. A mesma crença que perseguiu Fernando Pessoa, onde o futuro da raça e de Portugal está inscrito, naturalmente, para quem queira e «saiba lê-lo, nas trovas do Bandarra, e também nas quadras de Nostradamus. Esse futuro é “sermos tudo” »<sup>18</sup>.

Esta opção de ir introduzindo uma ou outra abordagem “mais intensiva”, por este ou aquele tema, sabendo que outros eram igualmente e legitimamente merecedores de semelhante atenção, só pode ser entendida a partir de dois pressupostos: o primeiro refere-se ao facto desta UC ser partilhada por dois docentes, cabendo-nos a nós a primeira parte, até à implantação da República, ou seja, o oitocentismo; o segundo pressuposto, refere-se à preocupação de levar para a sala de aulas e partilhar com os alunos a questão ou questões de investigação com que nos encontramos nesse preciso momento ocupados. Sirvam de exemplo as questões culturais que se prendem diretamente com o estudo de o *Jornal O Panorama*” (v.g. a lição que preparámos para estas provas, particularmente a parte prática da identificação de textos anónimos, cujo desiderato do processo favorece e

---

<sup>17</sup> Esta temática é abordada na segunda parte do programa desta UC.

<sup>18</sup> MARTINS Alves - [entrevista] em *Revista Portuguesa*, nº 23-24, de 13 de outubro de 1923.

estimula a curiosidade dos alunos) ou ainda, as (questões) que derivam do estudo dos documentos que alimentaram a polémica que se prende com a introdução do casamento civil no Código Civil. Estamos conscientes que estas abordagens mais incisivas de um ou outro tema têm consequências: é inevitável que ocorra o “fenómeno da manta curta”, constringendo-nos a uma abordagem mais extensiva e introdutória de outros temas do que seria desejável.

Deste modo, da relação entre uma abordagem que oscila entre um percurso extensivo e outro intensivo — e o ideal fora que um aluno tivesse o cuidado, paralelamente, de ler a documentação que lhe fornecemos — como aconselhávamos — para além daqueles que analisamos nas aulas. Esperava-se que um aluno do 1º Ciclo, após ter cursado *Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade*, ficasse capaz de avançar para um estudo de maior exigência metodológica e temática sobre um tópico / autor contemporâneo em sede de Mestrado.

### **3. A avaliação**

O ato de avaliar e os momentos de avaliação são sempre momentos críticos, mormente em Ciências da Cultura, porque podem ser eles mesmos objetos de interrogação. Porquê avaliar? O que é avaliar? E, sobretudo, o que é avaliar justamente? É compreensível que, por vezes, os docentes sejamos assaltados pela ideia de que melhor fora abdicar pura e simplesmente da avaliação. Mas daríamos todos o nosso melhor no processo sem a expectativa de sermos avaliados (alunos e professores)? Por outro lado, face a uma avaliação final sumativa tão-só, não poderemos pensar em trazer a avaliação para dentro do próprio processo de ensino-aprendizagem, como se se tratasse de marcos miliários que, periodicamente, nos vão dando formativamente conta de um percurso percorrido? Ou seja, tornar a própria avaliação parte do processo de ensino-aprendizagem? Estas são questões candentes justamente no âmbito das Ciências da Educação, em especial do *Desenvolvimento Curricular* ou da *Filosofia da Educação*. Talvez em certos contextos informais, como defendem as pedagogias não-diretivas, seja possível ensinar e aprender sem se precisar da seleção qualitativa e da graduação quantitativa numa escala que vai classificar resultados em função de objetivos previamente estabelecidos. Não nos parece que possa ser assim numa Universidade, que é uma instituição da qual se espera que devolva à sociedade em que se insere indivíduos capacitados, diplomados e certificados numa determinada área do conhecimento. Neste

sentido, devemos ser claros e assertivos: não há ensino sem avaliação. Nem sempre este processo se regeu por um plano regular sistemático. O exame, a frequência, o teste ou qualquer outro instrumento de avaliação deverão ser entendidos como dispositivo de regulação das práticas levadas a cabo pelo docente. A curiosa analogia com o atletismo a que Rui Grácio recorre para defender uma suposta dicotomia que se pretende fraturante entre o ensino e o exame é sintomática e paradigmática da artificialidade de certas correntes que pretendem sobrevalorizar o ensino em detrimento do exame, tão populistas quanto perniciosas: “comprar cronómetros de alto quilate, mantê-los afinados, e preparar cronometristas competentes, não alteraria a qualidade do nosso atletismo, apenas permitiria verificar com maior precisão a mediocridade do seu nível”<sup>19</sup>. A realização da avaliação é sempre indeclinável (não obstante um diploma poder ser, e também seja, a “medida da nossa ignorância”, como costumava dizer com ironia o Prof. Manuel B. da Costa Freitas).

Mas para que a avaliação possa cumprir com justiça a sua função, é decisivo que os seus destinatários, no caso os alunos, sejam informados desde o primeiro dia de aulas (a nossa primeira aula “é sagrada”, pois aí se sela o “contrato letivo” que mantemos religiosamente, vertido no SIDE, até ao fim do semestre) quais são os objetivos, os conteúdos, as metodologias, a avaliação e a bibliografia, respondendo assim às perguntas simples que devem guiar o processo de ensino-aprendizagem: para quê? O quê? Como? Com que resultados? Com que recursos? Sempre foi para nós<sup>20</sup> questão de honra apresentar e explicar todo o programa na primeira aula, e determinar os critérios de avaliação em acordo com os alunos. Esta aula introdutória ao *quid* e também de apresentação individual de cada um (um ‘ritual’ de que por via de regra nunca dispensamos) tinha também intuítos motivacionais. Ninguém pode aderir verdadeiramente àquilo que desconhece. Ademais, alguns dos nossos objetivos eram transversais e tinham a ver com atitudes e valores (estimular o gosto por novas temáticas, respeitar a opinião dos outros, incentivar a discussão argumentada; incutir hábitos de pontualidade, assiduidade e de responsabilidade). A assiduidade foi, transitoriamente, proibida (na UTAD), de ser usada como critério de avaliação, por causa da pandemia Covid 19.

Na UTAD existe um *Regulamento Pedagógico* que baliza os parâmetros dentro dos quais cada docente se deve mover na determinação do processo e da ponderação

---

<sup>19</sup> GRÁCIO, Rui - “Desdramatizar o exame. In *Obra Completa*. Lisboa vol. II, 1996, pp. 133-136.

<sup>20</sup> «Nós» refere-se aos dois professores que lecionam a UC.

concreta dos fatores na Avaliação das suas disciplinas. Por orientação decorrente da adaptação do Processo de Bolonha, no âmbito dos Primeiros Ciclos de Estudos, durante o tempo em que lecionámos esta UC é aconselhada a *Avaliação Contínua*, que compreende, entre outras possibilidades, a observação global direta dos alunos em sessão, a realização de trabalhos de investigação, acompanhados pelos docentes e apresentados oralmente, a realização periódica de frequências. Daí deveria resultar uma nota mínima (6 valores) que permitia ir a exame final. Este, portanto, à época, era sempre uma solução de recurso.

Posto o princípio da avaliação contínua, aqueles diversos fatores em cada unidade curricular que lecionávamos, no caso também em *Cultura Portuguesa: A Contemporaneidade*, podiam variar ou pesar diferentemente num ano ou noutra, sempre dentro daqueles parâmetros, e em função do “contracto letivo” estabelecido entre os dois docentes e os alunos logo na primeira aula. Na nossa prática docente, o que ficava definido nessa aula, salvo força maior, era (e continua a ser) sagrado e intocável, não mais sendo objeto de modificação até ao termo do semestre e do processo ensino-aprendizagem, obrigando os docentes e os alunos ao seu mais estrito cumprimento.

Concretizemos com um exemplo: no ano a que se refere este programa (1.º semestre do ano 2021-2022), onde se esperava que os alunos desenvolvessem as suas competências no âmbito de uma perceção clara dos contornos da cultura portuguesa contemporânea e, em particular, do novo recentramento de Portugal no quadro europeu e mundial, foram definidos os seguintes objetivos: a) identificar e situar no tempo as fontes, os temas, as correntes de pensamento e os autores fundamentais; b) aprofundar conhecimentos sobre as questões centrais da cultura e identidade portuguesa; c) alargar conhecimentos histórico-culturais sobre os séculos XIX, XX e XXI portugueses; d) perceber o papel da imprensa no trânsito cultural em que então se viveu; e) desenvolver competências de pesquisa, reflexão crítica, análise, organização e apresentação de ideias.

Neste quadro, como se disse, o Docente apresentou aos alunos uma proposta de Avaliação. Depois de apresentada e de ter acolhido as sugestões dos alunos, chegou-se à seguinte formulação final que constituiu o dito “contracto letivo”:

Em função da natureza reflexiva da disciplina *Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade*, haverá aulas de exposição e introdução aos temas e autores, e aulas de teor prático com interpretação de textos, comentário, diálogo, esclarecimento de dúvidas e debate com os alunos. Nestas aulas haverá forte vinculação à análise textual, ao

reconhecimento, nos textos, dos autores, dos temas e do contexto histórico-cultural daqueles.

A classificação final terá em conta a conjugação dos seguintes elementos: a) duas provas de frequência (da nossa responsabilidade, sobre o Séc. XIX), a 1.<sup>a</sup> no dia 11 de novembro de 2021 e a 2.<sup>a</sup> no dia 13 de janeiro de 2022, sobre a segunda parte do programa e da inteira responsabilidade de outro docente (valem 30% cada), e b) a realização de um trabalho de investigação, original, sobre um autor contemporâneo, a apresentar por escrito (entrega até ao dia 13 de janeiro) e a defender oralmente perante os dois docentes (na semana de 20 a 24 de janeiro), juntamente com o qual serão ponderados a assiduidade, a participação, a qualidade da oralidade, o interesse manifesto, o cuidado posto no estudo e na preparação de tarefas cometidas (40%).

Quem, tendo prestado alguma prova e, por razão bastante, não concluir o processo de avaliação de frequência, irá a exame final. A nota mínima de acesso a este é de 6 valores. Dos alunos de quem não haja qualquer elemento de avaliação ou notícia ao longo do semestre (presencialidade, frequência, contacto com o docente) serão excluídos de todo o processo de avaliação.

De notar que para o último fator (trabalho escrito e apresentação oral), com ponderação de 40%, convergiam vários elementos ponderados no âmbito do que chamamos *Observação Global Direta* de cada aluno — procedimento de que nunca abdicamos num processo de Avaliação Contínua. Com tal figurino avaliativo, cruzado outrossim com três de níveis diferenciados de questões no âmbito das Frequências ou do Exame, caso a ele haja lugar — a) comentário de texto; b) definição de noções / expressões; c) tema de desenvolvimento —, são avaliadas competências diferenciadas ao nível da aquisição e da compreensão de conceitos e de relações noéticas, bem como da aplicação / reconhecimento em novos contextos, e a capacidade reflexiva integradora de matérias. Com a realização de uma de investigação pretendia-se, além disso, desenvolver competências científicas, metodológicas e processuais: a escolha de um tema / autor, em articulação com o docente; realizar com independência uma pesquisa bibliográfica em Biblioteca e em Catálogos físicos e/ou *on-line*; de leitura, de análise e de síntese; de treino de escrita científica de um texto mínimo de 10 páginas, no qual, para lá da informação colhida e do rigor quanto a aspetos metodológicos formais ao nível do texto escrito, o aluno evidenciasse a capacidade de emitir juízos críticos e fundamentados sobre raciocínios e processos histórico-culturais complexos como, por exemplo, os *Actos*

*adicionais da Carta Constitucional*; o contributo da imprensa para a instauração do liberalismo; A importância do *Jornal O Panorama* para a regeneração etc...

A avaliação visava, outrossim, fomentar ao longo do processo o cultivo de atitudes e valores, aspetos que eram ponderados na *Observação Global Direta*: a) estimular no aluno o gosto por novas matérias, experiências e aprendizagens; b) fomentar no aluno o espírito crítico, a criatividade e a originalidade dos trabalhos; c) quando necessário, a capacidade de organização em pequenos grupos (distribuição de tarefas, gestão do tempo, animação da discussão, registo e comunicação de resultados, etc.); d) capacidade de apresentar oralmente perante a turma ou o docente os resultados de uma investigação; e) levar o aluno a respeitar e a acolher positivamente a opinião e o juízo dos outros; f) e, muito especialmente, inculcar no aluno hábitos de pontualidade e de responsabilidade. A Assiduidade era um fator de ponderação da avaliação, com um peso de 10% (se o aluno tivesse frequentado 100% das aulas)

Antes de cada prova escrita ou ao longo da realização de um trabalho, fornecia-se ao aluno um conjunto de critérios orientadores (a natureza da prova / questão / trabalho determinava a maior ou menor ponderação relativa de cada um destes critérios, ou mesmo a não-aplicabilidade de alguns):

1. Identifica corretamente a problemática em questão;
2. Responde direta -, única - e exclusivamente ao que é pedido;
3. Demonstra capacidade de reflexão pessoal integradora da temática;
4. Sabe diferenciar o essencial do secundário (*análise*);
5. Expõe com propriedade, concisão e precisão os conteúdos (*síntese*);
6. Integra todos os conteúdos relevantes para a questão (*completude*);
7. Contextua histórica- e/ou tematicamente a questão;
8. Articula vários níveis de problematidade nas respostas (informativo, descritivo, argumentativo pró/contra, hipotético, problemático, crítico);
9. Cultiva a clareza e a exatidão, e evita a verbosidade e a obscuridade;
10. Planifica as respostas: dá orientações metodológicas ao leitor, é sistemático, introduz organicidade (v.g., recupera um ponto anterior a que se fez referência, etc.)
11. Utiliza correta- e oportunamente os textos que lhe são oferecidos;
12. Não apresenta erros ortográficos nem, sobretudo, sintáticos;
13. Há uma boa apresentação da prova escrita;

14. Cultiva um estilo elegante, escoreito (*ut pateat, ut placeat, ut doceat*)<sup>21</sup>;
15. Apresenta caligrafia legível;
16. Existe coerência e consistência global na prova;

A explicitação destes critérios orientadores era muito bem-recebida pelos alunos. Eles faziam-lhes compreender a complexidade e a valorização relativa de cada questão / tarefa pedida, indicada pela complexidade dos verbos. Os alunos ficavam a compreender a diferença valorativa, em termos de cotação, entre apenas *identificar* ou usar corretamente um conceito, e *justificar* ou *demonstrar* capacidade de relacionamento de ideias, a mobilização de juízos e de raciocínios complexos; a diferença entre apresentar corretamente a posição de outrem e a assunção de uma posição pessoal, informada e crítica – ou seja, pensar por si próprio; a importância de se colocar no ponto de vista do outro e o defender como se fosse seu, especialmente quando dele discordava, entre outros aspetos mais ligados à expressão oral / escrita, a materialidade da prova / trabalho, etc. De realçar que sempre entregámos aos alunos, revistas, anotadas / comentadas e classificadas, todas as provas de frequência (estas sempre antes da próxima avaliação) e trabalhos para que os alunos pudessem aprender com os seus erros e o retorno que o professor lhe dava.

No que se refere aos trabalhos de investigação, realizados individualmente ou em grupo, estes, em termos de temas, autores, etc., eram sempre previamente acordados com o docente e objeto de discussão prévia, em ordem à seleção do objeto de estudo (podia ser proposto pelo docente), de onde deveria resultar um título provisório e um esquema de trabalho. Procurava-se potenciar e articular os conhecimentos prévios e os interesses manifestos. Punha-se sempre grande ênfase no processo de investigação (acesso às fontes, às bases de dados, etc.) e no rigor dos aspetos formais e metodológicos em termos de expressão (capa, partes do trabalho, metodologias de referenciação bibliográfica, de citação de trechos, organização de uma bibliografia final, etc.), uma vez que para lá da reflexão que deveria ensaiar, da demonstração de conhecimentos sobre um assunto atinente à disciplina, era também uma oportunidade para exercitar competências transversais em metodologias de investigação. Paralelamente, fomentava-se a feitura de resumos ou de resenhas escritas de obras consultadas para os trabalhos. O estado do

---

<sup>21</sup> “para deixar claro”, “ para agradar”, “para ensinar”.

andamento dos trabalhos deveria ser periodicamente comunicado ao docente, em tempo de atendimento de alunos.

O processo de avaliação foi facilitado nos últimos anos em que lecionámos a disciplina, entre 2018 e 2023, quando as turmas se começaram a reduzir significativamente. A *Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade* nunca foi estatisticamente uma ‘disciplina crítica’ (aprovação > 50%). As taxas finais de sucesso (avaliados/inscritos) variaram quase sempre entre os 70% e os 90%. Por outro lado, a fim de aferir expectativas e resultados dos alunos, os Serviços Académicos da UTAD prepararam um inquérito on-line sobre o funcionamento geral de cada disciplina, de avaliação do docente, e da preparação prévia dos alunos para a disciplina. Quando era facultativa, a taxa de resposta a este inquérito era fraca, o que era um dado problemático no que se refere a representatividade e fiabilidade. Quando se tornou obrigatória, a questão da representatividade ficou resolvida, mas quanto à fiabilidade, muitas dúvidas se levantam... Ainda assim, nos que respondiam construtivamente (e não por vingança...) havia elementos suscetíveis de ponderação em ordem a melhorias, por exemplo, na diversificação de métodos de avaliação (alguns alunos prefeririam avaliação final por exame, e não avaliação contínua, entre outros aspetos que recorde).

Já a maior dificuldade de todo o processo ensino-aprendizagem esteve sempre relacionada com a variável tempo: mesmo só considerando *Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade*, era complexa a gestão de um programa tematicamente tão ambicioso e temporalmente tão extenso, apenas num único semestre apenas e em dois blocos semanais de duas horas de contacto (60/2<sup>22</sup> horas efetivas + 2/1 OT)<sup>23</sup>.

Importa assinalar isto, não porque quem aprecia seja desconhecedor deste tipo de constrangimentos, mas para antecipar o que, adiante, aquando da justificação dos conteúdos de um ‘programa ideal’, nos veremos obrigados a observar o que seria reconduzir este ‘mar imenso’ do Pensamento Contemporâneo da Cultura Portuguesa às calhas de um programa exequível, o que amiúde impôs opções, perfeitamente cientes de que outras seriam tão legítimas e defensáveis como a que se tomou no que respeita ao cumprimento dos objetivos. Mas, honestamente, seriam precisas mais horas letivas, e não

---

<sup>22</sup> 60/30 - Isto significa que das 60 horas que o programa prevê, só dispomos de 30 para os conteúdos do (oitocentismo) que temos sobre a nossa responsabilidade, como adiante será esclarecido.

<sup>23</sup> Isto significa que apenas dispomos de 30 horas para executar esta I parte do programa.

apenas 15 aulas x 2 horas, para cumprir o Programa com a acribia e a profundidade que gostaríamos de lhe imprimir.

## **4. Programa**

### **4.1. Introdução**

- 4.1.1. Questionamento da noção/conceito de ‘Contemporaneidade’ no âmbito de uma periodização convencional e histórica em que se situam as Ciências da Cultura, em geral, e as mesmas Ciências, em particular, no contexto português.
- 4.1.2. Pressupostos imprescindíveis da cultura para uma compreensão elaborada da sociedade contemporânea. Tal compreensão só poderá ser alcançada através do contraste dos ideais iluministas com as sociedades tradicionais europeia e portuguesa, dirigidas pelo desiderato do despotismo esclarecido que presidiu aos destinos da Europa e de Portugal. Por isso, o nosso ponto de partida deverá regressar, pelo menos, ao século XVIII e compreender a receção que os ideais que levaram à revolução Francesa tiveram em Portugal.
- 4.1.3. Perspetiva geral do contexto geopolítico europeu: o Bloqueio Continental e o posicionamento de Portugal e as suas consequências. As invasões francesas e a consequente fuga da família real para o Brasil. Fuga ou decisão política? Medidas de natureza política e económica e suas repercussões no Brasil e em Portugal: a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, a criação do banco do Brasil, o fim das restrições à liberdade de estabelecer indústrias no Brasil e da proibição à emigração de estrangeiros, elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve (1815) e a progressiva revogação das leis que lhe conferiram um estatuto de colónia. É por estes momentos de nevrálgicas e profundas transformação que começa a nossa conversa com os alunos.

### **4.2. Princípios fundamentais do ideário liberal vintista e suas fontes: da Revolução Liberal ao grito de Ipiranga**

- 4.2.1. A conjugação de fatores favoráveis à consumação da Revolução: da conjuntura internacional favorável a iniciativas revolucionárias à consumação da Revolução de 1820, levada a cabo pelo Sinédrio, no Porto. A importância da adesão do exército à causa da revolução liberal. O significado da Revolução Liberal no contexto e prolongamento da reação europeia contra o absolutismo que tinha imperado no continente europeu, ao longo do século XVIII. As invasões napoleónicas como causa de sentimentos contraditórios: o fomento da

desconfiança nos desígnios da Revolução Francesa, e o despertar de sentimento patriótico dos portugueses: os franceses “levaram aos países as ideias de revolução política que tinham tido lugar em França” .

4.2.2. A primeira reunião das Cortes e as primeiras medidas a serem tomadas: a consagração da liberdade de imprensa, a extinção dos direitos banais, a abolição da Inquisição, a concessão da amnistia aos presos políticos e ainda a decisão de compilar as leis, em novos códigos (um civil e um criminal). Da intimação que obrigou o rei a regressar à Metropole à elaboração de uma Constituição que presidisse aos destinos do país e que mantivesse a liberdade, a segurança e a propriedade de todo o cidadão.

4.2.3. Linhas programáticas da nova Constituição: *a primeira secção* – dedicada aos direitos individuais do cidadão – deveria garantir “a liberdade, a segurança e a propriedade de todo o cidadão; a *segunda secção*, “Da Nação Portuguesa, sua Religião, Governo e Dinastia” e, finalmente, a divisão e a independência de poderes.

4.2.4. O significado do regresso do Rei à Metrópole e o triplo juramento da nova ordem constitucional: num primeiro momento no Brasil, seguido do seu regresso a Portugal; num segundo momento, já em Lisboa, no dia do seu regresso, volta a jurar as Bases da Constituição (4 de junho de 1821) e finalmente, o juramento da Constituição no dia 30 de setembro de 1822.

4.2.5. Os acontecimentos independentistas no Brasil e a conjuntura internacional enquanto fatores favoráveis à independência do Brasil. Da pressão das Cortes e intimação de D. Pedro a regressar a Lisboa à reação deste com a declaração unilateral da independência do Brasil. O reconhecimento tardio da independência do Brasil, por parte de Portugal (só teve lugar em 1825) e o reconhecimento de D. Pedro como imperador do Brasil.

### **4.3. A evolução do Constitucionalismo: do primeiro liberalismo ao caminho das pedras**

4.3.1. As alterações levadas a cabo pela revolução liberal e o clima de crispação social: a reação dos defensores do antigo regime ao verem os seus poderes e privilégios desinstalados e definitivamente abolidos. As medidas de D. João VI (promulga

uma série de providências que vão na linha do regresso à situação anterior à revolução): restabelecimento da censura e revogação da liberdade de imprensa. D. Miguel perpetra a Vila-Francada: exigência da dissolução das cortes, suspensão da *Constituição* e a promessa de uma *Carta Constitucional*. Tentativa frustrada da Abrilada.

4.3.2. Morte e sucessão de D. João VI. D. Pedro outorga a *Carta Constitucional*. O casamento de D. Maria da Glória e D. Miguel: uma solução de compromisso. A usurpação do poder por D. Miguel. O regresso do absolutismo e a conseqüente guerra civil (1832-1834).

#### **4.4. O segundo liberalismo: entre as hostilidades do cartismo e do setembrismo**

4.4.1. O termo de uma guerra civil em situação absolutamente precária e as tentativas legislativas do novo constitucionalismo monárquico: legislação de Mouzinho da Silveira, a extinção das ordens religiosas, as tentativas municipalistas e a publicação do Código Civil. A morte de D. Pedro e o reinado de D. Maria. Partidarização dos liberais (setembrismo e cartismo) e hostilização das fações emergentes até 1852.

4.4.2. Eclosão da revolução setembrista, no dia 11 de setembro de 1836, em Lisboa: a substituição da *Carta Constitucional* pela nova *Constituição* de 1838, que ficará em vigor até 1842; a reforma da Educação protagonizada por Passos Manuel (a criação dos liceus, a fundação da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, da Escola Politécnica de Lisboa e a fundação da Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto); a abolição da escravatura em África e as medidas de apoio à imprensa por Sua Majestade a Rainha.

4.4.3. A revolução dos arsenalistas e as medidas tributárias de Costa Cabral. O descontentamento popular que levou ao amplo movimento de Maria da Fonte contra o Cabralismo. A revolta da Patuleia contra o centralismo político e o esvaziamento dos partidos políticos.

#### **4.5. Portugal nos caminhos da Regeneração**

4.5.1. As linhas mestras da luta em que Garrett se envolve: a defesa da legitimidade da revolução, a defesa da liberdade e dos ideais vintistas, que deviam ser garantidos

pelas forças armadas e apoiadas pelas figuras mais esclarecidas da Nação. As principais armas de arremesso de Garrett na defesa da liberdade: as de soldado, de educador, de legislador, de orador e as da escrita.

4.5.2. Herculano, o poliédrico nos caminhos da Regeneração: o historiador, o político, o romancista, o poeta, o jornalista, o lavrador...

4.5.3. O desiderato de três mercadores individuais que em 1837 se cruzaram, convergiram e se complementaram: a criação da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis, a aparição na praça pública do Jornal Literário e Instructivo “O Panorama” e a nomeação de Alexandre Herculano como seu diretor e principal redator.

4.5.4. Da imprensa clandestina oitocentista à liberdade de imprensa. A imprensa nos caminhos da Regeneração: o significativo ano de 1852.

#### **4.6. A questão religiosa: o Ultramontanismo e as suas repercussões em Portugal. As reações de Alexandre Herculano, Antero de Quental e Trindade Coelho.**

#### **4.7. Cultura e mentalidades**

4.7.1. A geração de 70 e o desígnio de revigorar a sociedade portuguesa: a questão coimbrã.

4.7.2. As Conferências do Casino de 1871: 1.<sup>a</sup> Antero de Quental - *O Espírito das Conferências*; 2.<sup>a</sup> Antero de Quental - *Causas da decadência dos povos peninsulares*; 3.<sup>a</sup> de Augusto Soromenho - *A literatura portuguesa*; 4.<sup>a</sup> Eça de Queirós - *A Literatura Nova – O Realismo como nova expressão de Arte*; 5.<sup>a</sup> Adolfo Coelho - *A Questão do Ensino*.

4.7.3. A suspensão das Conferências do Casino

#### **4.8. O último império: do ultimato inglês à implantação da República**

4.8.1. O sonho de um império português em África: O programa de criar um novo Brasil (já delineado no Relatório de 1836) e a cobiça de África pelas potências

européias. As viagens levadas a cabo no território africano, pelos exploradores portugueses.

4.8.2. Do *ato de abolição da escravatura* de 1833 (inglês) ao decreto que proíbe a escravidão nas colónias portuguesas (1869).

4.8.3. A Conferência de Berlim e o Mapa Cor-de-Rosa.

5.8.4. Do ultimato inglês à República: A cedência de Portugal ao ultimato inglês e a exposição das fragilidades da monarquia.

## **Conclusão**

## 5. Justificação e desenvolvimento dos conteúdos programáticos

### 5.1 - Introdução

Nos finais do século XVIII, a burguesia ocidental (Europa e América) será protagonista de um movimento revolucionário que, até ao termo do século XIX, irá derrubar o antigo regime. A Declaração da independência dos Estados Unidos da América (1776) e a Revolução Francesa levada a cabo em 1789 são os principais marcos “simbólicos” que ditam o começo do fim do absolutismo e consequentemente o marco que dá início de uma nova época. Eram sinais dos tempos, sinais da contemporaneidade, sinais de que novos tempos estavam a emergir e que para a História ficariam conhecidos como “Idade Contemporânea”. E serão os contornos culturais específicos da contemporaneidade portuguesa que este programa há-de tentar indagar, juntamente com os alunos, na certeza que o mais importante será o caminho, o percurso que se faz, seguros que a meta virá por acréscimo. Importa, desde já, esclarecer que esta UC é partilhada com outro docente: a primeira parte refere-se ao oitocentismo português; a segundo aos séculos XX e XXI. A nós cabe-nos a responsabilidade do século XIX. E será sobre o oitocentismo português que este *Relatório* recairá.

A partir dos acontecimentos acima referidos assiste-se na Europa a uma reação contra o antigo regime, repercutindo em toda a vida europeia o ideário dos filósofos iluministas:

a partir de então desencadeia-se uma ampla vaga revolucionária que arruína as velhas instituições do absolutismo (o que foi decisivo na Europa Central, em 1848), proporciona a autonomia de alguns estados que se emancipam do imperialismo (caso da Grécia), anima movimentos de emancipação territorial na Itália e na Alemanha a ideia do nacionalismo romântico, que reconhece a um mesmo povo uma só pátria, alargando-se a toda a América Latina (o movimento autonomista contra as metrópoles europeias<sup>24</sup>).

Os ideais da Revolução Francesa vão-se difundindo particularmente aqueles que se prendem com a doutrina da liberdade política e rapidamente ganham simpatia e popularidade, sobretudo da burguesia emergente. Os ventos revolucionários que em 1789 impuseram a revolução em Paris, começaram a fazer-se sentir em Portugal, logo nos começos do século XIX. Porém, esses laivos iluministas não eram necessariamente

---

<sup>24</sup> REIS, António - *Nova História de Portugal*. Cruz Quebrada: Casa das letras, 2005, p. 155.

sintomas, nem indícios de um amadurecimento intelectual e político do país, para que Portugal pudesse assumir as formas de consciência e ação coletivas que a França inaugurou com pompa e circunstância: a semente estava aí, mas a terra ainda não estava preparada. Um punhado de três milhões de habitante, essencialmente, rurais, pobres e analfabetos não reuniam as condições mínimas para se libertarem da mesquinhez dos títulos e privilégios que a Corte garantia à aristocracia. Para além de um ou outro estrangeirado, faltava em Portugal a consciência crítica que questionasse a falta de legitimidade do absolutismo e em nome da soberania nacional e das liberdades individuais levantasse a voz contra o *status quo* da letargia em que adormecera.

Os ventos de Paris parecem não ter sido suficientemente estridentes para despertar Portugal do sono profundo em que mergulhara. “A mudança veio de fora”<sup>25</sup>: foi acordado pelo rugido do “leão dos povos”<sup>26</sup>. Foram as invasões francesas que serviram de exórdio à narrativa que então se escreveu em formato de revolução, “justificada pelas doutrinas filosóficas, políticas e constitucionais, entronadas pela grande revolução de 1789”<sup>27</sup>. Entre nós, a Revolução será levada a cabo pela mão dos militares e legitimada pelo mandato do povo. Suspende-se – pelo menos provisoriamente – a soberania, cuja legitimidade emergia da fonte que brotava dos céus para dar lugar aquela que resultava de um contrato entre governantes e governados; “e que viam naqueles uma espécie de delegados destes”<sup>28</sup>.

Foi, portanto, a partir da Revolução Francesa que os povos ganharam consciência que eram senhores do seu “destino”, autores da sua história, seres livres, capazes de

---

<sup>25</sup> VALENTE, Vasco - *Portugal. Ensaios de história e política*. Lisboa. 2009, p. 7.

<sup>26</sup> «**Leão dos povos**», refere-se à singularidade da leitura do nome de Napoleão, o qual em francês se escreve *Napoléon*: compõe-se de duas palavras gregas, que significam *leão do deserto*. O mesmo nome engenhosamente combinado forma uma frase que oferece singular analogia com o carácter daquele homem extraordinário:

1 Napoléon  
6 apoléôn  
7 poléon  
3 oléôn  
4 léôn  
5 éon  
2 on

Cortando sucessivamente a primeira letra desta palavra, e depois a de cada palavra restante, formam-se seis palavras gregas, cuja tradução literal, designada pela ordem dos números, é: *Napoleão, sendo leão dos povos, ia destruindo as cidades*.

In *O Panorama*, n.º 27 de 28 de outubro de 1837, p. 216.

<sup>27</sup> BONIFÁCIO, Maria - *A monarquia constitucional 1807-1910*. Alfragide: Texto Editores, 2010, p. 14.

<sup>28</sup> BONIFÁCIO, Maria - *A monarquia constitucional 1807-1910*. Alfragide: Texto Editores, 2010, p. 14.

conduzir os caminhos da História a partir de decisões livres e conscientes. A liberdade deixava de ser um conceito abstrato e começava a concretizar-se nos direitos e liberdades cívicas que as constituições liberais garantiam a todo e cada cidadão. Essa liberdade entendida como “participação política coletiva” reclamava a constituição de novos sistemas políticos assentes na representatividade.

Em Portugal – já o dissemos – o estímulo, o aguilhão que espicou as consciências adormecidas veio de fora: foram as invasões francesas que na conjuntura internacional e peninsular criaram as condições favoráveis para que Portugal entrasse nessa onda revolucionária e engrossasse as fileiras de quantos povos sacudiam o jugo opressor do absolutismo. Afinal, o alvo da “hidra revolucionária”, como então ficou conhecida, não visava, apenas, o despotismo francês, nem o troféu da liberdade era um exclusivo do povo francês, mas de todos os povos que a quisessem abraçar. A afirmação que acabamos de proferir não invalida, nem apaga as contradições inerentes de que o processo revolucionário se revestiu: se por um lado as invasões francesas “levaram aos países as ideias de revolução política que tinham tido lugar em França, que Napoleão em parte tinha contrariado e de que em parte tinha sido sucessor”<sup>29</sup>, por outro, essas vicissitudes, esse “amargo de boca”, por que passámos no trânsito do Antigo Regime explicam na perspetiva de Alberto Ferreira a subsistência de “formas arcaicas, a penosíssima marcha da instrução pública, a predominância dos conceitos de casta, a prevalência do privilégio do particular sobre o bem público e a quase ausência de uma vontade nacional vinculada aos grupos sociais que preconizaram a revolução política”<sup>30</sup>, bem como outros resquícios de que o liberalismo não se conseguiu desenvolver.

Urge, nesta contextualização, perceber as rivalidades que então se travavam na arena geopolítica da Europa, particularmente, entre a França e Inglaterra. A conquista de Inglaterra fazia parte dos objetivos imperialistas de Napoleão: “como não conseguia dominá-la nos mares, onde sofreu a derrota da Trafalgar, decretou o Bloqueio Continental na intenção de estrangular a economia da Grã-Bretanha e, assim, subjugar-la”<sup>31</sup>.

Os ideais que levaram à Revolução Francesa, em 1789, foram vistos, em Portugal, não só com desconfiança e potencial ameaça da ordem política e social vigentes: “como conciliar a salvaguarda da independência, ameaçada pelo imperialismo da França

---

<sup>29</sup> PIMENTEL, António de Serpa - *Portugal Moderno*. Lisboa, 1896, p. 6.

<sup>30</sup> FERREIRA, Alberto - *Estudos de Cultura portuguesa: Século XIX*. Lisboa-Porto: litexa Editora, 1998, p. 25.

<sup>31</sup> REIS, António, *Nova História de Portugal* Cruz Quebrada: Casa das letras, 2005, p. 157.

revolucionária, e os deveres para com a aliança inglesa, garante das suas ligações marítimas e da sobrevivência do império colonial? Era pelo menos necessário organizar a defesa do território”<sup>32</sup>. José Hermano Saraiva<sup>33</sup> lembra-nos que Portugal se apressou, não só, a combater a revolução, como tentou convencer os governos de Espanha e Inglaterra da necessidade de uma guerra conjunta contra a França. Portugal rasgou o decreto que declarava o bloqueio continental e manteve os portos abertos à frota britânica. Apesar das tentativas francesas para que Portugal se mantivesse neutro, Portugal não quis falhar ao velho aliado inglês e logo que a guerra rebentou, mandou uma divisão para a Catalunha em auxílio da Espanha. As forças daquela divisão sustentaram o antigo prestígio português, particularmente naquela façanha que para a História, ficaria conhecida como a campanha do Rossilhão.

A guerra não correu bem. A inesperada reviravolta da Espanha, levou-a a negociar secretamente a paz com a França, em 1795. No ano seguinte estendeu essa negociação a uma aliança, cujo alinhamento da política externa era favorável a França e contrária aos interesses de Inglaterra. A Espanha assinou o Tratado de Fontainebleau, que previa a repartição de Portugal pelos contratantes.

A decisão de Portugal tomar o partido de Inglaterra teve como consequência inevitável a invasão do país pelo exército de Napoleão: o exército francês comandado por Junot invadiu Portugal, tendo atravessado a Beira sem qualquer resistência entrou em Lisboa no dia 30 de novembro de 1807. Na véspera, o Príncipe Regente vendo-se ameaçado pelo exército francês, embarcou com a família real e a corte, retirando-se para o Brasil. Passou assim a residir no Rio de Janeiro, cidade que, temporariamente, faria as vezes da capital de Portugal: “Não era uma fuga, mas uma decisão política: esta salvaguardava a soberania dos Braganças e a independência do seu povo, teóricas é certo, mas preciosas para o futuro”<sup>34</sup>, pelo menos na perspectiva da generalidade dos autores portugueses, a contrastar com a alcunha com que D. João VI ficou conhecido no Brasil: D. Fuzil. Precisamente a mesma com que Lula da Silva se referiu a Bolsonaro, por ocasião da sua ida para os Estados Unidos, aquando da tomada de posse daquele, no dia 1 de janeiro de 2023.

O povo português revoltou-se perante as atrocidades praticadas pelos invasores franceses. A Inglaterra manda em auxílio de Portugal um exército sob o comando do

---

<sup>32</sup> LABOURDETTE, Jean-François, *História de Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p. 468

<sup>33</sup> SARAIVA, José H., *História Concisa de Portugal*. Contraponto, 2021, p.355-360.

<sup>34</sup> LABOURDETTE, Jean-François - *História de Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p. 476

duque Wellington, que juntamente com o exército português, derrotou os franceses nas batalhas de Roliça e Vimieiro. Em consequência dessa derrota, lavrou-se a Convenção de Sintra, pela qual o exército inimigo se obrigava a retirar de Portugal. No ano seguinte (1809), os franceses invadem de novo Portugal agora sob o comando de Soult. Chegados ao Porto, são obrigados a retirar, depois de violentos confrontos. Uma terceira invasão acontece em 1810, sob o comando do Marechal Massena. O invasor foi travado no Bussaco e nas linhas de Torres Vedras, sendo igualmente obrigado a retirar-se pela força das armas<sup>35</sup>.

As consequências destes dezasseis meses de invasão revelaram-se profundamente trágicas e os efeitos fizeram-se sentir ao longo dos anos seguintes: os homens incorporados no exército desertaram dos campos, o pouco dinheiro disponível foi absorvido pelas contribuições impostas por Napoleão; o vandalismo, o confisco, o assalto de igrejas e palácios pelo exército francês fizeram desaparecer muitos tesouros artísticos<sup>36</sup>.

A frágil situação em que Portugal se encontrava era sob todos os aspetos deplorável:

Desde o final da Guerra Peninsular que a situação política e económica se fora agravando progressivamente. Com a permanência do rei no Brasil, o Governo em Portugal era exercido por uma regência, também designada como Junta de Governadores, mas o verdadeiro senhor do país era Beresford, general inglês a quem tinham sido concedidos largos poderes, nomeadamente o de organizar a defesa do país<sup>37</sup>.

A situação era, por isso, insustentável: a abertura dos portos do Brasil aos ingleses, cuja medida destroçou o esquema triangular do comércio externo colonial (África, Brasil, metrópole) expôs a economia portuguesa à superior concorrência da Inglaterra. Era uma fatura demasiado pesada para pagar o auxílio prestado pelos ingleses. Como reverter a situação? Como afastar Beresford do poder, cuja regência continuou a tutelar e a comandar o exército português, recheado com oficiais ingleses nos postos superiores? Como lidar com o facto de a burguesia inglesa permanecer implantada no Brasil e em Portugal continental usufruir de benefícios que os portugueses não tinham? Como lidar com a elevação do Brasil a reino, em 1815, criando desta feita o famigerado Reino Unido

---

<sup>35</sup> VASCONCELOS, Alves - *História de Portugal*. Porto: edições Allos, s/d., p. 77.

<sup>36</sup> LABOURDETTE, Jean-François - *História de Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p. 481.

<sup>37</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2015, p. 522.

de Portugal Brasil e Algarve? Como continuar a tolerar que a corte residisse no Rio de Janeiro?

A situação não era fácil: as invasões francesas tinham criado uma desconfiança generalizada dos ideais iluministas. O regresso à situação anterior à ida da corte para o Brasil não fazia parte da equação daqueles, cujas esperanças se alimentavam nos ideais liberais. A única solução era instituir uma monarquia constitucional. Porém o caminho não era fácil: os ideais que efluíam da Revolução francesa estavam de tal forma conotados com as invasões napoleónica que os liberais eram frequentemente designados como “traidores da Pátria”. Conscientes de que a terra que pisavam não era firme, os liberais tiveram sempre a preocupação de vincar o patriotismo e nacionalismo que lhes corria nas veias. Esse patriotismo e nacionalismo viria a revelar-se como marca indelével do vintismo.

E será esta conjuntura, recheada de insatisfações, não só dos civis, mas também dos militares, que conjugada com a onda liberal revolucionária que varria a Europa viria a criar as condições que iriam levar à revolução em Portugal: “as circunstâncias internacionais eram, na altura, favoráveis ao liberalismo monárquico: [...] em Espanha havia sido reposta a Constituição de Cádiz, asseguradas que estavam as condições que, pelo menos impediriam intervenções contrarrevolucionárias estrangeiras”<sup>38</sup>, mas também os acontecimentos revolucionários ocorridos em Nápoles deram força aos “conspiradores civis do clube do Sinédrio, fundado em 1818 no Porto [para] aliciar alguns chefes militares para o pronunciamento do 24 de Agosto”<sup>39</sup>.

O Sinédrio refere-se a uma organização secreta, ligada à maçonaria, que tinha como finalidade primeira, de acordo com as palavras de José Maria Xavier de Araújo, um dos seus membros fundadores, de “observar a opinião pública, e a marcha dos acontecimentos, vigiar as notícias da vizinha Espanha [e] se rompesse um movimento anárquico, ou uma revolução [...], conduzi-la para bem do País e da sua liberdade, guardada sempre a devida fidelidade à dinastia da Casa de Bragança”<sup>40</sup>. Este núcleo foi alargando a sua influência, não só junto dos militares, mas sobretudo juntos dos burgueses, “tantos quantos pretendessem reunir-se para comentar a situação da nação e

---

<sup>38</sup> REIS, António - *Nova História de Portugal* Cruz Quebrada: Casa das letras, 2005, p. 160.

<sup>39</sup> BONIFÁCIO, Maria - *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Alfragide: Texto Editores, 2010, p.23.

<sup>40</sup> ARAÚJO, José Maria Xavier de - *Revelações e Memórias para a História da Revolução de 24 de Agosto de 1820, e de 15 de Setembro do mesmo Ano*. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1846, pp. 9-10.

traçar planos que pusessem em marcha um movimento de implementação de um regime liberal no país”<sup>41</sup>.

A posição pouco favorável dos militares, em geral, à causa dos liberais era contrabalançada por um duplo desígnio comum: fazer regressar o Rei à metrópole e afastar os ingleses do poder. E terá sido esse denominador comum que terá levado os militares, particularmente os quartéis do Norte, a aderir à causa liberal.

## 5.2 - Princípios fundamentais do ideário liberal vintista e suas fontes: da Revolução Liberal ao grito de Ipiranga

No ano de 1820 – já o dissemos – vários países da Europa foram fustigados por revoluções de cariz liberal (Espanha, Nápoles e Cecília) e de novo a França conheceu, neste preciso ano, uma forte agitação popular. A conjuntura internacional mostrava-se, assim, favorável à eclosão de um ato revolucionário em Portugal. Internamente, Beresford, sedento de mais poder, dirigiu-se ao Brasil, com a finalidade expressa de obter mais poderes de D. João VI, objetivo que ele conseguiu. Os membros do Sinédrio, encorajados pelo exemplo espanhol que acabava de impor uma Constituição a Fernando VII, não perderam tempo, nem a oportunidade e aproveitaram esta conjugação de fatores favoráveis para consumarem Revolução. A iniciativa coube ao Sinédrio, que contou com a adesão pronta dos militares do Porto:

Na manhã de 24 de agosto de 1820, no Porto, no então chamado Campo de Santo Ovídeo (atual Praça da República), reuniram-se as tropas que tinham aderido ao movimento. Depois de ouvirem missa, os militares deram algumas **salvas** de canhões e ouviram a leitura das **proclamações**, onde se anunciavam os objetivos do **pronunciamento**. Os revoltosos pretendiam fazer regressar o rei, reunir Cortes para elaborar uma **Constituição**, reformar, mantendo a ordem e guardar a “santa religião”<sup>42</sup>.

A iniciativa revolucionária não registou qualquer oposição ou foco de resistência: pelo contrário, foi visível uma adesão generalizada em toda a invicta e rapidamente uma onda generalizada de entusiasmo popular<sup>43</sup> contagiou o Norte do País

---

<sup>41</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2015, p. 523.

<sup>42</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2015, p. 523-524.

<sup>43</sup> Não se falava em soberania nacional: a ideia que se fez passar, junto do povo, era a de que se pretendia restaurar as antigas instituições, representativas da grandeza de que Portugal gozou nesses séculos recuados “séculos venturosos”.

e levou-o a aderir à Revolução. Faltava, porém, a adesão de Lisboa e do resto do país. Para tanto, formou-se uma Junta Nacional Provisional do Governo Supremo do Reino, presidida por António da Silveira Pinto que de imediato tomou as primeiras medidas revolucionárias<sup>44</sup>. Registe-se que o programa do movimento era bastante difuso e com laivos de algum radicalismo, à mistura, por parte de espíritos mais exacerbados. Porém, os conspiradores não questionavam a legitimidade de D. João VI, desde que este aceitasse a Constituição<sup>45</sup>.

A notícia rapidamente chegou a Lisboa. A Regência tomou medidas para contrariar a revolução: organizou um exército que deveria marchar sobre a Junta do Porto e anular a iniciativa. Este corpo militar, supostamente expedicionário, marchou sobre Lisboa e, em pleno Rossio, lançou vivas à Junta do Porto e promoveu um governo interino. Tal como no Porto, a população acompanhada pelo resto do exército aderiu à revolução.

No dia 27 de setembro as Juntas do Porto e de Lisboa encontraram-se em Alcobaça e decidiram unir-se e fundir os dois governos interinos na “Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e na Junta Provisional Preparatória das Cortes”<sup>46</sup>, as quais entraram triunfantes em Lisboa, no dia 1 de outubro. Estava assim consumada a revolução.

Consumada que estava a revolução, urgia tomar medidas. Depois de se comunicar ao rei a notícias dos últimos acontecimentos políticos que então se tinham verificado em Portugal, seguiu-se a iniciativa que ordenou a reunião das Cortes constituintes, “cujos deputados foram eleitos por um sufrágio indireto em três graus: as paróquias elegiam deputados paroquiais, os eleitores paroquiais designavam eleitores de comarca, os eleitores de comarca elegiam os deputados”<sup>47</sup>. Este conjunto de deputados eram, sem exceção, oriundos das fileiras liberais, com predominância da ala mais radical: composto sobretudo pelos doutrinários e diplomados (lentes bacharéis doutores e magistrados), bem como um grupo significativo da burguesia e em menor número militares e membros do

---

PERES, Damião - *História de Portugal*. Vol. VII. Porto: Portucalense Editora, pp. 51-52.

<sup>44</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2015, p. 524.

<sup>45</sup> LABOURDETTE, Jean-François - *História de Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p. 493.

<sup>46</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2015, p. 524.

<sup>47</sup> SARAIVA, José H.- *História Concisa de Portugal*. Contraponto, 2021, p. 379.

clero secular, deixando completamente de fora da revolução as massas rurais e campesinas<sup>48</sup>.

A primeira reunião das Cortes teve lugar no dia 24 de janeiro de 1821. Uma das primeiras medidas foi a eleição de um conselho – a Regência –, que dependia das Cortes. Este substituiu a Junta Provisional e manteve-se em funções até ao regresso de D. João VI do Brasil. Uma segunda medida foi intimar o rei a regressar a Portugal.

Verdadeiramente, os trabalhos parlamentares só tiveram início em fevereiro de 1821, quando Manuel Tomás Fernandes apresentou às Cortes o “Relatório do Estado Público de Portugal”, onde expõe um retrato do estado lastimável em que Portugal se encontrava. Logo nos primeiros debates foram apresentadas algumas medidas que visavam por fim a um conjunto de injustiças que então medravam em Portugal. De entre as primeiras medidas tomadas pelo Soberano Congresso, destacam-se: “a consagração da liberdade de imprensa, a extinção dos direitos banais, a abolição da Inquisição, a concessão da amnistia aos presos políticos e ainda a decisão de compilar as leis, em novos códigos, um civil e um criminal”<sup>49</sup>. Mas o principal desígnio das Cortes era elaborar uma Constituição que presidisse aos destinos do país. Porém, essa era uma tarefa deveras exigente, dificultosa e demorada. Por isso, Manuel Tomás Fernandes apresentou uma proposta de lei que vigorasse interinamente até à aprovação da nova Constituição.

Nas bases da Constituição ficavam plasmadas as linhas programáticas que a nova Constituição deveria assegurar – precisamente as mesmas que serviram de alicerce à Constituição de Cádiz –, garantindo os seguintes princípios:

*A primeira secção*, dedicada aos direitos individuais do cidadão, determinava que a nova Constituição deveria “manter a liberdade, segurança e propriedade de todo o cidadão;

Na *Segunda secção*, “Da Nação Portuguesa, sua Religião, Governo e Dinastia”, o documento consagrava a religião católica romana como religião da nação portuguesa, a Monarquia Constitucional hereditária, como o seu regime político e D. João VI como o seu legítimo soberano. Declarava também que a soberania residia na nação, sendo seus representantes os deputados reunidos em Cortes. Por fim estabelecia-se no documento a divisão e a independência de poderes: o poder

---

<sup>48</sup> Dos 100 deputados, 39 eram homens de leis, 21 professores e pessoas de profissão liberal, 16 membros do clero, 10 oficiais do exército, 6 médicos e 3 comerciantes e industriais. Conf. LABOURDETTE, Jean-François - *História de Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p. 494.

<sup>49</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2015, p. 526.

legislativo residia na Cortes, o poder executivo pertencia e aos seus ministros e o poder judicial seria exercido pelos juízes<sup>50</sup>.

### 5.2.1- *O regresso do rei*<sup>51</sup>

Desde 1814 que havia a consciência de que uma das principais causas da crise que se vivia em Portugal resultava da permanência contínua da família real no Brasil. O rei foi protelando a situação, sem manifestar qualquer vontade de regressar a Lisboa. A partir da revolução de 1820, a situação alterou-se, já que uma das disposições das Cortes era o decreto que ordenava o regresso da família real a Portugal. Na sequência da aprovação das Bases da Constituição, o rei jurou a nova ordem constitucional no Brasil e anuiu, conforme a intimação das Cortes, regressar à Metrópole, juntamente com a família real. No Brasil ficou, apenas, D. Pedro como regente.

No dia 4 de junho de 1821, a comitiva de D. João VI desembarcou em Lisboa, onde foi recebida pelas Cortes. Depois de uma breve passagem pela Sé, dirigiu-se à sala das Cortes, onde jurou de novo as Bases da Constituição<sup>52</sup>. Nesse mesmo dia, D. João VI nomeou um governo novo que substituiu a Regência interina nomeada pelas Cortes.

### 5.2.2 - *A Constituição de 1822*

A elaboração da Constituição ocupou as Cortes por mais de um ano, sendo assinada e decretada em 23 de setembro de 1822 e jurada no dia 30 do mesmo mês. Quem detivesse cargos públicos e quem exercesse funções civis, religiosas e militares tinha que jurar a Constituição, segundo a fórmula resultante do Decreto de 11 de outubro: “Juro respeitar e fazer respeitar a Constituição política da monarquia portuguesa que as Cortes constituintes desta nação acabam de decretar”<sup>53</sup>. Quem se negasse a jurá-la, deveria perder a qualidade de cidadão e, conseqüentemente, partir para o exílio. D. Carlos da Cunha (Patriarca de Lisboa) e a Rainha foram as duas figuras de relevo que se recusaram a jurá-la, tendo sido exilado o primeiro e poupada a segunda, em virtude de ter invocado um estado de saúde grave. D. Carlota tornou-se, juntamente com seu filho, D. Miguel a

---

<sup>50</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2015, p. 526-257.

<sup>52</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2015, p. 527-528.

<sup>53</sup> LABOURDETTE, Jean-François, *História de Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p. 495.

principal figura da oposição que dava voz ao descontentamento geral, mas sobretudo da nobreza e do clero.

Por que razão a Constituição de 1822 não agradou a tanta gente? Maria Cândida Proença<sup>54</sup>, depois de afirmar o seu carácter progressista – e essa terá sido a principal razão -, refere os aspetos característicos de cada uma das partes: na *primeira*, referente aos direitos e liberdades individuais, destaca-se a extinção de todos os privilégios resultantes do nascimento; perante a lei, todos cidadãos passaram a ser iguais e todos, por exemplo, podiam aceder a cargos públicos, de acordo com as suas capacidades. Foram também consagrados o direito à liberdade de opinião, à segurança e o direito à propriedade privada.

No *aspeto político*, a Constituição declarava que a soberania residia na nação e reconhecia a repartição tripartida do poder: legislativo, executivo e judicial. Cabendo o primeiro às Cortes; o segundo ao rei e ao governo e o judicial seria exercido pelos juízes, nos tribunais.

No que se refere ao *ensino*, a Constituição “vai-se constituir a legatária da herança pombalina, mas já enriquecida pelos debates da revolução francesa, concretamente no que concerne à universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino”<sup>55</sup>. E será esse desígnio apontado pela Constituição de 1822 que se tornará apanágio do liberalismo e de todas as reformas que levará a cabo em todo o constitucionalismo.

Em síntese, Maria Cândida Proença responde à questão acima formulada:

Esta Constituição não agradou a grande parte da população, por ser demasiado progressista para a época. A nobreza e o clero não ficaram satisfeitos, porque perdiam todos os privilégios de que gozavam. A concessão do direito de voto a todos os que soubessem ler e escrever, além de desagradarem à nobreza e ao clero, também não satisfazia os interesses dos grandes proprietários e dos homens de negócios. Mas também ao rei, cujos poderes ficavam muito limitados pelas Cortes, desagradavam as novas imposições constitucionais<sup>56</sup>.

D. João VI jurou a *Constituição* no dia 1 de outubro de 1822, precisamente, no dia em que se completava o segundo aniversário da entrada das Juntas Provisórias em

---

<sup>54</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2015, p. 529.

<sup>55</sup> NÓVOA, António - *Evidentemente. Histórias da educação* Porto: edições ASA, 2005, p. 23.

<sup>56</sup> PROENÇA, Maria Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2015, p. 530.

Lisboa: este acontecimento, profundamente simbólico, assinalava o triunfo definitivo da revolução liberal em Portugal.

Os homens que perpetraram a revolução de 1820 e que participaram na elaboração da Constituição de 1822 ficariam, doravante, conhecidos como *vintistas*. O *vintismo* foi durante muito tempo a ala mais radical do constitucionalismo português. Se o quisermos situar no tempo, podemos dizer que representa a ideologia liberal, compreendida no período “entre a revolução liberal de 1820 e o golpe da Vila-Francada de 1823”<sup>57</sup>. Esta ideologia focou-se na regeneração da nação, apoiando as concepções não só da revolução de 1820, como também da Constituição de 1822: O *vintismo* e a *Constituição* eram duas faces da mesma moeda. O conceito de regeneração da nação, nesse tempo, prendia-se diretamente com a recuperação das liberdades perdidas sob os desmandos e desgovernos dos absolutistas, despóticos e intransigentes no seu antiliberalismo. Em 1836 os ideais vintistas irão ser reafirmados com a revolução setembrista e com a reposição da Constituição, que esteve em vigor até 1842.

### 5.2.3 - A *Independência do Brasil*

Vimos que a estadia prolongada da família real no Brasil estimulou o desenvolvimento daquele território, que, por conseguinte, deixaria de ser colónia e ganharia o estatuto de parte integrante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a partir de 1815. Quando D. João VI deliberou regressar a Lisboa – já o referimos – deixou o governo daquele país nas mãos de seu filho D. Pedro, tendo-o nomeado *regente* e seu *lugar-tenente*<sup>58</sup>. Entretanto no Brasil davam-se acontecimentos gravíssimos que representavam mais do que verdadeiros sintomas das aspirações dos brasileiros a tornarem-se independentes. Tudo isso conjugado com a pressão das Cortes que intimavam D. Pedro a regressar a Lisboa, fez aumentar a antipatia dos brasileiros para com a metrópole.

O braço-de-ferro entre os deputados vintistas e os deputados representantes do Brasil apenas serviu para aprofundar o fosso que os separava, fazendo aumentar o sentimento antibrasileiro entre os vintistas, que tratavam os colegas, representantes do Brasil, como “traidores à Pátria”. Alguns deputados pelo Brasil recusaram-se a assinar a

---

<sup>57</sup> FORTES, Alexandra; GOMES, Fátima Freitas; FORTES, José - *História de Portugal*, Volume 3”, Areal Editores, 2017, p. 93.

<sup>58</sup> MASCARENHAS, Arsénio - *Compêndio da História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920, p. 156.

Constituição em outubro e abandonaram os seus cargos no Congresso e embarcaram para Inglaterra.

Apraz-nos referir que a conjuntura internacional era favorável à independência do Brasil: a França e a Inglaterra viam na independência a oportunidade de comercializar diretamente com o Brasil, sem pagar direitos a Portugal; a Áustria também apoiava a independência do Brasil, porque D. Pedro era casado com D. Leopoldina, filha do imperador austríaco e este nutria grande simpatia pelo genro.

#### ***5.2.4 - O Grito do Ipiranga***

A relação entre o Brasil e Portugal estava presa por um fio. D. Pedro já assumira, em maio de 1822, o título de “Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil”. As forças expedicionárias que chegaram ao Brasil com a missão de obrigar o Príncipe a cumprir as deliberações do Congresso foram tomadas como inimigas e impedidas de partir, assim como as tropas portuguesas estacionadas no Rio de Janeiro, que tinham sido intimadas a regressar.

D. Pedro quando recebe a notificação das Cortes que o obrigava a regressar a Portugal, reagiu com a declaração unilateral da independência do Brasil: “Independência ou morte! Estamos separados de Portugal”. Foi este o famigerado grito que para a História ficaria conhecido como “o grito de Ipiranga”. O reconhecimento da independência, por parte de Portugal, só aconteceria em agosto de 1825, bem como o reconhecimento de D. Pedro como imperador do Brasil.

### 5.3 - A evolução do constitucionalismo: do primeiro liberalismo ao caminho das pedras

#### 5.3.1 – A *contrarrevolução Absolutista*

Qualquer revolução tem como contraponto, no mínimo, uma reação. Com as profundas alterações levadas a cabo pela revolução liberal e consequente *Constituição*, gerou-se um clima de crispação social: os defensores do antigo regime viram os seus poderes e privilégios desinstalados e definitivamente abolidos. Em ordem a agradar aos revoltosos, o rei promulgou uma série de providências que iam no sentido de repor a situação anterior à revolução. No dia 6 de Março de 1824 foi restabelecida a censura e revogada a lei que estabelecia a liberdade de imprensa. Porém, o partido absolutista não ficou satisfeito com a atuação do rei e do novo Governo, que não permitiu a “caça” aos liberais, limitando-se à deportação dos vintistas mais radicais. Esta moderação de D. João VI comprometia o restabelecimento do regime absolutista, que D. Miguel e sua mãe tanto desejavam.

D. Miguel, aproveitando essa onda de descontentamento, liderou e personificou a reação e luta antiliberal que acabaria por lançar o país em sangrenta guerra civil. Apoiado pelas forças militares, D. Miguel lançou em 27 de Maio de 1823, em Vila Franca, o pregão da revolta: “sem forças para resistir, as Cortes dissolveram-se e o rei aceitou os factos consumados, suspendendo a vigência da Constituição de 1822 e prometendo a promulgação de nova lei fundamental que garantisse a segurança pessoal, a propriedade e os empregos”<sup>59</sup>. Era a Vila-Francada a assinalar o *terminus* do primeiro período constitucional: D. Miguel nomeou um governo novo, anulou as sentenças contra a rainha sua mãe, D. Carlota Joaquina, libertou os presos políticos e prometeu uma Carta Constitucional.

Insatisfeito com a moderação de D. João VI, D. Miguel, com a ajuda do exército, organizou outra revolta, que ficaria conhecida por “Abrilada”, por ter ocorrido em Abril de 1824: “D. Miguel, à frente do exército, anunciou que a vida do rei corria perigo, prendeu os ministros e preparou-se para assumir o poder. O corpo diplomático interveio, retirando o rei do paço, onde estava prisioneiro, e conduziu-o a uma nau surta no Tejo. Aí pôde D. João VI recuperar o domínio da situação. D. Miguel foi mandado sair do país e a corrente moderada manteve-se no

---

<sup>59</sup> SARAIVA, José Hermano – *História Concisa de Portugal*. Mem Martins: Publica Europa América, 1999, p. 284.

poder<sup>60</sup>. Com o exílio de D. Miguel, os absolutistas sofreram uma pesada derrota, mas não se deram por vencidos.

### 5.3.2 - *Morte e sucessão de D. João VI*

A morte de D. João VI, em março de 1826, alguns meses após o reconhecimento da independência do Brasil, levantou a complexa questão da sucessão: D. Pedro, o filho primogênito, seria o herdeiro natural da Coroa. Porém, a circunstância deste ser Imperador do Brasil constituía um impedimento para ser rei de Portugal. D. Miguel, o filho mais novo era um absolutista radical e representava para o país uma séria ameaça: os golpes da Vila-Francada e da Abrilada por si perpetrados eram a evidência do quão perigoso seria para o país essa aventura. Os potenciais perigos resultantes de uma regência levada a cabo por D. Carlota Joaquina não se afiguravam menores. Por isso, D. João VI, antes de falecer «nomeou uma regência provisória presidida pela infanta D. Isabel Maria, que deveria governar até que o “legítimo herdeiro e sucessor da Coroa” fosse designado»<sup>61</sup>.

D. Pedro (chamado IV de Portugal e I do Brasil) poucos dias após a receção da notícia da morte do pai, outorgou, precisamente a 29 de abril de 1826, aos portugueses a Carta Constitucional, que por efeito das veementes instâncias do general, depois Duque de Saldanha, foi jurada em Lisboa no dia 31 de julho daquele mesmo ano e mais tarde acrescentada e modificada em alguns dos seus artigos pelo *Acto Adicional* de 5 de julho de 1852, pela lei de 24 de julho de 1885 e pelas leis de 3 de abril e 21 de maio de 1896<sup>62</sup>. Em seguida, a 2 de maio de 1826, despachou um novo decreto, assinado como D. Pedro IV. Nesse decreto, D. Pedro abdicava em sua filha D. Maria da Glória, que tinha então sete anos, o direito à coroa portuguesa, declarando que essa abdicação só se tornaria efetiva logo que imperasse em Portugal o novo regime e quando esse tempo competente se realizasse, como era seu desejo, o casamento de sua filha com o infante D. Miguel, tio dela. Para concretizar este desígnio, D. Miguel deveria jurar a Carta Constitucional. Só depois D. Miguel poderia assumir a regência<sup>63</sup>. Julgou D. Pedro poder resolver o

---

<sup>60</sup> SARAIVA, José Hermano – *História Concisa de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1999, p. 284 -285.

<sup>61</sup> PROENÇA, Maria Cândida, *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 539.

<sup>62</sup> «Chegada a Lisboa, o embaixador inglês Carlos Stuart, que era portador da Carta, houve ao princípio certa relutância da parte dos ministros para a pôr em execução; e só depois de uma reclamação enérgica do general Saldanha foi a nova Constituição jurada». SORIANO, S. J. da Luz - *História da Guerra Civil*, terceira época, tomo VI, doc. N.º 156, p. 260.

<sup>63</sup> MASCARENHAS, Arsénio - *Compêndio da História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920, p.157.

problema da sucessão com esta solução de compromisso que, a seu ver, seria bem recebida pelas três correntes que então disputavam o poder em Portugal: liberais, moderados e absolutistas<sup>64</sup>.

Ao outorgar a Carta Constitucional, D. Pedro não só clarificava a sua posição política, como deixava claro aquilo que desejava para Portugal: pretendia que Portugal continuasse a viver sob um regime liberal, mas não tão radical como aquele que a Constituição de 1822 tinha imposto. Lembremos que há diferenças significativas entre a Carta e a Constituição<sup>65</sup>: «[...] a Constituição de 1822 tinha sido elaborada pela Nação e imposta ao rei, a Carta fora preparada pelo rei em sua “real sabedoria” e concedida como uma dádiva à nação»<sup>66</sup>. “Tal como a Carta, a Constituição estipulava a separação dos poderes clássicos – o legislativo, o executivo e o judicial -, mais um: o moderador”<sup>67</sup>.

Quanto aos titulares dos órgãos de soberania, o poder legislativo continuava nas mãos das Cortes, sendo exercido por duas câmaras: a dos deputados (eletiva e temporária) e a Câmara Pares (com cargos vitalícios e hereditários, nomeados pelo rei e sem número fixo). Quanto ao poder moderador – esse estava nas mãos do rei e monitorizava a harmonia entre os outros três poderes. O poder executivo pertencia ao rei, mas era exercido pelos seus ministros. O poder judicial pertencia aos tribunais, sendo exercido pelos juizes de forma independente.

A Carta garantia ainda os direitos dos cidadãos: “o direito à liberdade de expressão, oral e escrita; o direito à segurança, que vinha garantir que que ninguém podia ser preso sem culpa formada; e o direito à propriedade”<sup>68</sup>. Apesar do seu pendor liberal, a Carta era nitidamente menos democrática do que a Constituição de 1822: A Carta representava o direito divino dos reis; era uma concessão do senhor, em vez de um pacto social, ao passo que a Constituição de 1822, derivava da soberania popular, era a consagração das doutrinas democráticas.

#### 5.3.4 - A Tomada do poder por D. Miguel

Quando D. Miguel chegou a Lisboa, precisamente no dia 28 de fevereiro de 1828, os absolutistas exultaram e entre vivas aclamaram D. Miguel com o cântico “O Rei

---

<sup>64</sup> SARAIVA, José Hermano - *História Concisa de Portugal*. Contraponto, 2021, p. 386.

<sup>65</sup> Este é um dos temas que frequentemente é escolhido pelos alunos para ser tratado nos trabalhos de grupo.

<sup>66</sup> SARAIVA, José Hermano de – *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1999, p. 285 – 286.

<sup>67</sup> PROENÇA, Maria Cândida, *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 540.

<sup>68</sup> PROENÇA, Maria Cândida, *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 540.

chegou”. No dia 26 de maio, D. Miguel jurava fidelidade a D. Pedro e a D. Maria da Glória e jurou também fidelidade à Carta. De acordo com as disposições de D. Pedro, contraiu matrimónio com a sobrinha e foi empossado como regente <sup>69</sup>.

A onda contrarrevolucionária que alastrou pelo país, criou a condições favoráveis para que os acontecimento que se seguiram fossem coroados de êxito: “D. Miguel nomeou um novo governo, muito mais conservador, e tentou destituir todos os detentores de cargos públicos e comandantes de regimento, substituindo-os por homens de sua confiança, enquanto os seus partidários perseguiram os liberais, que começavam agora a emigrar para o estrangeiro” <sup>70</sup>. Foi nesse clima de intolerância que D. Miguel reintroduziu o absolutismo em Portugal: as cortes convocadas à maneira antiga proclamaram D. Miguel como rei e declarar nulos todas as iniciativas de D. Pedro, após a morte de D. João VI.

### 5.3.5 - A *Guerra Civil*

A usurpação do poder por D. Miguel preocupou as potências estrangeiras que protestaram contra a atitude e falta da caracter de D. Miguel. Porém, nenhuma se dispôs a intervir no sentido de repor a ordem constitucional. Assim continuaram as perseguições aos liberais: uns foram presos, outros executados e muitos tiveram que se exilar, particularmente em França e em Inglaterra. Porém, a reação liberal não se fez esperar, tendo entrado o país em estado de guerra civil, desde 1828 até 1834.

Importa, desde já, referir que a guerra civil que os liberais travaram contra os miguelistas não se fez em nome da Constituição, mas da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro. O lema dos combatentes liberais era: “Rainha e Carta”. A Constituição permanecerá como uma espécie de modelo alternativo para a Carta Constitucional e isso virá a ter a sua expressão na Constituição de 1838. Essa será uma constante que se irá prologar no tempo: os liberais “mais radicais” terão sempre como referência a Constituição de 1822; os mais moderados ou conservadores, a Carta Constitucional.

Depois da primeira reação liberal contra o novo absolutismo – a *Belfastada* –, iniciativa levada a cabo, a partir da cidade do Porto, imediatamente reprimida pelo exército absolutista, deu-se a primeira grande manifestação de terror miguelista: “mais de mil prisões, julgamentos sumários, numerosas condenações à forca, das quais só se puderam

---

<sup>69</sup> LABOURDETTE, Jean-François, *História de Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p. 504-505

<sup>70</sup> PROENÇA, Maria Cândida, *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 541.

cumprir doze, porque a maioria dos condenados estava em Inglaterra. [...] A lista de 618 presos políticos que deram entrada na prisão de S. Julião da Barra”<sup>71</sup> é um sintoma claro do nível de violência que as perseguições atingiram, mas é também um claro sinal da popularidade que as novas ideias liberais atingiram em Portugal.

Simultaneamente, na Madeira e na ilha Terceira formavam-se núcleos de resistência liberal. Se o primeiro foi esmagado pelas tropas absolutista, já a revolta terceirense aguentou-se firmemente e acabaria por ser decisiva para a vitória final dos liberais.

Para ali convergiram os exilados de Inglaterra - aqueles por quem o governo conservador não granjeava qualquer simpatia - e ali se reuniram todas as outras forças dispersas do liberalismo.

A situação internacional, entretanto, mudou em 1830: em França, a revolução de julho<sup>72</sup>, que entronizara o rei Luís Filipe de Orleães, punha fim ao último fôlego da aristocracia francesa e este golpe parisiense abalava os fundamentos da Santa Aliança, comprometendo desta feita o baluarte antirrevolucionário que acerrimamente combatia os ideais liberais.

Os efeitos da Revolução de julho fizeram-se sentir, quer em Inglaterra, com a eleição do “Gabinete Frey, liberal e reformista, quer nos Estados Unidos da América, com a eleição presidencial de Jackson, político progressista, marcavam uma viragem extremamente favorável à vitória do liberalismo nos países da Europa ocidental”<sup>73</sup>.

No Brasil, D. Pedro aproveitou essa mudança dos ventos que sopravam na Europa favoráveis ao liberalismo: abdicou do trono brasileiro, em favor do seu filho, D. Pedro de Alcântara e embarcou para a Europa, para defender a causa da filha. Se na Inglaterra não encontrou o apoio esperado, já, na França, Luís Filipe de Orleães manifestou-lhe todo o apoio político e militar: conseguiu dinheiro emprestado, comprou navios de guerra, armas e recrutou mercenários. No ano imediato seguiu para os Açores.

---

<sup>71</sup> Dessa número (618), José Hermana Saraiva apresenta uma lista representativa das profissões, onde se percebe claramente como as ideias liberais estavam difundidas na sociedade portuguesa de forma transversal: militares (227), professores e estudantes (93), comerciantes (87), profissões populares (78), funcionários públicos (52), eclesiásticos (42), proprietários e lavradores (31). SARAIVA, José Hermano - *História Concisa de Portugal*. Contraponto, 2021, p. 388-389.

<sup>72</sup> A **Revolução de Julho de 1830**, também conhecida como as “Três Gloriosas” (*Les Trois Glorieuses*), foi a designação encontrado pelos franceses para designarem os acontecimentos dos dias 27, 28 e 29 de julho do ano de 1830, conhecidos como os *três dias gloriosos*, durante os quais os parisienses e as ditas sociedades secretas, ligadas aos movimentos republicanos e à burguesia liberal levaram a cabo uma série de revoltas que obrigaram Carlos X a abdicar do poder, tendo posto fim ao período que para a História ficaria conhecido como *Restauração francesa*. HOBSBAWM, Eric. J.- *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Lisboa: Presença (trad. port.), 1992, p. 84.

<sup>73</sup> REIS, António, Nova *História de Portugal* Cruz Quebrada: Casa das letras, 2005, p. 168.

Foi, portanto, a partir dos Açores, da ilha Terceira, o baluarte da resistência liberal, que se formou um governo de regência em nome de D. Maria II. Seu pai, D. Pedro IV, em Junho de 1832 saiu guarnecido de Ponta Delgada, em direção ao continente, fazendo-se acompanhar de 7500 homens, com a intenção de tomar o poder. Desembarcaram em Mindelo e instalaram-se no Porto.

Ao cerco miguelista de cerca de 80 000 homens, resistiram com bravura, durante um ano, as hostes liberais, no meio de sangrentas batalhas, travadas entre irmãos, filhos da mesma pátria. Pouco a pouco, os liberais, já nos limites das suas forças, ganhavam alguma vantagem, que era mais simbólica do que efetiva, de tal forma que, no dia 24 de Julho de 1833, D. Pedro IV entrou em Lisboa, quase sem resistência dos miguelistas, o que foi decisivo para definir a sorte final na guerra. Mas as lutas continuaram até ao dia 23 de maio, o dia em que foi assinado o armistício que punha fim à guerra civil: três dias depois foi assinada a convenção Évora Monte, onde se acordaram os termos da amnistia geral concedida aos absolutistas, contanto que D. Miguel partisse para o exílio no prazo de quinze dias e o exército absolutista fosse desarmado. O governo ficou, nos termos desta convenção, obrigado ao pagamento de uma pensão anual de 60 contos a D. Miguel.

#### **5.4 - O segundo liberalismo: entre as hostilidades do cartismo e do setembrismo**

O regime que se implantou em 1834 em Portugal, não só representa uma rutura com a conjuntura do quadro histórico de 1820, como inaugura uma segunda fase do liberalismo, a qual se estabelece não pela via da revolução,

mas no termo de uma guerra cruel que atingiu todas as estruturas do País, pelo que tinha de superar a antinomia do liberalismo como força redentora face ao absolutismo. Mais do que na crítica do antigo regime, impunha-se agora consolidar o Estado que a sorte das armas favorecera. Havia que reunir as forças políticas que se opunham dentro do sistema para que o ideal da vitória se viesse a transformar em fecunda acção política <sup>74</sup>.

Podemos afirmar que 1834 é o marco que separa por justaposição o Portugal Antigo do Portugal Novo. Para trás, fica a memória, ainda viva, de um país abalado por tempestades políticas e a guerra civil que lhe ensanguentou o solo; doravante, nasce o sonho da liberdade e do progresso, assim caracterizado por um jornal da época:

A época de terror e luta que atravessámos deixou em nós profundas impressões que o tempo não as poderá facilmente delir, e todos os nossos sentimentos, postos em acção por uma série de acontecimentos incalculáveis,

---

<sup>74</sup> SARAIVA, José Hermano de – *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1999, pp. 285 – 286

ainda não poderão assentar; as paixões em agitação e até em combate, nem nos podem ainda bem reflectir que gozamos as delícias de um mundo livre. Em tais circunstâncias, pois será bem difícil conciliar a atenção pública, por tantas e tão justas causas distraída; no entanto, depois do restabelecimento das liberdades pátrias, cumpre promover a difusão da instrução pública, a base mais sólida e inconcussa [SIC] em que aquelas podem assentar, e pouco a pouco ir reparando as ruínas causadas pelos anos do império da ignorância e da inquietude<sup>75</sup>.

Aniquilado o absolutismo, esperava-se um tempo novo: um tempo em que de alguma maneira Portugal pudesse recuperar da estagnação belicosa de 14 anos cumulativos ao atraso de dois séculos consecutivos em que o país havia mergulhado, assim o refere Alexandre Herculano no seu inconformismo:

Já é tempo que a todos chegue o reinado da luz. Portugal está atrasadíssimo no que propriamente se diz civilização derivada da ilustração. [...] Se até agora, segundo *Chauchard* e *Munia* «guerras contínuas, depois o jugo pesado de Espanha, a opressão da inquisição, e nos últimos tempos, excessos de um governo despótico, impediram (em Portugal) o progresso das ciências e das letras», essas razões de desculpa passaram. A influência dos últimos tempos quase lhes varreu de todo a memória. Chegado é o tempo do trabalho e das melhorias úteis <sup>76</sup>.

Com estas palavras Alexandre Herculano introduzia no debate que então se travava na ágora portuguesa a narrativa da regeneração do país, cuja chama sagrada manteria permanentemente acesa até 1868<sup>77</sup>. Porém, a seguir à tempestade não se segue, necessariamente, a bonança: “o fim da guerra civil não significou estabilidade para o País. Os liberais achavam-se minados por divisões internas e a reintegração dos absolutistas na família política só contribuiu para piorar a situação. Exacerbaram-se as perseguições contra o lado vencido, com os confiscos e as destruições acompanhantes <sup>78</sup>. Em síntese, a situação política em 1834 caracterizava-se pela precariedade a todos os níveis: crise económica, ideológica e militar e marginalização das camadas populares. Mas o país não podia esperar mais, Por isso surgiram medidas para o erguer do pântano em que se encontrava, logo no alvorecer do constitucionalismo: “do ponto de vista legislativo, as inovações de maior relevo do constitucionalismo monárquico foram a legislação de

---

<sup>75</sup> *REPOSITÓRIO Literário*), “Introdução” ao n.º. 1 de 1834.

<sup>76</sup> HERCULANO, Alexandre. «O seculo – Educação – Asilos de primeira infância». In *O Panorama*, n.º 62 de 7 de julho de 1838, p. 210.

<sup>77</sup> RODRIGUES, João – *A Educação na Revista O Panorama* -Tomo I [tese de doutoramento]. Vila Real: UTAD, 2008.

<sup>78</sup> OLIVEIRA MARQUES, de António Henrique Rodrigo de – *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores, 1977, pp. 94-95.

Mouzinho da Silveira, a extinção das ordens religiosas, as tentativas municipalistas e a publicação do Código Civil”<sup>79</sup>.

A conjuntura era difícil: D. Pedro faleceu nesse mesmo ano e a princesa, com apenas quinze anos, foi proclamada rainha. Os liberais não conseguiram a convergência; pelo contrário, partidaram-se e hostilizaram-se mutuamente, travando, a partir de então, uma “guerra” implacável que se prolongou até 1851 entre as duas facções emergentes: setembrismo e cartismo.

#### 5.4.1 - *Setembrismo*

No dia 11 de Setembro de 1836 eclodiu, em Lisboa, a revolução, conhecida como Setembrismo, que opôs os vintistas aos cartistas. O setembrismo, que até meados do século, serviu para exprimir a ala mais avançada do liberalismo: “designa a ala mais radical e esquerdista do liberalismo, (...) e defendia a soberania popular e a restauração de uma constituição (...)”<sup>80</sup>. Com o setembrismo foi abolida a Carta Constitucional e provisoriamente restaurada a Constituição de 1822, até que surgisse uma nova Constituição resultante do compromisso entre ambas<sup>81</sup>.

Ao contrário da outra revolução, o setembrismo não foi um pronunciamento de chefes militares que arrastou as massas populares atrás de si; pelo contrário, foi uma iniciativa popular à qual as tropas aderiram. A Revolução de setembro teve lugar em 1836, motivada pelo descontentamento produzido pela política de pendor liberal-cartista. O setembrismo, que iria manter-se até 1842, data da substituição da Constituição de 1838 pela Carta Constitucional. Foi um período de profunda instabilidade, onde se destacou, logo no ano da revolução, a tentativa de golpe de estado para restaurar a Carta, a *Belenzada*, a partir do palácio real, a qual contou com o apoio de Inglaterra e da Bélgica; em 1837 deu-se a revolta dos quartéis, que teve como protagonistas Saldanha e Terceira, razão pela qual ficou conhecida como *revolta dos marechais*. Durou de julho a setembro, tendo sido vencida após sangrentos combates. Os batalhões da Guarda Nacional (movimento paramilitar) constituíam uma nova força do movimento hostil ao Governo. O movimento mais ativo desses batalhões era o dos *arsenalistas*. Liderados por Soares de

---

<sup>79</sup> SARAIVA, José Hermano de – *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1999, p. 292.

<sup>80</sup> FORTES, Alexandra; GOMES, Fátima; FORTES, José - *História de Portugal*, Volume 2º. Porto: Areal Editores, Areal Editores, 2017, p.115.

<sup>81</sup> ROCHA, Filipe – *Fins e objectivos do sistema escolar português – 1.º período*. Aveiro: Paisagem Editora, 1984, p. 38.

Caldeira, intentaram novo assalto ao poder. Este movimento foi aniquilado pelas tropas do Governo, no Rossio, no dia 3 de Março de 1838.

Deste período marcado pela governação setembrista são merecedores de referência as inovações legislativas que se prendem diretamente com a cultura e que derivam da reforma educativa protagonizada por Passos Manuel em 1836: refira-se a criação dos liceus, a fundação da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, da Escola Politécnica de Lisboa e da fundação da Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto, bem como a abolição da escravatura em África.

A Constituição de 1838 “conjuga o texto da Constituição de 1822 com algum articulado da Carta Constitucional, numa intenção conciliatória”<sup>82</sup>. O setembrismo acabou por agonizar por se ter revelado incapaz de ultrapassar as “contradições motivadas por um certo reformismo demagógico, o que proporcionou a subida de Costa Cabral ao Poder”<sup>83</sup>, precisamente em 1842, data em que a Rainha mandou proclamar outra vez a *Carta Constitucional* - agora de vigência definitiva - como constituição política do País. o setembrismo entra em agonia e numa tentativa desesperada de subsistência, liga-se ao povo dos campos, assumindo uma postura antiliberalista, entrando em contradição ideológica.

#### 5.4.2 – *O cabralismo*

Costa Cabral fez uma acrobacia política: passou da esquerda radical para a direita cartista, ele que tinha sido um dos chefes da revolta dos *arsenalistas*.

Que consequências teve essa mudança na ação do governativa de Costa Cabral?

Como todos os realistas, preocupou-se menos com os princípios do que com os factos, menos com o futuro do que com o presente. Os objetivos que se propôs atingir foram a restauração da ordem no estado, a eficiência do serviço público, a docilidade da opinião pública. Algumas reformas importantes recaíram sobre o sistema tributário e a contabilidade pública, os serviços de saúde, a organização administrativa, na qual abandonou o rumo romântico de uma descentralização para a qual se invocava a tradição medieval e optou-se pela subordinação das autarquias ao poder central <sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup> REIS, António, *Nova História de Portugal* Cruz Quebrada: Casa das letras, 2005, p. 169.

<sup>83</sup> REIS, António, *Nova História de Portugal* Cruz Quebrada: Casa das letras, 2005, p. 169.

<sup>84</sup> SARAIVA, José Hermano – *História de Portugal*. Mem-Martins: Publicações Europa América, 1999, p. 302.

Estas medidas, em grande parte tributárias, atingiram o país na sua totalidade e o descontentamento levou ao amplo movimento de *Maria da Fonte* contra o Cabralismo. A queda do ministro Costa Cabral não impediu Saldanha de continuar o modelo cabralista. Eclode, por isso, a revolta da *Patuleia*, com as juntas governativas a proverem e a excitaram em quase todo o Reino, o povo contra o Poder central. A contestação era tão forte que o Governo perdeu por completo o controlo político do País. Só com a intervenção estrangeira (sob a égide de Inglaterra) foram travados estes movimentos, cujo desfecho culminou com a assinatura da Convenção de Gramido.

Na sequência da revolta da Maria da Fonte, Costa Cabral foi afastado do Governo em 1846. O período que se seguiu à agitação (1846-1851) foi um período de apatia, de estagnação, onde além das rotinas particulares nada de significativo se registou. Costa Cabral regressou de novo ao poder em 1849, prolongando-se a sua última fase, ligado à atividade de governante, até 1851.

A segunda parte do século XIX caracterizar-se-á por esta tensão permanente entre o conservadorismo cartista, quase sempre no poder, e o progressismo setembrista, mais talhado para a oposição, praticamente até ao crepúsculo da monarquia constitucional que vê os partidos em agonia fechar um ciclo político de oito séculos e abrir as portas ao novo regime: a república.

## 5.5 – Portugal nos caminhos da Regeneração

*Vivamos livres ou morramos homens!*

(Almeida Garrett - *Lucrecia*)

A polissemia da palavra “regeneração”, no contexto oitocentista português, reveste-se de diferentes significados. Importa, por isso, que esclareçamos as aceções em que a empregamos:

- No **vinatismo**, o conceito de *regeneração* reveste-se de um significado político, cujos conteúdos se prendem com a conquista e manutenção dos direitos liberdades e garantias que a Constituição de 1822 garantia. Garrett é, porventura, a figura que melhor incarna, representa e defende esta conceção;
- A *segunda aceção* refere-se “[...] à ideia que alimentou nos anos 30 e 40 a intervenção cívica, com o intuito de ilustrar a nação portuguesa, de tal forma que Portugal pudesse acompanhar o desenvolvimento dos países mais avançados da Europa. A sua finalidade imediata, recortada no período de tumultuosa perturbação em que se inaugurou a ordem política constitucional, apontava para o renascimento da Nação”<sup>85</sup>. Alexandre Herculano foi o melhor interprete e entusiasta deste movimento cultural;
- A *terceira*, refere-se ao período que teve início com a revolução de 1851, liderada pelo Marechal Saldanha a que chamou *Regeneração de Portugal*. O Período que se seguiu caracteriza-se por uma estabilidade política. No ano seguinte, a promulgação do *Ato adicional da Carta Constitucional* pôs fim às lutas entre cartista e setembrista: é a partir de então que as forças políticas portuguesas passam a esgrimir-se entre os dois partidos emergentes: *Partido Regenerador* que acolhia as posições políticas mais conservadoras e o *Partido Histórico*, mais tarde designado de *Progressista*, defensor das ideias mais avançadas. Apesar de tudo, os dois partidos não divergiam muito ideologicamente e encontraram uma fórmula *sui generis*, que para a História ficaria conhecida como *rotativismo*, fazendo alternar os partidos no poder. Com esta alternância foi possível encontrar uma certa estabilidade política que viria a caracterizar uma parte significativa da segunda metade do século XIX. Esta fase identifica-se claramente com as políticas de obras públicas levadas a cabo por Fontes Pereira de Melo. Sempre que o conceito de *Regeneração* surja neste *Relatório*, sem qualquer contexto que o remeta para as outras aceções, ele deve ser entendido nesta aceção, que também pode ser designada de regeneração *in stricto sensu*;

---

<sup>85</sup> RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”* [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008, pp. 11-12.

- Sem forçarmos a História, parece-nos legítimo falar de uma *quarta Regeneração* e que se prende diretamente com a geração de LXX e a renovação da inteligência portuguesa, onde se percebem os prenúncios de uma nova era em que os intelectuais seriam a consciência crítica deste país: «em que a ciência serviria para indicar “como deve regenerar-se a organização social”; e em que as letras deixariam de ser pretexto para o deleite frívolo dos burgueses para se transformarem na fonte da consciência nacional»<sup>86</sup>. Era, portanto, uma regeneração a ser implementada sobre os fundamentos da ciência e não apenas sobre os ideais racionalistas do iluminismo. Designamos esta fase como a *regeneração sob a forma científica*.

Perante este esclarecimento que precisa as aceções em que usamos o conceito de *regeneração* - estamos certos – que ele se torna claro para os nossos alunos, contanto que o contexto seja devidamente explicitado e que os alunos não faltem às aulas.

### 5.5.1 – *Almeida Garrett*

João Leitão da Silva nasceu a 4 de fevereiro de 1799, na cidade do Porto, e veio a falecer a 9 de dezembro de 1854, em Lisboa, aos 55 anos de idade: tem, portanto, a sua vida encrustada na 1ª metade do século XIX. Garrett nasceu, viveu e morreu numa época de profundas convulsões sociais, políticas e culturais. O facto de o escritor portuense ter nascido num período em que já se assistia à decadência do absolutismo e que os regimes liberais davam sinais de profundas mudanças na Europa e em Portugal, não foi indiferente para o que jovem liberal e promissor político, viria a ser.

Aos dez anos foi forçado a fugir com a família para a Ilha Terceira, em virtude das perseguições da 2.ª invasão francesa: “a família traumatizada e amedrontada, pelas invasões, resolveu deixar o Porto na fase em que Massena tratava os últimos combates”<sup>87</sup>. Tendo aí recebido uma educação clássica dirigida pelo seu preceptor e tio, o bispo de Angra, D. Frei Alexandre da Sagrada Família, quem o ensinou a ser Homem<sup>88</sup>, Garrett jamais escondeu que a educação e o exemplo recebido desse seu tio clérigo terão sido decisivos para vir a abraçar o liberalismo. Na verdade, foi uma educação virada para as

---

<sup>86</sup> BONIFÁCIO, Maria, *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Alfragide: Texto Editores, 2010, p. 92.

<sup>87</sup> FERREIRA, Alberto *Estudos de Cultura Portuguesa* (Século XIX). Lisboa-Porto: Litexa Editora, 1998, p. 47.

<sup>88</sup> Em entrevista à RTP, a Professora Ofélia Paiva Monteiro refere o estudo que levou a cabo desta figura, onde destaca, entre outras coisas, que D. Frei Alexandre da Sagrada Família era um defensor da abolição da escravatura, “censor da Igreja tal qual ela se praticava em Portugal”, “acusador da aristocracia nobre que nada fazia” <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-educacao-de-almeida-garrett/>

luzes, mas que convivia muito bem com a educação recebida pela família, mais tradicional e católica: “o latim, a latinidade e as matemáticas serão encargo dos padremestres de Angra. Todavia o objetivo que todos propõem para o “noviço” é a carreira eclesiástica”<sup>89</sup>.

Porém, em 1816, regressou ao continente, tendo abandonado a ideia de seguir o sacerdócio, matriculou-se em Coimbra no curso de Direito. Coimbra transfigura-o e as sementes que o seu tio lhe comunicara nos Açores, vão encontrar na Universidade o terreno fértil onde a sua conceção liberal aliava o sentimento de soberania nacional e liberdades públicas. Um ano mais tarde, e já demonstrando os ideais liberais, que o tio lhe inculcava, “(...) escreveu ele o violento soneto *O Campo de Sant’Ana*, que consagrou também à violenta morte do revoltoso combatente da Liberdade, Gomes Freire de Andrade”<sup>90</sup>.

A revolução liberal do Porto em 1820 evidenciará uma ideia chave - que irá marcar não só a atitude cívico-política do poeta, como a sua literatura e a vida em geral - a da **Liberdade** -, em cujo valor simbólico da palavra, Garrett não se cansará de insistir, afirmando que a conquista desta “deveria obedecer a um imperativo de consciência e a um sentimento patriótico: o amor pelo povo”.<sup>91</sup> O desejo ardente de Liberdade que lhe ardia no coração não se compadecia com os argumentos falaciosos dos que defendiam que Portugal não estava preparado para a liberdade, aos quais responde perentoriamente: “Qual é o homem e o povo que não esteja preparado para o natural estado do homem social e da Sociedade”<sup>92</sup>?

O estalar da Revolução de 24 de agosto de 1820, na sua [de Garrett] *Antiga, Mui Nobre, Sempre Leal e Invicta*, parecia ser a cajadada certa que com proveito se libertava a nação: ontem das mãos da mouraria; hoje “Beresforde era obrigado a regressar a Londres, abria-se o período eleitoral, nascia a Assembleia Constituinte ou Cortes de 1821, e no ano seguinte jurava-se a primeira Constituição Portuguesa”<sup>93</sup>; amanhã seria a mesma invicta a resistir com Garrett e Herculano ao cerco de D. Miguel e a oferecer ao país a oportunidade de desfrutar da paz.

---

<sup>89</sup> FERREIRA, Alberto *Estudos de Cultura Portuguesa* (Século XIX). Lisboa-Porto: Litexa Editora, 1998, p. 47.

<sup>90</sup> MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70*. Lisboa: Presença, 1998, p.11.

<sup>91</sup> FERREIRA, Alberto *Estudos de Cultura Portuguesa* (Século XIX). Lisboa-Porto: Litexa Editora, 1998, p. 48.

<sup>92</sup> GARRETT, Almeida – “Portugal na balança da Europa. Do que tem sido e do que lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado”. In *Obras Completas de Almeida Garrett*, Lisboa, 1904, vol. XXIII, p. 6.

<sup>93</sup> FERREIRA, Alberto *Estudos de Cultura Portuguesa* (Século XIX). Lisboa-Porto: Litexa Editora, 1998, p. 48.

Portugal, tendo sido um dos países em que o Antigo Regime criou raízes e se prolongou até 1820, era inevitável, por exemplo, que determinados vestígios da promiscuidade que regia as relações de um Estado autoritário com uma sociedade subserviente passassem para o novo regime político. Sirvam-nos de exemplo as questões que se prendem com a liberdade religiosa e com a liberdade da imprensa, das quais a Constituição de 1822 não se conseguiu libertar: a Constituição só concedia liberdade religiosa aos estrangeiros e qualquer liberdade de expressão, em casos religiosos, era objeto de censura. Muitas vezes se irão levantar e condenar estes resquícios de radicalidade que o liberalismo herdara do absolutismo e do qual nunca foi capaz de se desvencilhar. Garrett não foi apenas um doutrinador dos princípios iluminista, foi também um inconformado, um profeta que no tempo certo foi capaz de “pôr o dedo na ferida” e denunciar, desde a primeira hora, os laivos de radicalismo que permaneciam na legislação. Denunciou, desde a primeira hora, os vícios que vinham do passado e a necessidade de libertar o país das amarras que o escravizavam: “a corrupção e a ignorância é a herança de um povo servo por muitos anos. Portugal está nesse caso”<sup>94</sup>. **A liberdade de imprensa**, por sua vez, seria, «protegida através de um “Tribunal Especial”. E dizemos “seria” pois este visava sobretudo, como se lia no texto constitucional, “coibir os efeitos resultantes do seu abuso” »<sup>95</sup>. Estes dois casos são os sintomas mais do que evidentes de que, apesar do radicalismo dos vintistas, os poderes absolutistas ainda continuavam entranhados na sociedade portuguesa, de tal forma que, acabariam por reverter a situação, pela mão de D. Miguel. A esse respeito podemos parafrasear Alexis de Tocqueville na sua obra *L'Ancien Régime et la Révolution*: “o governante caiu, mas o que havia de mais substancial em sua obra permaneceu de pé; e, todas as vezes que desde então quisemos derrubar o poder absoluto, limitamo-nos a colocar a cabeça da liberdade sobre um corpo servil”<sup>96</sup>.

A vida de Garrett confunde-se com a causa da Liberdade. Nessa diatribe catilinária, encontramos Garrett em novembro de 1821 a caminho de Coimbra, onde para seu espanto, constata que a Academia não gozava do direito de votar, tendo redigido um protesto às autoridades liberais, denunciando a discriminação que encontrou na academia:

---

<sup>94</sup> GARRETT, Almeida – “Portugal na balança da Europa. Do que tem sido e do que lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado”. In *Obras Completas de Almeida Garrett*, Lisboa, 1904, vol. XXIII, p. 12.

<sup>95</sup> SEABRA, José – “Garrett e a liberdade na balança de Portugal e da Europa”. In *Vents du large* [en ligne]. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2002 (généré le 11 avril 2023). Disponible sur Internet: <http://books.openedition.org/psn/9654>>. ISBN: 9782379060076. Consultado 07/07/2023.

<sup>96</sup> TOCQUEVILLE, Alexis de - *L'Ancien Régime et la Révolution*, vol 4. Paris: Michel Levy, Librairie Editeurs, p. 309.

protesto que caiu em “saco roto”, pois esbarrou com a incapacidade das novas autoridades lidarem com o conservadorismo da Academia.

Nesse mesmo ano (1821) saiu o famigerado opúsculo *O dia vinte e quatro d' Agosto*, que oferece aos pais da pátria “a defesa da causa dela”<sup>97</sup>, onde tenta provar a legitimidade do dia 24 de Agosto. Mais do que um manifesto, este panfleto revestir-se-á de um significado profundo para Garrett, porque ele constituir-se-á no gérmen da profissão de fé política que irá nortear a sua forma de ser e de estar na vida: o soldado, o legislador, o deputado, o diplomata e par do reino, enfim... o poeta, o cidadão e o escritor que fará da Liberdade a causa da sua vida. Garrett termina este seu panfleto com a citação do *Sermão de ação de graças*, pregado pelo senhor José de Sá, no dia 27 de Agosto, na cidade invicta, onde declara e exige o amor a Portugal: “ou sêde Portugueses ou expatriai-vos”<sup>98</sup>.

A sua aproximação do teatro data deste mesmo ano (1821). Depois de regressar de uma viagem aos Açores onde matou saudades da família e combateu ideologicamente o Governador miguelista da Terceira, Garrett deu por concluída a tragédia *Catão*, que estreou no dia 29 de setembro no Teatro do Bairro Alto, provocando uma onda de “entusiasmo, alegria e esperança e completa identificação do público com os mais significantes passos da tragédia. Garrett que nunca regateava o papel de ator, encarnou a personagem de Bruto”<sup>99</sup>.

O ódio que os absolutistas nutriam por Garrett derivava fundamentalmente deste seu radicalismo: a defesa da *legitimidade da revolução*, a defesa da liberdade e dos ideais vintistas, que deviam ser garantidos pelas forças armadas, apoiadas pelas figuras mais esclarecidas da Nação, eram as linhas mestras da luta em que Garrett se envolvia. Estas posições assumidas publicamente e reconfirmadas nos panfletos que iam saindo na imprensa, acirravam os ânimos dos sectários de D. Miguel que viam nelas a subversão da tradição monárquica portuguesa. Daí até à acusação em tribunal – de ser um libertino e epicurista, um abusador da Liberdade de imprensa – foi um passo. A sua *defesa* serviu para Garrett provar as suas qualidades oratórias de que mais tarde iria fazer uso enquanto tribuno.

O sonho vintista foi, apesar de todas as contingências que lhe eram inerentes, um tesouro transportado em vaso de barro: o frágil vaso não resistiu ao golpe da Vila-

---

<sup>97</sup> GARRETT, Almeida – *O Dia Vinte e Quatro d' Agosto*. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1821, p. 3.

<sup>98</sup> GARRETT, Almeida – *O Dia Vinte e Quatro d' Agosto*. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1821, p. 53.

<sup>99</sup> FERREIRA, Alberto *Estudos de Cultura Portuguesa* (Século XIX). Lisboa-Porto: Litexa Editora, 1998, p. 49.

Francada, perpetrado por D. Miguel a 27 de maio de 1823. Esse acontecimento levará Garrett ao seu primeiro exílio. Parte destroçado, mas confortado pelo último verso de sua *Lucrecia*: “Vivamos livres ou morramos homens”.

Não se sabe bem porquê, mas sabe-se que depois de alguns contactos com os emigrados em Londres, decide regressar a Portugal. Foi imediatamente identificado, preso e de novo expulso, agora, levando consigo a esposa. Neste segundo exílio tem oportunidade de observar e conhecer a racionalidade do sistema industrial inglês e comprovar o valor profissional da iniciativa privada. Entretanto em 1824 consegue um emprego em Paris. Aí trabalha, lê e escreve <sup>100</sup>.

Esta fase irá revelar-se extremamente importante na vida da Garrett, por duas ordens de razão: nela se inicia o poeta no romantismo, com a publicação em França de *Camões* e *D. Branca* em 1825 e 1826 e é também a fase em que regressa de novo a Portugal (e que coincide com a outorga da Carta Constitucional de 1826, por D. Pedro IV), aquela fase em que Garrett se entregou a outra forma de escrita, que foi para ele um dos meios privilegiados de defesa da liberdade: o **jornalismo**. Neste mesmo ano fundou o diário *O Português* (14 de junho) e o semanário *O Cronista* (27 de julho).

Da leitura atenta desses dois jornais percebe-se claramente como Garrett se foca na análise da situação de crise política que o mundo civilizado atravessa, concluindo que a única alternativa que resta a Portugal “é continuar a ser potência independente, mas independente de veras” <sup>101</sup>.

A súbita morte de D. João VI em 10 de março de 1826 e o atribulado e indefinido problema da sucessão favoreceu o avanço dos absolutistas. A 10 de Março de 1827, os redatores de *O Cronista* são presos e levados para o Limoeiro; entretanto os ventos que na Europa sopravam favoráveis ao absolutismo concorreram para que D. Miguel em fevereiro de 1828 dissolvesse as Câmaras e convocasse as Cortes à maneira antiga e que o aclamassem rei absoluto.

Assim, Garrett se vê forçado ao terceira exílio, que por sinal será o mais fecundo, no plano literário e político:

Nesse ano de 1828 publica em Londres a nossa já conhecida *Adozinda*. No ano seguinte outro livro significativo: *Lirica de D. João Mínimo*. Também em Londres e, antes de 1829, o *Tratado da Educação*. Colaborador intercalar no *Chaveci Liberal*, jornal lusitano vendido em

---

<sup>100</sup> FERREIRA, Alberto *Estudos de Cultura Portuguesa* (Século XIX). Lisboa-Porto: Litexa Editora, 1998, p. 51-52.

<sup>101</sup> FERREIRA, Alberto - *Estudos de Cultura Portuguesa* (Século XIX). Lisboa-Porto: Litexa Editora, 1998, p. 52.

Londres, do qual vieram à luz 17 números. Em 1830 os ensaios políticos [...] são reunidos no *Portugal e a balança da Europa*, dado à estampa em Londres, em 1831 fundou outro jornal *O Percursor*, de que apenas três números vieram a lume<sup>102</sup>.

Entretanto, começa a longa odisséia da Guerra Civil: a fase em que o poeta veste a farda de soldado. Atentemos no relato que dela faz o próprio Garrett:

Dois cavalheiros da Terceira, com o Bravo Batalhão 5, cometeram então, em fins do ano 28 a arrojada e quase louca empresa de resistir sós com aquela pequena ilha a todo o poderio de usurpação. A seus instantes rogos acudiram alguns oficiais emigrados, logo outro, algumas peças de voluntários e do exército que tinham escapado; e finalmente ali se conservou e desenvolveu depois o germen desse exército libertador que veio a imortalizar-se no cerco do Porto de 1832

103

A revolução de julho de 1830, ocorrida em Paris, alterou a conjuntura política das nações europeias, favorecendo a passagem do Antigo Regime à sociedade liberalista. E terá sido essa conjuntura internacional que terá permitido que aquele punhado de portugueses, os bravos do Mindelo, reunidos à volta de D. Pedro IV, tenham resistido ao “poderio da usurpação”, libertando assim Portugal, no famigerado 24 de julho de 1833, o dia em que as tropas de D. Miguel se renderam.

Mas o papel do soldado Garrett não termina na 24 de julho: vemo-lo de imediato a colaborar com Mouzinho da Silveira nas reformas do Sistema português. Apesar do desencanto com os efeitos que a legislação não produziu, não deixa de lhe reconhecer feliz acerto:

... é inquestionável que as leis de 10 de Maio, 30 de Julho e 13 de Agosto de 1832 são um grande momento, são o termo onde verdadeiramente acaba o Velho Portugal e onde começa o novo. Muito se tem feito neste país desde a restauração até hoje, mas os golpes cércios no trono velho e caduco foram aqueles. Se há futuro para nós, há-de vir por ali. Noutra não pensem. Ninguém o espere o que não há<sup>104</sup>.

O reconhecimento pelos serviços prestados à Pátria, quer como soldado, quer como legislador levou o governo a destacá-lo como cônsul e encarregado dos negócios de Portugal em Bruxelas, onde permanece até 1835, tendo apresentado a sua demissão por falta de pagamento do ordenado e outras despesas. No ano seguinte, funda o jornal *O*

---

<sup>102</sup> FERREIRA, Alberto – *Estudos de Cultura Portuguesa* (Século XIX). Lisboa-Porto: Litema Editora, 1998, p. 52.

<sup>103</sup> GARRETT, Almeida – *Memórias Biográficas*. Lisboa, 1904, p. 132.

<sup>104</sup> GARRETT, Almeida - *Memórias Biográficas*. Lisboa, 1904, p. 92.

*Português Constitucional*, onde alimenta a polémica com o Governo, derivada da falta de pagamentos pelos serviços prestados em Bruxelas.

Entretanto, dá-se a revolução de 30 de setembro: o setembrismo. Lá temos Garrett apoiado por Passos Manuel a preparar a documentação que esteve na origem da fundação do Conservatório Nacional do Teatro e Companhia Teatral, tendo sido nomeado como diretor do estabelecimento, assumiu o cargo de Inspetor dos Teatros e Espetáculos. Recusou, entretanto, uma pasta que o governo lhe ofereceu. Porém, o setembrismo não o esqueceu, como mais tarde a Regeneração que o acumulou de honras: cavaleiro de Torre e Espada, conselheiro de Sua Majestade, membro da comissão incumbida de organizar o *Diário das Cortes* <sup>105</sup>.

Alberto Ferreira<sup>106</sup> patenteia as qualidades oratórias que Garrett evidenciou em todas as Cortes para que foi eleito, tendo sido um dos principais redatores de constituição de 1838, apesar da oposição dos cartistas, particularmente de Alexandre Herculano, cuja oposição e o protesto levou a cabo em *A Voz do Profeta*, que em muito contribuiu para a agonia em que o setembrismo se ia afundando.

A liberdade e a escrita em Garrett andaram sempre de mãos dadas, sob o signo da mesma paixão com que se entregou depois, como romântico, a uma vida tumultuosa e acidentada, atravessada de contradições íntimas, quer nos seus múltiplos amores, quer nas suas multímodas lutas políticas ou literárias.

---

<sup>105</sup> GARRETT, Almeida – *Memórias Biográficas*. Lisboa, 1904, p. 206.

<sup>106</sup> FERREIRA, Alberto – *Estudos de Cultura Portuguesa* (Século XIX). Lisboa-Porto: Litexa Editora, 1998, p. 55.

### 5.5.2 – *Alexandre Herculano*

Alexandre Herculano de Carvalho e Araújo nasceu a 28 de março de 1810, em Lisboa, vindo a falecer a 13 de setembro de 1877, em Santarém. “Fizera uma aprendizagem escolar na Congregação dos Oratorianos, tendo como objetivo a entrada na Universidade”<sup>107</sup>. Contudo, problemas financeiros e familiares impossibilitaram-no de seguir os estudos universitários. Então, Herculano fez um curso de Comércio e estudou na Torre do Tombo, habilitando-o a efetuar críticas documentais. “Foi um autodidata que, pela sua sede de cultura histórica e literária, chamou a atenção da Marquesa Alorna, que lhe abriu a sua rica biblioteca”<sup>108</sup>. Para além disso, o futuro político também tinha grande apetências linguísticas, nomeadamente no inglês, francês e alemão. Este domínio de línguas estrangeiras permitiu-lhe ler autores desses países, países esse que, na época, mostravam o movimento liberal europeu. Em 1831, com apenas 21 anos de idade, teve de fugir do país, devido ao seu envolvimento numa revolta militar, o pronunciamento do 4 de Infantaria. “No exílio ele pôde ter maior contacto não apenas com os liberais portugueses e suas ideias políticas, mas também com a literatura que se fazia no Reino Unido e França”.<sup>109</sup> Em fevereiro de 1832, volta aos Açores: “regressou a Portugal integrado no exército liberal e participou no desembarque do Mindelo, em 1832, ao lado de Almeida Garrett, e foi soldado durante o tempo que durou a guerra civil”.<sup>110</sup> Já em 1833, foi nomeado como segundo bibliotecário da Biblioteca Pública do Porto. Aí, começou logo por reunir arquivos, documentos e todo o tipo de informação em bibliotecas eclesiásticas. O objetivo de Herculano foi revolucionar a História portuguesa, assentando-a na certeza dos factos, ao contrário do que acontecia até essa época. Até aí, a historicidade de Portugal tinha, como base, muitas lendas e mitos, muito por culpa do clero e da forma como ele, tendo esse papel desde que se começou a produzir história, redigia essa mesma história.

No ano de 1836, muda-se para Lisboa e no ano seguinte, fica encarregue de dirigir a redação de *O Panorama*, ponto que será aprofundado mais adiante. “Em agosto

---

<sup>107</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz: “Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos do século XIX”. In *Revista Portuguesa da História*, 2011, tomo 42, p.67.

<sup>108</sup> LABOURDETTE, Jean-François, *História de Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001, p. 531. Refira-se a propósito que para acompanhar esta renovação intelectual, foram criadas instituições destinadas a promover as ciências e as letras: foi o caso das Academia Real das Ciências e do Grémio Literário em 1846.

<sup>109</sup> CRUZ, Carlos Eduardo da: “Do exílio ao exílio: Alexandre Herculano no liberalismo português”, *Revista Garrafa*, 2010, p.3.

<sup>110</sup> PINTO, Paulo Sousa: “Os dias da História - Nascimento de Alexandre Herculano”, (2017). disponível em <https://ensina.rtp.pt/artigo/uma-biografia-de-alexandre-herculano/> consultado em 27/10/2022;

de 1839 é nomeado Bibliotecário-mor de sua Majestade e dirige as Bibliotecas da Ajuda e das Necessidades, crescendo nele a vontade de se dedicar à investigação histórica”<sup>111</sup>. Por ter sido eleito deputado, em 1839, Herculano viria a deixar a direção de *O Panorama*. A sua vida como deputado só duraria dois anos. Esta foi, porventura, a fase menos interessante da vida de Herculano. O sonho de Herculano rapidamente se converteu em pesadelo: ao ver-se “acintosamente excluído da Comissão de Instrução Pública, para a qual fora eleito na legislatura de 1840, o historiador decidiu publicar as suas reflexões pedagógicas no jornal *O Constitucional*, portanto nos finais de 1841”<sup>112</sup>. Alberto Ferreira confronta as prioridades dos governantes com as de Herculano nestes termos:

Quem se detenha no exame da situação política durante o período em que se efectuaram as eleições que levaram Herculano a representar a cidade do Porto (22 de Março de 1840) e as laboriosas discussões parlamentares de Maio de 1841 acerca do projecto de fixação das forças armadas, as desinteligências entre Rodrigo da Fonseca Magalhães e Costa Cabral, a formação do Ministério de Joaquim António Aguiar e as suas manobras para liquidar o que restava do regime setembrista e da sua Constituição de 1838, conclui facilmente que andaria muito longe das preocupações reais dos governantes o projecto de reforma de instrução pública, no qual Herculano colaborava com tanto empenho

113

Tendo desaprovado o golpe de estado de Costa Cabral, e reconhecido não ter “vocaçãõ para a vida parlamentar”, Herculano desligou-se da vida política ativa. Desiludido, saiu, bateu com a porta e desabafou: “a política dos poetas é como a poesia dos políticos”<sup>114</sup>. Será durante o período que se segue ao abandono da sua atividade política que realizará a maior parte da sua obra literária.

Foi a partir dos anos 40 que Herculano começou a deixar de lado a sua vida política e começou a focar-se no seu trabalho de investigação histórica e escrita de textos literários. Quanto à sua investigação histórica, o jovem viajou por Portugal à procura de textos, forais, pergaminhos e outros tipos de registos, acerca da história do país. Pelo seu

---

<sup>111</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz: “Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos do século XIX”. In *Revista Portuguesa da História*, tomo 42, 2011, p. 68.

<sup>112</sup> FERREIRA, Alberto - *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português*, já citada, vol. III, p. 370. As reflexões de 1841: *Instrução pública* e *Da escola politécnica* e *Do colégio dos nobres*, foram compiladas nos *Opúsculos*, Tomo VIII, dedicado às questões públicas. Veja-se a segunda edição da Antiga casa Bertrand – Bastos & C.<sup>a</sup> – Editores, Lisboa, s/d. No mesmo tomo há escritos de outros anos, particularmente *A escola polytechnica e o monumento*, de 1843.

<sup>113</sup> FERREIRA, Alberto - *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português*, já citada, vol. III, p. 370-371.

<sup>114</sup> HERCULANO, Alexandre - [rec a.] *A harpa do crente*. Mem Martins: Livros de Bolso Europa América, 1983, p. 8.

lado literário, sendo a sua corrente o Romantismo, em 1842, publica as *Cartas sobre a História de Portugal*, o que viria a ser uma espécie de base para, em 1846, lançar os quatro volumes da *História de Portugal*. Em 1843, apresenta a obra *O Bobo*, em *O Panorama* e, um ano passado, publica *Eurico o Presbítero*, *Os Infantes de Ceuta* e *O Pároco da Aldeia*. Em 1851, publica *A Abóbada*; em 1858 *Lendas e Narrativas* e, quatro anos antes da sua morte, *Opúsculos*. As suas obras focavam-se num passado histórico real e na ideia da Regeneração, empreitada em que Alexandre Herculano se destacou, podendo ser visto nas próximas páginas.

No último ano da década de 50, Herculano comprou uma quinta em Vale de Lobos. “Lá em Santarém ele tentou afastar-se da vida pública, escrevendo menos, dedicando-se apenas ao cultivo da azeitona e fabrico do azeite e a revisar a sua obra para publicação em volumes”<sup>115</sup>. Em 1877, o historiador viria a falecer, vítima de pneumonia. Sem dúvida alguma, o escritor foi “(...) um homem de letras que refletiu sobre os problemas do seu tempo”<sup>116</sup>.

Na apresentação sumária que fizemos de Alexandre Herculano transparecem algumas facetas: historiador, político, escritor, poeta, jornalista, lavrador etc... O Homem é, por definição, um ser uno e indivisível. Este espartilhamento das diferentes facetas de um homem, em nada traduz qualquer conceção antropológica que nos vincule. Trata-se tão-somente de uma questão metodológica que visa captar os diferentes centros de interesse que concorrem para a composição poliédrica de Herculano, onde emerge o seu pensamento multifacetado. Desse, não podemos deixar de evidenciar o seu papel de historiador.

Alexandre Herculano, no que concerne ao seu compromisso com o rigor histórico, procurou uma história real, objetiva e imparcial, uma história que não se baseasse em mitos e lendas, mas na investigação e na crítica dos documentos: “esta busca de uma história científica e verdadeira visava derrubar barreiras ideológicas nacionalistas (...)”<sup>117</sup>.

---

<sup>115</sup> CRUZ, Carlos Eduardo da. “Do exílio ao exílio: Alexandre Herculano no liberalismo português”, *Revista Garrafa*, p. 21. disponível em [https://www.passeidireto.com/arquivo/117300523/carloseduardodacruz-doexilioaoexilio?unloggedCheckout=OUT\\_OF\\_TEST](https://www.passeidireto.com/arquivo/117300523/carloseduardodacruz-doexilioaoexilio?unloggedCheckout=OUT_OF_TEST) consultado em 27/08/2022.

<sup>116</sup> PINTO, Paulo Sousa: “Os dias da História - Nascimento de Alexandre Herculano”, disponível em <https://ensina.rtp.pt/artigo/uma-biografia-de-alexandre-herculano/> (2017), consultado em 27/08/2022.

<sup>117</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz: “Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos do século XIX”. In *Revista Portuguesa da História*, tomo 42, 2011, p.64.

A sua criação historiográfica de maior relevo é a *História de Portugal*, referida anteriormente. Os quatro volumes compreendem: *desde as origens de Portugal, durante o domínio árabe, até aos forais criados por D. Dinis*. Para a produção desta obra histórica, Herculano teve de percorrer Portugal, explorando bibliotecas e arquivos. O facto de ter estado no estrangeiro, igualmente lhe permitiu estudar documentação estrangeira. Na modelagem deste projeto, o grande entrave ao historiador foi o clero, por duas ordens de razão: a *primeira* prende-se diretamente com a redação dos documentos históricos, pois era de esperar que uma parte significativa da documentação estivesse eivada de uma visão providencialista, perpassada por alusões ao divino e ao religioso, daí que “Herculano defendesse uma secularização das origens de Portugal”; a *segunda* barreira criada pelo clero foi a resistência à transferência dos arquivos paroquiais para a Torre do Tombo. Os membros do clero justificavam essa oposição, servindo-se do argumento de que esses documentos eram importantes, na medida em que eram registos probatórios para realizar inventários e de comprovativos de contratos. Em contrapartida, Herculano afirmava que esses documentos deveriam ser transportados para o Arquivo Geral do Reino, para serem devidamente conservados e guardados (pois onde estavam até àquele momento estavam sempre em risco de serem perdidos, roubados ou estragados). Argumentava ainda Herculano que a documentação deveria estar concentrada para estar acessível a quem a quisesse estudar. Todas estas recolhas históricas levaram, por sua vez, à publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*, uma compilação dos registos históricos de Portugal, cujo primeiro volume saiu em 1848. À sua obra de historiador, Herculano associou qualidades de escrita que fizeram dele um brilhante escritor da língua portuguesa.

O que será visível nos próximos parágrafos/aulas será, apenas, um dos projetos de Herculano: fundação de *O Jornal “O Panorama”* (1837-1869) e o seu desempenho, enquanto Diretor e principal redator até 1839.

### 5.5.3 – *O Contributo de “O Jornal O Panorama” para a Regeneração*

#### 1. Nota prévia

Quando *O Panorama* se imprimiu pela primeira vez, precisamente, no dia 6 de maio de 1837, sopravam, ainda, entre nós, os ventos tardios da Revolução Francesa e no seguimento direto do constrangedor processo que levou à instauração do liberalismo político português, os quesitos que diretamente se pretendiam com a notável

regeneração<sup>118</sup>, de um país adiado, entravam nesse preciso momento na arena facilitadora do debate público, cujos argumentos se esgrimiam em torno da elite cultural portuguesa, confirmando o que parece uma situação recorrente no trânsito temporal da escola, da cultura e da imprensa, em Portugal:

Uma constante observada na história da educação ocidental é que a idade de ouro da pedagogia coincide com as épocas em que aparecem profundas crises sociais. A decadência, a desorientação colectiva e a busca de soluções para os novos problemas favorecem o debate, a crítica feroz à educação vigente, fazendo-a responsável pela situação, e, como consequência, propiciam um aluvião de projectos e planos educativos, que nem sempre trazem maior clareza à situação.<sup>119</sup>

Os anos em que *O Panorama* foi dado à estampa foram também os anos em que, em Portugal, se assistiu à inclusão da escola no âmbito de responsabilidade do Estado, corresponsabilizando-se este em implementar o direito de todos os portugueses à educação e em ativar o papel dos sistemas escolares como veículos promotores do desenvolvimento político, social e cultural do país. Lembremos apenas as duas primeiras reformas sobre a educação, em Portugal, protagonizadas por Rodrigo de Fonseca Magalhães e Passos Manuel, respetivamente nos anos de 1835 e 1836, na pegada dos passos iniciais da *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, de Setembro de 1822, composta por 240 artigos, a qual dedica três deles, estritamente, à instrução<sup>120</sup>.

Condutor e marco popular das propostas regenerativas dos anos trinta, *O Panorama* apresentou-se como o educador de uma burguesia emergente. Se esta afirmação parece extemporânea no introito de uma lição, ela justifica-se *per se*, porque nos introduz e contextualiza a questão a que queremos dar resposta: como empreendeu *O Panorama* essa emergência regenerativa que a nação reclamava? A questão aqui enunciada é, por enquanto, maiêutica e reveste-se de contornos pedagógicos: ela nos ajuda (a nós e aos alunos) a questionar o *status quo* a que Portugal tinha chegado e a

---

<sup>118</sup> Regeneração. O que é? Nas páginas seguintes, teremos oportunidade de precisar o conceito e o entendimento alargado que dele fazemos.

<sup>119</sup> BUENAVENTURA DELGADO. In *Fundación Santa María. Historia de la Educación en España y América. La Educación en la Hispania Antigua y Medieval*. Madrid: Ediciones SM, “Presentación”, 1992, pp. 7-16.

<sup>120</sup> Art. 237 – Em todos os lugares do reino onde convier haverá escolas suficientemente dotadas em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis.

Art. 238 – Os actuais estabelecimentos de instrução pública serão novamente regulados e se criarão outros onde novamente convier para o ensino das ciências e das artes.

Art. 239 – É livre a todo o cidadão abrir aulas para o ensino público contanto que haja que responder pelo abuso desta liberdade nos casos e pela forma que a lei determinar. cf. CARNEIRO, Henriques – *Evolução e controlo do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 311.

perceber, num segundo momento, o alcance das propostas regenerativas, que ao longo de 31 anos foram sendo apresentadas. As peculiaridades da época, a longevidade e influência de *O Panorama* e o peso cultural, simbólico e político, no seu tempo e nos tempos seguintes, de uma personalidade com a envergadura de Alexandre Herculano, que esteve na origem dos caminhos da Regeneração, tudo se conjuga para, a nosso ver, justificar a pertinência e a relevância da lição em que nos empenhamos. Não o faremos, sem antes desconstruirmos a visão redutora com que crescemos: aquela que circunscreve a Regeneração ao “período da história portuguesa, desde a revolta militar de 1851, liderada pelo Duque Saldanha e que levou ao poder Fontes Pereira de Melo, até cerca de 1868”<sup>121</sup> e a faz coincidir com o investimento em obras públicas levado a cabo pelo Fontismo. Joel Serrão apela para a licitude em estabelecer dois ciclos da *Regeneração*: o primeiro contempla as tentativas frustradas que se seguiram à Revolução de 1820 para implementar um regime *regenerado*: “vintismo, cartismo, setembrismo até que em 1851, o movimento então triunfante se arroga a própria denominação do projeto nacional tão longamente acarinhado e fracassado”<sup>122</sup>. A Regeneração – já o defendíamos em 2008 – “mais do que um movimento político, foi, parece-nos, no modo como Alexandre Herculano a interpretou, para a ela aderir, uma ideia que alimentou a intervenção cívica, com o intuito de ilustrar a nação portuguesa, de tal forma que Portugal pudesse acompanhar o desenvolvimento dos países mais avançados da Europa. A sua finalidade imediata, recortada no período de tumultuosa perturbação em que se inaugurou a ordem política constitucional, apontava para o renascimento da Nação”<sup>123</sup>, “repondo-a no carril do liberalismo de onde muito se transviara, [para] estabelecer e consolidar a paz nacional, a paz das armas, a paz dos espíritos, na esperança de que os portugueses pudessem dedicar-se ao trabalho com alegria e proveito”<sup>124</sup>.

A afirmação que acabamos de produzir não invalida as duas seguintes afirmações, aparentemente contraditórias: a primeira refere-se ao reconhecimento da ineficiência da governação cabralista (1842-1846 e 1849-1851); na segunda evidencia-se o reconhecimento que tenha sido a partir de 1851 que o país tenha conhecido um período de maior serenidade, onde as guerras civis tiveram o seu ocaso e uma refrescante brisa

---

<sup>121</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/regenera%C3%A7%C3%A3o> [consultado em 22-11-2022].

<sup>122</sup> “Regeneração”. In Dicionário de História de Portugal. Joel Serrão, vol. VI, p.251

<sup>123</sup> RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”* [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008, pp. 11-12.

<sup>124</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 786.

anunciou o advento da tão ambicionada reforma. E terá sido este o período em que compreensivelmente Portugal entra numa fase de desenvolvimento e franca recuperação, mas incompreensivelmente se acantone a Regeneração à execução das obras públicas levadas a cabo por um Ministro que contraira um empréstimo que Portugal só acabaria por pagar em 2001. Dizemos mais: este novo período, que se prolongou até ao advento da República, como o que o precedeu, foi regido pelo desiderato da *Carta Constitucional*, a que se anexaram sucessivos atos adicionais. No que diz respeito às relações que alimentaram a tensão entre o Estado e a Igreja emergiram de forma mais premente quer a questão ultramontana, quer a polémica sobre a introdução do casamento civil no novo Código Civil. Alexandre Herculano em “Eu e o Clero” e nas quatro *Cartas* publicadas no *Jornal do Commercio*, em resposta às do Sr. D. António da Costa protagonizou as respetivas polémicas. Trindade Coelho, na *Comunicação Dirigida à Maçonaria Portuguesa* (1906) – a propósito de outra questão – faz indiretamente um balanço da *Carta Constitucional* e do seu artigo VI no período do constitucionalismo português. A questão que levantamos é a seguinte: por que razão não se consideram estes elementos culturais para contextualizar, circunscrever e alargar o conceito de “Regeneração”?

Aprendemos desde bem cedo que, em ciência, face à autoridade e ao saber instituído, urge estabelecer o equilíbrio entre o respeito e a irreverência. Dentro da margem de manobra que a irreverência nos autoriza, recusamos subscrever a visão restrita e minimalista que os manuais escolares e a maioria dos autores apresentam acerca da Regeneração: tão simples quanto acanhada.

Para provar a pertinências das dúvidas que nos inquietam, bastam algumas considerações: o projeto de participar na Regeneração de Portugal esteve presente nos propósitos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis (1837), desde a primeira hora, como os *Estatutos* o atestam<sup>125</sup>. Sem nos querermos envolver em polémicas, levantamos apenas algumas questões: Por que razão se esquecem os debates que nos anos 30 e seguintes se travaram em *O Panorama*, precisamente, acerca da Regeneração? Por que se desconsideram as reformas educativas dos anos 1835, 1836 e a de 1844? Alexandre Herculano responde, em 1839, à pergunta, por si, previamente formulada: *Quereis a regeneração?* “Preparai para ela corações tenros com uma educação análoga a seus destinos”<sup>126</sup>. Ou então por que razão se omite o eco que esse mesmo debate teve na

---

<sup>125</sup> RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”* [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008, p. 97.

<sup>126</sup> HERCULANO, Alexandre – “A Educação e o Estado”. In *O Panorama*, n.º 96 de 2 de Março de 1839, p. 67.

geração de 70? A *geração nova* foi a herdeira da utopia de um Portugal regenerado. A Regeneração nasceu, desenvolveu-se e morreu no espectro de um campo magnético que opunha duas forças inconciliáveis: uma representativa da aristocracia do velho regime, que cultivava a inércia, a preguiça, que vivia de rendas e de títulos, apegada a uma tradição rotineira e exploradora, quais molas de uma máquina perra, cujo imobilismo paralisava o desenvolvimento do país; a outra representativa das raras mentes iluminadas e esclarecidas pelos exemplos que campeavam na Europa e a faziam avançar no carril do desenvolvimento, abertas ao progresso, à ciência, ao trabalho, e à novidade<sup>127</sup>.

E como ignorar que a abolição da pena de morte e da escravatura<sup>128</sup> em Portugal não apareçam como pergaminho para falar da Regeneração? Como ignorar a *Carta* de Victor Hugo a Brito de Aranha que, ao contrário da maioria dos estrangeiros que nos visitaram, colocou Portugal no mais alto esplendor, ao declarar: “Desde hoje, Portugal está à frente da Europa. Vós, os portugueses, não haveis cessado de ser navegadores intrépidos. Ides sempre para a frente, outrora no Oceano, hoje na Verdade. Proclamar princípios é ainda mais belo do que descobrir mundos”<sup>129</sup>! Ou ainda: que significado devemos atribuir ao facto de o salário do carrasco ter sido abolido em 1863<sup>130</sup>, precisamente, cinco anos antes da extinção da pena de morte em Portugal (1867) e a última execução ter acontecido em 1842<sup>131</sup>?

É sob este espectro humanista que compreende o conceito de “Regeneração” em **sentido lato** que esta nossa lição acontece. Para tanto, invocamos a perspectiva de Joel Serrão, na qual nos revemos e subscrevemos sem qualquer reserva: faz recuar a génese do conceito *Regeneração* nacional à reação “e permanência da ideologia decadentista, filosofia daqueles que, após o início do colapso do império oriental (segunda metade do século XVI), se não resignavam ao exclusivismo da celebração de glórias passadas e teimosamente buscavam encontrar um sentido para o porvir da grei”<sup>132</sup>; por outro lado,

---

<sup>127</sup> FERREIRA, Alberto - *Estudos de Cultura Portuguesa (Século XIX)*. Porto/Lisboa: Litexa Editora, 1998, p. 36.

<sup>128</sup> "Anteontem foi assinado o decreto que manda terminar desde já, em todas as nossas possessões ultramarinas, a escravidão", podia ler-se na edição do Diário de Notícias de 27 de fevereiro de 1869.

<sup>129</sup> *CARTA de Victor Hugo a Brito Aranha*, de 15 de julho de 1867.

<sup>130</sup> *DIÁRIO de Lisboa*, n.º 125, de 6 junho de 1863, p. 1748-1749. Em junho de 1863 na discussão na especialidade do orçamento do Ministério da Justiça, Aires de Gouveia apresenta uma proposta para a eliminação do ofício e do salário do carrasco e uma outra para a abolição da pena de morte.

<sup>131</sup> MEDEIROS, Maria João – *Almanaque do crime português*, 1921; De acordo com a *Revista Universal Lisbonense*, de 21 de abril de 1842, foram quatro as vítimas de Matos Lobo (o último condenado): D. Adelaide Pereira da Costa, os seus filhos Júlia e Emídio, e a criada Narcisa de Jesus.

<sup>132</sup> SERRÃO, Joel – “Regeneração”. In *Dicionário de História de Portugal*, vol V. Porto: Livraria Figueirinhas, p 252.

o conceito de regeneração reinventa-se e ressignifica-se (na transição do século XVIII para o XIX) com a expectativa da transferência dos ideais iluministas para o liberalismo: este processo de ressignificação contínua, que vai acontecendo ao longo do século XIX, não impede Joel Serrão – e a nós não nos choca – de reconhecer que “ao iniciar-se esse período de 1851-1868, os horizontes mentais de então se rasgaram num sentido de perplexidade nova, ante os destinos da grei nacional”<sup>133</sup>. Esta visão **capitalista** da Regeneração, tal de Fontes Pereira de Melo a entendeu e a implementou “define-se ao mesmo tempo que se ouvem os primeiros vagidos do socialismo e, mais débeis ainda, do republicanismo”<sup>134</sup>.

## 2. O alvorecer do constitucionalismo português

A alvorada do constitucionalismo português foi, não só a causa de uma profunda agitação social, mas também o corolário de profundas alterações políticas, cuja anotação é tangível na emergência de um movimento transformador da vida social, em toda a sua extensão, o que, compreensivelmente, não poderia evitar alvoroços violentos, como aqueles que se verificaram na guerra civil (1832-1834) que opôs os liberais aos absolutistas. Das crispações de 1833 deu-nos conta Alexandre Herculano, num depoimento que sumaria admiravelmente as mudanças que devastaram o país no âmago da sua estrutura:

A época de 1833 foi a única época revolucionária por que tem passado Portugal neste século. Nem antes, nem depois quadra tal epíteto aos sucessos políticos do nosso país; porque só então foi substituída a vida interina da sociedade por uma nova existência. As forças sociais desapareceram para dar lugar a novas forças; destruíram-se classes; criaram-se novos interesses que substituíram os que se aniquilaram, os elementos políticos mudaram a situação.<sup>135</sup>

Note-se que a questão da instrução e da formação do espírito público surge nas mentes dos espíritos ilustrados, particularmente nas dos que tinham vivido como emigrados/exilados em Inglaterra e França, como a única opção capaz de sarar as graves feridas provocadas nos últimos séculos, por políticas desastrosas, obscurantistas e

---

<sup>133</sup> SERRÃO, Joel – “Regeneração”. In *Dicionário de História de Portugal*, vol V. Porto: Livraria Figueirinhas, p 255.

<sup>134</sup> SERRÃO, Joel – “Regeneração”. In *Dicionário de História de Portugal*, vol V. Porto: Livraria Figueirinhas, p 255.

<sup>135</sup> HERCULANO, Alexandre – *Elogio histórico do sócio Sebastião Xavier Botelho*. In *Memórias do conservatório real de Lisboa*, 1842, p. 33.

nefastas: 90% de analfabetos são o indicador mais preciso da trágica e vergonhosa situação a que se juntava o atraso industrial<sup>136</sup>. Em 1834, havia mil escolas; só trinta anos depois passou a haver duas mil<sup>137</sup>

Nos começo do governo de D. Maria II, repellido o pesadelo da guerra civil, presentiu-se uma conjuntura promissora de prosperidade ancorada na paz social que então se vivia. Porém, a esperança dos dias auspiciosos de paz, de trabalho e desenvolvimento com que todos sonharam, na manhã em que a Convenção de Évora-Monte se assinou, esvaiu-se no entardecer do mesmo dia: ocorreu um tempo de crise social, económica, política e militar, à qual as medidas então tomadas - legislação de Mouzinho da Silveira, a extinção das ordens religiosas e as tentativas municipalistas – que ambicionavam arrancar o País do lamaçal em que se atolara, se revelaram completamente ineficazes<sup>138</sup>. Se quisermos ser um pouco mais otimistas, talvez possamos afirmar que 1834 é, apesar de todos os fracassos, a fronteira simbólica que justapõe o “Portugal Antigo” ao “Portugal Novo”: para trás, num exercício de inumação, sepultam-se as memórias trágico-políticas, de um país aluído pelas tormentas de uma guerra civil que lhe ensanguentou o solo; futuramente, gere-se a expectativa do advento da liberdade, da paz e do progresso, tal como o *Repositório Literário* o interpretou no seu tempo:

A época de terror e luta que atravessámos deixou em nós profundas impressões que o tempo não as poderá facilmente delir, e todos os nossos sentimentos, postos em acção por uma séria de acontecimentos incalculáveis, ainda não poderão assentar; as paixões em agitação e até em combate, nem nos podem ainda bem reflectir que gozamos as delícias de um mundo livre. Em tais circunstâncias, pois será bem difícil conciliar a atenção pública, por tantas e tão justas causas distraída; no entanto, depois do restabelecimento das liberdades pátrias, cumpre promover a difusão da instrução pública, a base mais sólida [...] em que aquelas podem assentar, e pouco a pouco ir reparando as ruínas causadas pelos anos do império da ignorância e da inquietude<sup>139</sup>.

Foi nesta conjuntura que emergiu um conjunto significativo de novas instituições ligadas à difusão da cultura: a conjugação das iniciativas dos particulares, estimuladas e acarinhadas pela Rainha, despertaram o espírito de cooperação e de associação nos

---

<sup>136</sup> CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 548-549.

<sup>137</sup> SARAIVA, José – *História Concisa de Portugal*, 2021, p.443)

<sup>138</sup> RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”* [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008, pp. 23-25.

<sup>139</sup> REPOSITÓRIO Literário. “Introdução”, n.º. 1 de 1834.

círculos mais restritos da cultura portuguesa. Essas Instituições de cariz cultural eram frequentemente proprietárias de um órgão jornalístico difusor de conhecimentos que, de acordo com a sua finalidade, eram de natureza científica, jurídica, médica, industrial ou literária. In *grosso modo*, esses órgãos de informação eram essencialmente publicações periódicas, cujos objetivos convergiam em «reunir as suas luzes para, num esforço de cooperação, animar e incentivar o gosto pelas letras, pela indústria, pelo comércio, pela agricultura e pelas ciências em geral, acendendo nas massas o amor do trabalho e da cultura»<sup>140</sup>.

A ilustração do país surgia, assim, como campanha contra a dilação e a imobilidade de um país inconformado com o destino a que tinha sido votado. A missão era civilizadora, a meta era a Regeneração. Daí que, muitas vontades tenham convergido num esforço de ilustrar Portugal. Eis algumas das iniciativas levadas a cabo pela sociedade civil: em 1833, foi fundada, no Porto, a *Sociedade das Ciências Médicas e da Literatura* que, no ano seguinte, deu início à publicação do jornal – *O Repositório Literário*, com a finalidade expressa

de despertar o gosto e a necessidade da instrução, de fazer conhecer o que possuímos e difundir e propagar entre nós os inventos das outras nações, que desde muitos anos favorecidas pelo influxo das instituições liberais, tinham caminhado com rápidos passos no vasto campo das ciências e por este meio contribuído gloriosamente para o esplendor e prosperidade com que [...] fulgiam a par dos outros ainda por encanecidos preconceitos<sup>141</sup>.

No ano de 1834 foi fundada a *Sociedade Promotora da Indústria Nacional*. De igual modo, esta Associação teve o seu jornal – *Os Annaes* – cujo desiderato se materializava na difusão do conhecimento, especificamente, na promoção da agricultura, da indústria e das artes; no ano que se seguiu, apareceu na Capital, a designada *Sociedade das Ciências Médicas*. Em 1836, foi criada a *Sociedade dos Amigos das Letras*, cujo jornal tinha com objetivo “promover as reformas e melhoramentos literários com especialidade no reino de Portugal, e na parte em que pudessem ter imediata aplicação prática”<sup>142</sup>. No dia 14 de Janeiro de 1837, o *Diário do Governo* divulgou uma portaria, onde constava o programa da *Sociedade Civilizadora*, a cujos fundadores, a Rainha tece profundos elogios, manifestando-lhes todo o apoio que de si e do seu Governo dependesse: “Sua Majestade deseja animar e proteger o espírito de Associação, porque é

---

<sup>140</sup> MELLO, Maria Cristina – *O Panorama – História de um jornal*. Lisboa: UL, 1971, p. 8.

<sup>141</sup> *Repositório Literário* - 1834, número 1 de Novembro, p. 9

<sup>142</sup> RIBEIRO, José Silvestre – *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos*, tomo VIII, p. 359.

só pela reunião de muitas forças e vontades que se poderão acabar grandes coisas, e nada há tão útil como é dirigir a actividade dos Cidadãos para objectos que possam melhorar os seus interesses materiais e morais”<sup>143</sup>.

Em 1837, sob os auspícios de D. Maria II, foi fundada a *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, sendo esta apoiada por vários representantes do Constitucionalismo. Também esta Sociedade tinha o seu jornal – *O Jornal Literário e Instrutivo – O Panorama*, do qual nos ocupamos.

### 3. Referentes de um Projeto Regenerador: *O Panorama* e o seu Diretor

*O Panorama* foi dado à estampa, pela primeira, vez no dia 6 de Maio de 1837. A *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, proprietária do referido jornal, escolheu o seu fundador, Alexandre Herculano, para Diretor e principal redator do semanário, cujo cargo manteria até julho de 1839. A publicação, regularmente publicada aos sábados, pese embora as vicissitudes que o processo conheceu, estender-se-ia por mais três décadas, precisamente até 1868. O primeiro artigo dos *Estatutos da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*, adiante designados por *Estatutos*, enuncia claramente o seu propósito capital: “Propagar os conhecimentos úteis por todos os meios de que possa dispor, e desde já, por meio de uma publicação semanal, é o fim a que a Sociedade se propõe”. Este objetivo será reiterado no Artigo 45º dos mesmos *Estatutos*<sup>144</sup>, acrescentando mais adiante que, ocasionalmente seria acompanhado pela edição de bons livros por módicos preços<sup>145</sup>, desiderato este que viria a transformar-se no *modus operandi* da prevista ação de difusão cultural.

*O Diário do Governo*, precisamente, três meses antes do primeiro número de *O Panorama* ser dado à estampa, apresenta claramente as linhas orientadoras do iminente semanário: “ensinar o povo para que ele seja menos acelerado ou menos violento em suas opiniões – e oferecer-lhe a instrução por modo que a ele possa chegar o seu entendimento e a sua bolsa, isto é, fácil e barata”<sup>146</sup>. Refere ainda algumas indicações sobre a estrutura

---

<sup>143</sup> *Diário do Governo*, portaria de 14 de Janeiro de 1837.

<sup>144</sup> *Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Capítulo V: art. 45º.

<sup>145</sup> Nas primeiras páginas de *O Panorama* diz-se claramente que “entre os propósitos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, um dos mais vantajosos é o de reimprimir e publicar os nossos bons livros por módico preço”. Refira-se a título de exemplo algumas obras publicadas na tipografia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis: *A Harpa do Crente*, de Alexandre Herculano; *Quadros da História de Portugal*, de A. F. de Castilho; *Reflexões Sobre a Língua Portuguesa*, de Francisco José Freire; *Relação do Novo Caminho Que Fez por Terra e Mar* (2.ª edição), do padre Manuel Godinho; *Dicionário Jurídico-Comercial*, de José Ferreira de Borges, etc.

<sup>146</sup> *Diário do Governo*, 21 de Fevereiro de 1837, p. 3.

que o mesmo deveria seguir, particularmente a obrigação de conter, pelo menos, uma estampa em cada número.

A predizida matriz formal do jornal foi asseverada e esclarecida, pelo Artigo 46º dos referidos *Estatutos*: «Este Jornal será intitulado – “*Panorama Literário e Instrutivo*”; conterá oito páginas de quarto grande e duas colunas, e cada número terá uma ou mais estampas que sirvam de ilustração a algum ou alguns artigos do texto [...]».<sup>147</sup>

Se a definição da forma era importante, as preocupações que diretamente se prendiam com os conteúdos não eram menos. E são ainda os *Estatutos* a indicar uma senda, em que emergem as preocupações estética e ética: “*O Panorama* se deverá distinguir, não somente pela pureza do seu estilo e escolha das matérias, mas também por seu constante respeito à moral pública”<sup>148</sup>. Este requisito axiológico estendia-se à imparcialidade política, imposta aos colaboradores pelo Artigo 41.º dos *Estatutos* – “Não se intrometerá jamais em polémica política, nem mesmo com disfarçadas alusões ou apólogos chistosos”.

Outra marca distintiva deste jornal é o anonimato. Esta diretiva da Direção que exigia aos redatores de *O Panorama* que ficassem esquecidos na sombra do anonimato, data desde a sua fundação e prolonga-se até 13 de julho de 1839, altura em que tal prática começa a ser timidamente abandonada, no preciso momento em que Alexandre Herculano deixa o lugar de diretor e principal redator. Esta práxis é geradora um problema apreciável: não facilita a identificação rigorosa dos artigos procedentes da pena de Alexandre Herculano<sup>149</sup> dos seus dois colaboradores.<sup>150</sup>

No que à escolha de matérias diz respeito, os *Estatutos* conceberam o Jornal como uma publicação generalista, onde todas as matérias cabiam, desde considerações históricas, literárias, políticas, económica, extrato de viagens, máximas morais até às mais variadas formas de entretenimento<sup>151</sup>. Esta opção, pela feição generalista e enciclopédica, regida pelo desiderato da instrução, justifica-se pela urgência de “introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução; porque este é o espírito do nosso tempo, e

---

<sup>147</sup> *Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Capítulo V: art. 46º.

<sup>148</sup> *Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Capítulo V: art. 49º.

<sup>149</sup> Veja-se, a propósito, os dois tomos da *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano*, por nós publicados, respetivamente em 2021 [Tomo I](#) e 2022 [Tomo II](#). Aqui se faz a identificação e a edição dos artigos anónimos, publicados por Alexandre Herculano, no ano de 1837, em “*O Panorama*”.

<sup>150</sup> *Dicionário Bibliográfico*, Tomo XXI, p. 519. Gomes de Brito acusa, no mesmo artigo, a lacuna resultante da falta de informação, ao referir “ainda outros que ficaram para nós desconhecidos”. A questão dos outros colaboradores anónimos foi estudada por nós em Rodrigues (2008).

<sup>151</sup> *Estatutos da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Capítulo V: arts. 46 e 48º.

A diversidade de temas tratados pelo *Panorama* está exemplarmente estudada em Rodrigues, J.; Ribeiro, O. & Moreira, F. (2019: 30-34)

porque esta tendência é generosa e útil [...]. A nação portuguesa, cumpre confessá-lo, é uma das que menos tem seguido este movimento progressivo da humanidade”.<sup>152</sup>

*O Panorama* inspira-se em modelos estrangeiros, como *Le Musée des Familles*, publicado em Paris, cujos propósitos tendem a coincidir com os de *O Panorama* e de que alguns artigos foram traduzidos para a publicação portuguesa<sup>153</sup>, e, sobretudo, o *Penny Magazine*, jornal inglês que, de acordo com a informação do próprio Herculano, lhe serviu de protótipo: “O Penny Magazine (em cujo molde vazámos O Panorama) [...], e sem ter mudado o sistema de redacção (inteiramente semelhante ao nosso) extrai semanalmente de cada número acima de trezentos mil exemplares.”<sup>154</sup>

Invocar a história de um periódico significa, antes de mais, recordar a sua génese e percorrer as veredas que os seus fundadores, diretores e colaboradores seguiram, desde o ato fundador até ao dia em que a última página foi impressa. Os triunfos e os falhanços, as arduidades e os dias de êxito que *O Panorama* conheceu testemunham o esforço de quantos trabalharam por um projeto de ilustração para Portugal: um projeto que visava regenerar o quadro mental português, estribando-o quer na educação e na cultura, quer na promoção dos bons costumes, que constituiria uma boa base de apoio e sustentação para a causa da liberdade que tão arduamente tinha sido conquistada: “[...] o que mais importa - dizia o Diretor de *O Panorama* - é dilatar por todas as nações, e introduzir em todas as classes de sociedade, o amor da instrução. Negar o aperfeiçoamento intelectual do homem e deixá-lo na bruteza e na ignorância é um ato imoral, um menoscabo de deveres sagrados e, por consequência, um crime”<sup>155</sup>.

O cronograma que se segue dá-nos uma visão sinóptica dos ciclos de publicação de *O Panorama*. Aqui emergem, quer os períodos de efetiva publicação de cada uma das séries, quer ainda os hiatos em que o jornal foi suspenso:

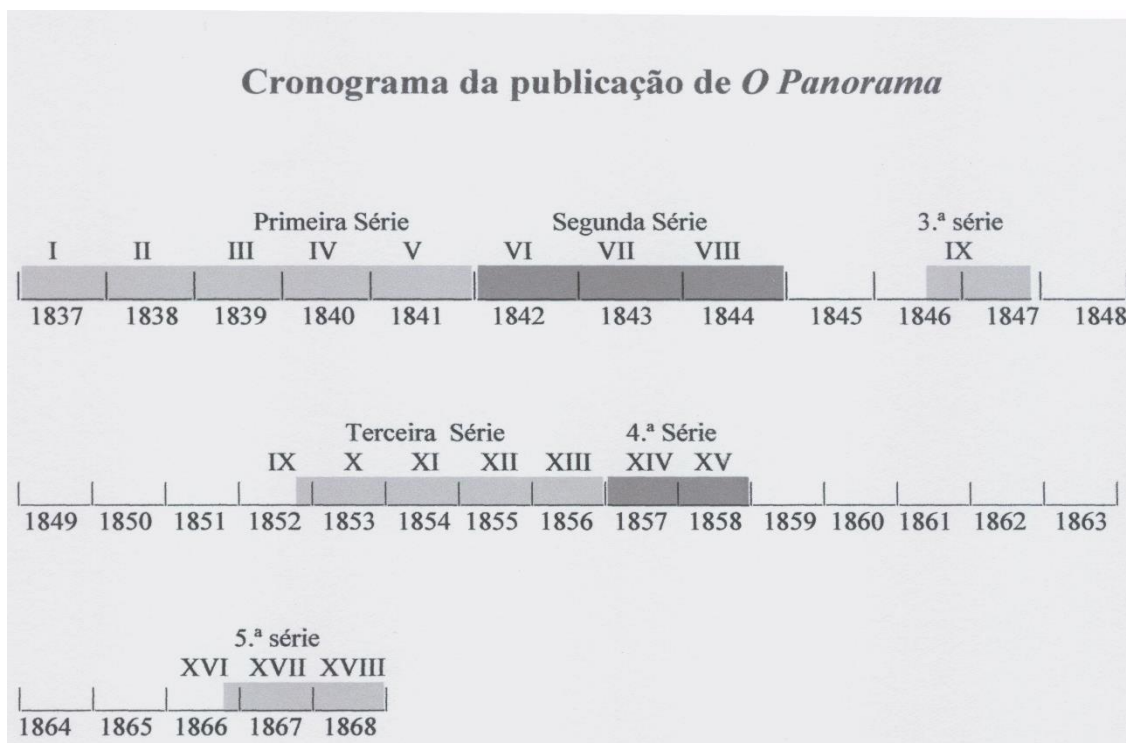
---

<sup>152</sup> HERCULANO, Alexandre - “Introdução”. In *O Panorama* n.º 1 de 6 de janeiro de 1837, pp 1-2.

<sup>153</sup> A estrutura de *Le Musée des Familles* obedecia ao seguinte esquema : *Études Historiques, Morales et Littéraires, Voyages, Aventures, Études de Moeurs et Magazine (Costumes Pittoresques, Histoire Naturelle, Merveilles Medicales, etc.)*.

<sup>154</sup> HERCULANO, Alexandre - “Gallicismos”. In *O Panorama*, n.º 7 de 17 de junho de 1837, p. 53.

<sup>155</sup> HERCULANO, Alexandre - “Da educação e instrução das classes laboriosas”. In *O Panorama*, n.º 75 de 6 de outubro de 1838, p. 315.



Fonte: Rodrigues 2008

De acordo com o cronograma da publicação de *O Panorama*, podemos observar que a publicação ininterrupta, desde 6 de Maio de 1837 a 28 de Dezembro de 1844, deu origem a oito tomos: eles formam as duas primeiras e principais séries, tendo a primeira realizado na perfeição a ideia que parece ter presidido à sua definição, e a segunda ficou incompleta, porque a publicação foi então descontinuada.

Na primeira série destaca-se Herculano, como Diretor e principal redator do Jornal. Entretanto, em julho de 1839, este abandonou os cargos de Diretor e principal redator de *O Panorama*, para assumir a direção das Bibliotecas Reais da Ajuda e das Necessidades, lugar para o qual fora proposto, por convite pessoal de D. Fernando. Esta afastamento da direção não significou um divórcio com o Jornal. A intenção de continuar a colaboração com *O Panorama*, deixou-a expressa Herculano, na *hora da despedida*, acompanhando-a com a condição de romper com o injustificável e escandaloso anonimato imposto aos seus colaboradores<sup>156</sup>:

Tendo deixado, por motivo de negócios pessoais, o lugar de principal redactor deste jornal, e desejando, todavia, contribuir com os meus poucos cabedais

<sup>156</sup> Os artigos do jornal *O Panorama* eram escritos sob a capa do anonimato. Só a partir dos finais de 1839 é que timidamente se começa a abandonar esta prática. Em 1840, encontramos artigos de Alexandre Herculano, assinados com as iniciais A.H. Nesta fase, muitos dos artigos ainda não aparecem subscritos pelos seus autores.

para uma publicação, que me persuado tem feito algum bem à civilização nacional, continuarei a escrever, quando outras ocupações mo permitam, vários artigos, que serão sempre assinados com as iniciais do meu nome<sup>157</sup>.

Este “adeus” não é uma viagem sem retorno: o cumprimento da promessa encontramos-lo não só na publicação efetiva de extratos dos seus livros, editados em *O Panorama*, mas também numa carta dirigida à Direção: “com repugnância consenti em que se transcrevessem nas páginas de *O Panorama* extractos de um livro meu, então impresso e a ponto de publicar-se. Era honra grande para o livro, mas pouco proveito para o jornal, que não deve viver de fragmentos de coisas impressas”<sup>158</sup>. De acordo com uma nota da responsabilidade de Rodrigo Cordeiro, retirada do *Novo Almanaque Luso-Brasileiro para o ano de 1879*, Herculano terá regressado à redação de *O Panorama* em 1843: “entra ele por novo contrato a 20 de Janeiro daquele mesmo ano, para director do jornal, recebendo então 800\$000 réis anuais, ou 5\$128 réis por página, devendo escrever três páginas em cada número.”<sup>159</sup>.

A primeira série terminou em dezembro de 1841. A segunda continuou sem qualquer sobressalto, sob a direção tripartida de Paiva Manso, João Baptista Massa e M. A. Viana Pedra. Esta segunda série do Jornal, de acordo com uma informação extraída do *O Panorama*, terminou no dia 28 de dezembro de 1844, pelo facto da sua tiragem ter caído para níveis insustentáveis.<sup>160</sup> José Silvestre Ribeiro refere que uma comissão, eleita pela Assembleia Geral da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, declarou que *O Panorama* jamais poderia continuar, quer como empresa literária, quer como empresa mercantil.<sup>161</sup>

A história, porém, é frequentemente mais fértil do que aquilo que, em cada momento, somos capazes de pensar e, passados dezassete meses, a publicação de *O Panorama* foi retomada, ainda que suportada por outra empresa, empenhada em fazer

---

<sup>157</sup> 115 de 13 de julho de 1839, p. 221.

<sup>158</sup> HERCULANO, Alexandre - “Na Estremadura”. In *O Panorama*, n.º 25 de 24 de junho de 1854, pp 193-194.

<sup>159</sup> *Novo Almanaque Luso-Brasileiro para o ano de 1879*, p. 11.

<sup>160</sup> Tendo sucessivamente diminuído nestes últimos anos, as assinaturas deste jornal, não sendo já suficientes para o custeio das onerosas despesas para o manter em nitidez tipográfica e mais circunstâncias que o igualaram aos melhores estrangeiros, que no seu género se têm publicado e muitos dos quais têm igualmente findado; a Direção encarregada de administrar os negócios da Sociedade editora, viu-se na precisa obrigação de convocar a Assembleia-geral dos Srs. Accionistas, porque os Estatutos determinavam a publicação de um jornal literário. Finalmente a Assembleia-geral, em sessão de 23 do corrente Dezembro, decidiu que cessasse a continuação do *Panorama*, em razão dos motivos acima expandidos. “Aos Senhores Assignantes do *Panorama*”. In *O Panorama*, n.º 157 de 28 de dezembro de 1844, p. 415.

<sup>161</sup> RIBEIRO, José Silvestre *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos*, vol VIII., Lisboa: Acad. Ciências, 1871, p. 408.

reviver o antigo repositório e em dar seguimento à ação que, prematuramente descontinuada, parecera condenada a ficar incompleta: “O resultado obtido em sete anos de duração cortou-lhe verde a palma, que pedira ao começar a obra”<sup>162</sup>.

O segundo ciclo de vida de *O Panorama* teve início no dia 5 de Setembro de 1846, o qual serviu de abertura à 3ª série. Entre essa precisa data e o dia 13 de Novembro do ano de 1847, foram dados à estampa 38 números. Inesperadamente e sem que nada o fizesse prever, o jornal foi novamente suspenso, ficando a impressão de que algo inesperado terá provocado a prosseguimento do jornal. O carácter inesperado da interrupção torna-se surpreendente com indicação precisa que surge no último artigo do número 38, referente a 13 de Novembro de 1847, que refere, precisamente, na última página a continuidade do artigo que acaba de ser escrito: *continuação no próximo número*.

A segunda descontinuidade prolonga-se por cerca de cinco anos. Seria necessário esperar pelo 25 de Setembro de 1852, para que uma terceira empresa tomasse a iniciativa, de dar continuidade à publicação e, assim, a oferecer-lhe a oportunidade de ressurgir para um novo ciclo de vida.

Registe-se que os números então dados à estampa nos anos de 1846, 47 e 52, os quais resultam de dois ciclos editoriais diferenciados, pois, entre eles media um período de tempo bastante longo, foram, apesar disso, reunidos, pelos respetivos editores, no tomo I da terceira série que formaram. Até ao fim de 1856, altura em que esta série se finalizou, vieram consecutivamente a lume os volumes números X, XI, XII, e XIII.

As dificuldades constantemente acusadas pelos editores não impediram o Diretor de afiançar todos os esforços “para manter a reputação de um semanário, que conta no número dos seus colaboradores alguns dos nomes mais ilustres da literatura nacional”<sup>163</sup>.

Este esforço prolongado no tempo foi francamente resiliente para garantir que o jornal continuasse a chegar a casa dos assinantes: em 1857 e 1858, saíram respetivamente os tomos XIV e XV, respeitantes à 4.ª série.

No entanto, apesar de todos os esforços, as dificuldades não se tinham dissipado e a prova de que as dificuldades eram reais reside na nova interrupção do jornal: *O Panorama* foi suspenso em janeiro de 1859 e seria necessário esperar por um hiato de oito anos, para que em janeiro de 1866 uma nova empresa e uma nova equipa arregaçassem as mangas e dessem novo vigor ao mais duradoiro e significativo projeto cultural de que a imprensa portuguesa oitocentista se podia ufanar.

---

<sup>162</sup> “Introdução”. In *O Panprama*, n.º 1 de 5 de setembro de 1846, p. 1.

<sup>163</sup> In *O Panorama*, n.º 50 de 16 de dezembro de 1854, p. 400.

A nota de abertura, do primeiro número da 5.<sup>a</sup> série, com que o novo Diretor de *O Panorama* se dirige aos leitores é apresentada com o encorajador título: *Duas palavras ao público*. Na *primeira* deplora-se o longo intervalo da derradeira suspensão: “Depois de bastantes anos de interrupção reaparece *O Panorama*, esse brilhante museu de literatura portuguesa, onde penduraram maravilhas duas gerações de escritores. A interrupção deste jornal foi deplorada pelos muitos assinantes que o tinham seguido na sua longa e esplêndida carreira”<sup>164</sup>; na *segunda*, anota a responsabilidade em avocar tão pesada herança e declara o propósito de não se poupar a esforços, tudo fará para levar o projeto a bom termo:

O modo como este jornal foi redigido impõe graves obrigações daqueles que se encarregaram de satisfazer um desejo do público, e que hão-de tentar não deixar desmentidas as esperanças que o título deste jornal inspira. Não ousariam fazê-lo se não contassem com o auxílio de algumas das penas mais justamente ilustres de Portugal.

Não fazemos programas, nem tentamos captar a benevolência dos assinantes. Ninguém duvidará de que não aceitaríamos (nem pessoa alguma aceitaria) o pesado encargo que tomamos, se não tencionássemos empregar todos os esforços para nos desempenharmos, o melhor que pudéssemos, da tarefa que empreendemos<sup>165</sup>.

Esta nova sociedade deu à luz três tomos (XVI, XVII e XVIII), referentes aos anos de 1866 a 1868, os quais constituem a 5.<sup>a</sup> e última série. No último artigo do último número (51), intitulado “Escritos de Santa Teresa de Jesus”, José Silvestre Ribeiro despede-se dos leitores, afirmando que o artigo que acaba de escrever teria continuidade no próximo número: “desses escritos nos ocuparemos no artigo imediato”<sup>166</sup>. Imediatamente a seguir (na última página do último número), e em nota final, Miguel Soares Monteiro informa os assinantes dos propósitos da empresa suspender, por algum tempo, a publicação de *O Panorama*, com as seguintes palavras: “a empresa do Panorama desejando melhorar o seu semanário, resolveu suspender o semanário temporariamente”<sup>167</sup>. Foi este o final de um projeto regenerador que teve Alexandre Herculano como fundador e mentor do principal e mais duradouro órgão de comunicação que o oitocentismo português conheceu.

---

<sup>164</sup> “Duas palavras ao público”. In *O Panorama*, n.º 1 da 5.<sup>a</sup> serie de (sd) de 1866, p.1.

<sup>165</sup> “Duas palavras ao público”. In *O Panorama*, n.º 1 da 5.<sup>a</sup> serie de (sd) de 1866, p.1.

<sup>166</sup> RIBEIRO, José Silvestre – “Os Escriptos de Santa Thereza de Jesus”. In *O Panorama*, n.º 52 de (s/d) 1868, p. 412.

<sup>167</sup> RIBEIRO, José Silvestre – “Os Escriptos de Santa Thereza de Jesus”. In *O Panorama*, n.º 52, s/d de 1868, p. 412.

#### 4. A influência de *O Panorama* na sociedade oitocentista portuguesa

Terá *O Panorama* cumprido o propósito que os *Estatutos* lhe traçaram? E como? Essa influência ter-se-á feito sentir para além do seu último número?

Como já tivemos ocasião de anotar, “promover a instrução, principalmente acerca dos conhecimentos úteis”, foi o objetivo prosseguido pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis através do seu veículo literário, *O Panorama*. Para tanto, também já o recordámos, o jornal adotou um carácter enciclopedista, decalcado sobre modelos estrangeiros, como o *Penny Magazine* e *Le Musée des Familles*, e procurou tornar-se acessível às mais vastas camadas de leitores. Se os jornais referidos lhes serviram de modelo e inspiração, nem por isso faltou à Direção a sensibilidade necessária para perceberem que a realidade portuguesa era outra, o que exigiu da mesma Direção alterações pontuais na arrumação das mesmas matéria que respondessem à psicologia do povo português. Esse novo sistema manter-se-á invariável, a partir de início do segundo ano de publicação, até ao final dos seus dias.<sup>168</sup>

Sete anos após o lançamento do 1.º número, em jeito de balanço, Filipe Ferreira de Araújo e Castro, interpretando o espírito dos *Estatutos*, reafirmou a vocação regeneradora do órgão jornalístico de que foi colaborador:

Enquanto, porém, o poder legislativo não adopta um adequado plano de educação geral, cumpre promover, quanto é possível, o melhoramento da educação doméstica e particular, oferecendo à bem entendida sensibilidade e delicadeza das mães, à prudência e firmeza dos maridos, ao ilustrado patriotismo dos magistrados, e ao entendimento [...] dos mesmos educandos, a indicação dos meios que parecem mais acomodados ao progresso e aperfeiçoamento da educação doméstica<sup>169</sup>.

Dentro das contingências que o limitavam, *O Panorama* concebia-se a si mesmo como uma biblioteca aberta a todas as fortunas, respondendo a todos os gostos e interesses, despertando na sociedade portuguesa a paixão pela leitura e pela instrução. A consciência do êxito alcançado foi transmitida por Alexandre Herculano, no preciso momento em que se congratulava com os resultados das tiragens das primeiras semanas da publicação de “*O Panorama*, que logo ao 5.º número se cifrava em 5000 exemplares,

---

<sup>168</sup> HERCULANO, Alexandre - “Aos Assignantes”. In *O Panorama*, n.º 36 de 6 de janeiro de 1838, p. 1.

<sup>169</sup> Os RR – “Introdução”. In *O Panorama*, n.º 106 de 6 de janeiro de 1844, p. 2.

Foram três as propostas de organização do ensino que *O Panorama* avançou: a de Araújo e Castro, a de Silvestre Pinheiro Ferreira e a de José de Torres. Veja-se a propósito RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”* [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008, pp. 110-132.

caso único em a história das publicações periódicas em Portugal”<sup>170</sup>. Este facto fornece fundamento suficientemente sólido para sustentar que *O Panorama* conseguiu estimular a necessidade de ler em milhares de pessoas de qualquer idade, sexo e extrato social<sup>171</sup>. E ele, declarada a sentença por António Feliciano de Castilho, foi “a assembleia, o espetáculo, a biblioteca pública, e a Praça do Comércio, onde lhes vinham ter notícias dos povos mais longínquos, das gentes mais diversas e até dos séculos mais distantes”<sup>172</sup>. E ele, ponderada a modéstia que a parcimónia do distanciamento possível nos autorizou em 2008, foi ainda

o hóspede certo, o conselheiro amigo, o animador ativo e estimulante das tertúlias da capital e dos serões da província. Foi o mensageiro diligente que levou a informação às aldeias, às vilas e às cidades, a janela que se abriu para a compreensão dos seres e das coisas, o arauto das boas novas, um passaporte para o mundo do conhecimento, do recreio, do lazer e da ficção. Foi, numa palavra, um educador privilegiado, de uma geração privilegiada pelas oportunidades de mudança e pelas esperanças de progresso, o educador de uma geração que transportou consigo a Geração de 70<sup>173</sup>.

Do seu incomparável e laudatório prestígio e da profundidade da sua ação civilizadora, deram conta os seus contemporâneos que o avaliaram como “o mais admirável instrumento de iniciação intelectual [...] aperfeiçoou a língua, desenvolveu o gosto pelas letras, fez reviver o gosto pelas nossas tradições na imaginação popular e por ele se deu voo e impulso a vocações novas que foram gradualmente sobressaindo em todas as esferas da actividade social<sup>174</sup>. Um colaborador anónimo, colhendo da sementeira do primeiro quinquénio seus doces frutos, rejubila com os resultados obtidos em tão curto período de tempo: “conseguiu-se que pessoas adversas à leitura, e que se assustavam à vista de um livro, adquirissem o útil hábito de ler; que as crianças alcançassem por gosto próprio ideias e noções, que só por largos anos e com o peso e enfado do estudo regular obteriam”<sup>175</sup>.

---

<sup>170</sup> HERCULANO, Alexandre - “Gallicismos”. In *O Panorama*, n.º 7 de 17 de junho de 1837, p. 53.

<sup>171</sup> Cf. HERCULANO, Alexandre - “Aos Assignantes”. In *O Panorama*, n.º 36 de 6 de janeiro de 1838, p. 2.

<sup>172</sup> Pan 1841, p. 2.

<sup>173</sup> RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama”* [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008, p. 88.

<sup>174</sup> RIBEIRO, José Silvestre *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos*, vol VIII. Lisboa: Acad. Ciências, 1871, p. 27.

<sup>175</sup> ANÓNIMO - “Do objeto e utilidade dos jornais populares”. In *O Panorama*, n.º 224 de 14 de agosto de 1841, p. 271.

Na mesma linha de júbilo, recordamos o apreço que se lhe reconhece pelos passos do sucesso que o país tem dado no caminho do progresso material e moral, repondo-o no carril do desenvolvimento:

Enfim, se o país tem dado alguns passos no caminho do progresso material e moral, O Panorama pode jactar-se de não ter sido inteiramente alheio a semelhante sucesso. Os documentos irrecusáveis dessa verdade estão estampados nos seus milhares de páginas, e na convicção dela está a recompensa da firmeza com que os seus diversos redactores têm sabido seguir o sistema estabelecido a princípio nas condições e fins desta publicação.<sup>176</sup>

Araújo e Castro, falando de educação e probidade, é perentório a recomendar a melhor bibliografia quer estrangeira quer, sobretudo, nacional. E qual foi o melhor que escolheu e recomendou da bibliografia portuguesa? “[...] finalmente, na bibliografia portuguesa moderna [...] recomendo a *Revista Universal de Lisboa* e *O Panorama* nos artigos *educação, probidade, ensino público* e outros concernentes à educação e instrução”<sup>177</sup>.

O mesmo autor, em carta datada de 5 de dezembro de 1843 e dirigida ao Diretor de *O Panorama*, congratulava-se com o sucesso de *O Panorama* e da *Revista Universal de Lisboa* (RUL). Rejubilando com o pensamento aí difundido, não se escusa a recomendar vivamente a sua leitura:

Vejo com particular satisfação que os Jornais científicos, o *Panorama* e a *Revista Universal de Lisboa*, continuam a gozar de uma bem merecida aceitação. Enquanto houver quem escreva e quem leia, existe um sintoma de vida social, e uma esperança de que alguém se aproveite; e as gerações futuras, sendo mais esclarecidas e virtuosas, hão-de ser por consequência mais felizes do que a presente.

A empresa da Sociedade, que promove a *propagação dos conhecimentos úteis*, se for sempre bem dirigida, continuará a ser obra de civilização. [...] Deve pois recomendar-se a sua leitura como um meio seguro e eficaz de desafiar o apetite e a curiosidade do povo e das crianças, e de auxiliar os filósofos e os pais de família na importantíssima e gloriosa tarefa de promover a educação pública e doméstica.<sup>178</sup>

No dia 5 de Setembro de 1846, quando se retomou a publicação de *O Panorama*, o seu Diretor, na introdução do primeiro número, congratulava-se, de forma elogiosa, com a forma como *O Panorama* suscitara a aceitação do público leitor: “Na hora mesmo,

---

<sup>176</sup> Os RR – “Introducção”. In *O Panorama*, n.º 106 de 6 de janeiro de 1844, p. 2.

<sup>177</sup> ARAÚJO E CASTRO, Filipe – “Estudos Morais e Políticos d’um Velho Minitro d’Estado”. In *O Panorama*, n.º 106 de 6 de janeiro de 1844, p. 3.

<sup>178</sup> Os RR – “Introducção”. In *O Panorama*, n.º 106 de 6 de janeiro de 1844, p. 2..

em que se retirava da imprensa, o gosto da leitura estava criado, e a saudade, com que geralmente o viram desaparecer, era a prova mais lisonjeira disso”<sup>179</sup>.

A 6 de Janeiro de 1868, no início do último ano de publicação do jornal que a Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis fundara havia mais de três décadas, assinalando o nascimento de um novo periódico semanal – a *Gazeta Literária do Porto* –, Camilo Castelo Branco, o seu redator principal, classificava *O Panorama* como um jornal “primoroso e ainda não imitado exemplar de periódico literário”.<sup>180</sup>

Intimamente revelador, pela posição distintamente qualificada do seu autor, seguramente uma das figuras mais esclarecidas do movimento editorial português até então, é a observação emitida por Silvestre Pinheiro Ferreira que, aliás, alerta para um aspeto menos vezes evidenciado, mas não menos importante, da eficácia sociocultural de *O Panorama*, enquanto repositório de anotação de ideias prolíferas, ainda sem forma definitiva, e como ágora facilitadora do debate, em que se exercita experimentalmente a validade de teses e teorias emergentes:

uma das muitas vantagens [...] do Panorama, é de servir de armazém, em que cada uma possa depositar as ideias que lhe ocorrerem, e cuja publicação, parecendo-lhe poder ser útil, seria impraticável por outro modo; já por serem ideias destacadas, já porque sendo em pequeno número não podem formar um corpo de doutrina.

Isto é o que nos acontece com as ideias-soltas que desejaríamos comunicar ao público, para serem por ele julgadas, e, no caso de o merecerem, elaboradas pelos mestres da arte; a fim de servirem algum dia a formar a tão desejada gramática filosófica da língua portuguesa.<sup>181</sup>

Diremos mais: *O Panorama* não só assinalou uma posição relevante na imprensa oitocentista, pelo largo programa de divulgação cultural, cumprido ao longo da sua existência,<sup>182</sup> como deixou uma marca indelével na sociedade oitocentista, convertendo-se numa verdadeira “escola” de instrução popular e de formação dos seus leitores.

---

<sup>179</sup> ANÓNIMO – “Introdução”. In *O Panorama*, n.º 1 de 5 de setembro de 1846, p. 1.

<sup>180</sup> Citado por BRITO, António Ferreira – *Gazeta Literária do Porto*. In *Dicionário do Romantismo literário Português* (Coord. Helena Carvalhão Buescu). Lisboa: Caminho, 1997, p. 211. No mesmo lugar, António Ferreira Brito sugere que Camilo poderá ter concebido a *Gazeta Literária* como sucessora do jornal inicialmente dirigido por Herculano. Todavia, salvo indício ou prova de que não dispomos, esta sugestão parece-nos demasiado incerta, tendo em conta que a publicação de *O Panorama* foi continuada até Dezembro de 1868, sem qualquer prenúncio da sua cessação ou da sua interrupção.

<sup>181</sup> FERREIRA, Silvestre Pinheiro – “Philologia”. In *O Panorama*, n. 57 de 28 de janeiro de 1843, p. 27.

<sup>182</sup> MELLO, M. Cristina – *O Panorama – História de um jornal*. Lisboa: UL, 1971, p. 11.

### **Nota conclusiva**

Se quiséssemos intentar um breve apontamento conclusivo, que de alguma forma constituísse uma amostra representativa do caráter regenerador da sociedade oitocentista portuguesa, poderíamos anotar significativamente que *O Panorama*, respondendo às necessidades e gostos e interesses e curiosidades da burguesia, pequena a grande, foi, com grande sucesso, uma revista de feição enciclopédica que desejou ser, e que a aceitação de que beneficiou, por parte dos seus coetâneos, fez dela, como muito bem lembrou António José Saraiva<sup>183</sup>, algo equipolente ao *Reader's Digest*, compreensivelmente reduzido ao seu contexto epocal e ao seu espaço de incidência. E foi seguramente isso que fez com que *O Panorama*, como obra de civilização que se tinha empenhado na tarefa de promover o desenvolvimento de um país, centrando o seu foco de interesses nas questões que se prendem diretamente com a instrução e a educação públicas, tenha sido percecionado, pelos próprios coetâneos, como uma memória viva para o futuro, como um monumento previamente reconhecido como tal, como uma força indelével capaz de lubrificar as molas perras da sociedade e ativar as grandes transformações político-sociais que se viveram, no tempo que se viveu então e que para a História ficou conhecido como a Regeneração.

#### **5.5.4 – A imprensa nos caminhos da Regeneração: o significativo ano de 1852**

*A pena é uma virgem,  
a imprensa é uma  
prostituta.*

Roger Chartrier

O Liberalismo, tal qual o apresentámos neste *Relato*, é responsável pela aparição do Jornal enquanto “livro do povo”. A imprensa – essa - patenteia-se poliédrica nos mais variados ramos, respondendo dessa forma à emergência do atraso cultural e défice político da sede de divulgação dos conhecimentos úteis que a sociedade reclamava. Como aludia Castilho, “(...) este século é tão destruidor como criador, matou a livraria e pôs

em seu lugar o jornalismo. Assim, devia ser, porque este século é popular. Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos”<sup>184</sup>.

Independentemente da nossa concordância ou não com a afirmação de Castilho, uma coisa é certa: o salto qualitativo que se deu com a institucionalização da liberdade de imprensa, imediatamente a seguir à revolução de 1820 (pese embora as variações que o processo irá conhecer), “é causa e consequência do alargamento da leitura e da circulação de ideias seminais em Portugal”<sup>185</sup>. As tensões inevitáveis que alimentavam a luta entre o liberalismo e o absolutismo beneficiam a aparição de uma imprensa que, padecia ainda das fragilidades inerentes à emergência de um fenómeno que era a expressão da vivência e vivências de um tempo de mudanças profundas. Magalhães Basto dá-nos conta dessas mudanças, ao referir que antes de 1820

(...) quase não houvera jornalismo [...]. O Diário Nacional começou a publicar-se em 26 de Agosto de 1820. Antes publicara-se em 1749 o Zodiaco Medico-Portuguez ou Lusitano-Delfico; em 1761, a Gazeta Litteraria do Cónego Francisco Bernardo de Lima. O Diário Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia, etc., saiu em 1794 a 1796; o Anno Medico em 1792.

Exceptuando, em parte, a excelente Gazeta Litteraria, todos estes periódicas se ocupavam quase exclusivamente de Medicina e de Ciência em geral. Nada ou quase nada diziam do que se passava na cidade, no país ou no mundo. Muito menos se ocupavam de política (...)”<sup>186</sup>.

Já o referimos diversas vezes ao longo deste relato: a cidade invicta foi testemunha e palco da revolução que eclodiu, precisamente, no dia 24 de Agosto de 1820, tendo como desfecho o triunfo da Revolução Liberal. Nesse ano surgiram dezanove órgãos de comunicação em Portugal: 4 no Porto e 15 em Lisboa. Importa referir que desde os princípios do século, até ao momento em que estalou a Revolução Liberal o papel da imprensa clandestina revelou-se de extrema importância para o que viria a ser o desenrolar dos acontecimentos. É digno de registo a aparição na cidade do Porto o primeiro diário - o *Diário Nacional* – apadrinhado pela Junta do Supremo Governo Provisório do Reino. Não podemos também ignorar os dois duros golpes que fustigaram a imprensa periódica desta cidade e do Reino: o primeiro golpe perpetrado contra a

---

<sup>184</sup> CASTILHO, Feliciano - *Revista Universal Lisbonense*, Tomo I (1841) nº 5, p 3.

<sup>185</sup> RODRIGUES, Elvira & RODRIGUES João - Communicate with sense (s) in the XIX Century. In *Revista Internacional de Educação, Saúde e Ambiente*. 2020, vol.3, n.4, p. 31.

<sup>186</sup> BASTO, Magalhães - “Conferência”. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto: Câmara Municipal, 1940, p. 295.

imprensa coincide com a Vila-Francada e respetiva suspensão da Constituição de 1822) e o segundo registou-se em 1828, precisamente com a usurpação do poder por D. Miguel, aquando da derrota que a Junta do Porto sofreu. É significativa a condenação à morte de José de Sousa Bandeira, precisamente em 1829<sup>187</sup>, por ter tecido críticas a D. Miguel. A 2ª emigração (1828-1832) que este período revolucionário conheceu, teve como consequência a aparição de uma nova onda de jornais em língua portuguesa, publicados no estrangeiro pelos exilados. Porém, a sua receção era difícil quer em Lisboa, quer no Porto, mas mais difícil ainda pelas razões evidentes se tornava o acesso na Província.

A governação que se estabeleceu a partir de 1834, em Portugal, não só revela uma mudança da situação do quadro histórico resultante da revolução de 1820, como enceta uma nova etapa do liberalismo. A partir desse marco, a imprensa ganha maior vigor e projeção. Nesta emergência de novos órgão de comunicação social insere-se a aparição de o jornal cartista *O Periódico dos Pobres do Porto* (1834) e o seu concorrente direto, *O Setembrista* e também – *O Nacional*, cuja longevidade se estende desde a fundação até 1870.

A luta feroz que opôs as posições cartistas às setembristas, particularmente, a partir de 1836, fez ampliar notoriamente a difusão de jornais, com particular incidência na invicta, onde se divulgam largamente os jornais de pendor setembrista, alinhados na propaganda e defesa do governo. Simultaneamente, assistimos ao nascimento de novas instituições académicas resultantes da reforma levada a cabo pelo governo de Passos Manuel (1836), conjugado com a emergência de revistas científicas e literárias e de difusão de conhecimentos que tiveram como patrocínio o beneplácito da jovem rainha, D. Maria II: *A Vedeta da Liberdade* (1836-1837); *O Cidadão Filantrópico*, logo em 1836, seguido de *O Artilheiro* e de *O Atleta* de 1836-1837; *O Panorama* e *A Revista Jurídica*, entre outros.

Se o período de tempo em que a guerra civil se desenrolou, correspondeu praticamente à suspensão da imprensa, na década de 40 assistimos a nova leva de jornais: em 1840, na cidade de Lisboa aparece o famigerado jornal de matriz setembrista, *A Revolução de Setembro*, sob a direção de José Estevão. Uma marca distintiva desta imprensa é a generalização da colaboração de escritores assim como o facto de os jornais assumirem de forma explícita uma orientação política e ideológica, ao contrário do que acontecia com *O Panorama*. O debate partidário trava-se essencialmente nas páginas dos jornais.

---

<sup>187</sup> A pena foi depois alterada para pena de prisão perpétua.

Refira-se, ainda, que em 1846, na cidade do Porto, nasceram os seguintes jornais: *O Curioso*, *O Progressista*, *O Nacional*, *A Estrela do Norte*, e em 1847 apareceu *O Ecco Popular*.

Em plena Regeneração, precisamente no momento em que entravamos no terceiro quartel do século XIX, assistimos ao nascimento de uma pujante indústria jornalística, um pouco por todo o país, mas esse nervosismo editorial foi mais visível, como é compreensível, nas cidades de Lisboa e do Porto.

Na conjuntura, e para lá da proliferação de jornais que iam saindo, vale a pena examinar a documentação de suporte à criação das empresas jornalísticas emergentes e dos respetivos títulos de habilitação das novas publicações, particularmente os documentos que, pese embora a sua incompletude, nos possibilitam estabelecer a etiologia dos jornais:

– por vezes os nome com que se habilitavam, nem sempre correspondiam ao nome com que saíam a público, outras vezes nem sequer se chegavam a publicar –, os aspetos relacionados com o perfil e percurso dos editores responsáveis, dado que desde o início da era liberal se verifica uma crescente responsabilização dos editores, redatores e impressores (o Decreto de 19 de Outubro de 1840 obriga à declaração de Editor Responsável e Fiador no Governo Civil). Data também de 1846 o aparecimento da Liga Promotora dos Melhoramentos da Imprensa<sup>188</sup>.

Mais do que um marco, o ano de 1852 é o ano que assinala as alterações radicais que ocorrem no âmago da sociedade portuguesa, resultantes quer da queda definitiva do Cabralismo em 1851, quer fundamentalmente da emergência das medidas implementadas pelo esforço regenerador das políticas de Fonte Pereira de Melo: modernizar foi a palavra de ordem, cujo desiderato visava acabar com o marasmo e a confusão, provocadas pela inconstância política em que até então se viveu e colocar, de uma vez por todas, Portugal no carril do desenvolvimento. As principais medidas regeneradoras implementadas no famigerado ano de 1852 prendem-se sobretudo com a “elaboração do Código Penal, a criação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a ocupação por Almeida Garrett da Pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros, a reorganização do ensino

---

<sup>188</sup> RODRIGUES, Elvira & RODRIGUES, João – “Communicate with sense (s) in the XIX Century. In Portugal: the emblematic 1852 year”. In *Revista Internacional de Educação, Saúde e Ambiente*. 2020, vol.3, n. 4, p. 7.

oficial, nomeadamente através da institucionalização pelo Estado do ensino técnico e o início da longa luta em favor do efetivo estabelecimento do sistema métrico decimal”<sup>189</sup>.

Atentemos agora nas publicações periódicas que tiveram origem neste ano. Para tanto apresentamos um quadro sinótico com o levantamento de todas as publicações que tiveram origem no ano de 1852. Nele evidenciam-se também os títulos, cujo fim da publicação ocorreu no mesmo ano. No quadro referido aparece, ainda, a sua distribuição geográfica e a respetiva classificação temática dos jornais em apreço.

**QUADRO 1: PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS COM INÍCIO EM 1852**

<i>Título</i>	<i>Início publicação</i>	<i>Fim publicação</i>	<i>Local</i>	<i>Classificação Temática</i>	<i>Periodicidade</i>
Almanaque Português	1852	1854	Lisboa	Instrução e Recreio	Anual
Artista (O)	01 Abr. 1852	Jun. 1852	Lisboa	Instrução e Recreio	Semanal
Aurora	22 Mar. 1852	12 Jun. 1852	Porto	Literário	Semanal
Baratíssimo (O)	17 Jun. 1852	09 Out. 1852	Funchal	Noticioso	Semanal
Bardo (O)	Mar. 1852	1854	Porto	Poesia Inédita	Semanal
Beneficiencia (A)	01 Nov. 1852	15 Jan. 1854	Lisboa	Religioso e Literário	Semanal
Boletim do Ministerio das Obras Publicas, Comercio e Industria	Jun. 1852	Dez. 1868	Lisboa	Legislação	Não Indica
Campeão do Vouga (O)	14 Fev. 1852	26 Out. 1859	Aveiro	Político. Literário e Comercial	Bissemanal
Christianismo (O)	03 Jan. 1852	01 Jan. 1853	Porto	Religioso	Semanal
Derriço (O)	06 Jun. 1852	08 Ag. 1852	Lisboa	Crítico e Satírico	Semanal
Entre – Acto (O)	02 Out. 1852	20 Out. 1852	Lisboa	Assuntos teatrais	Quinzenal
Escholiste (O)	1852	1869	Lisboa	Jornal dos Facultativos Militares	Não Indica
Esperança	01 Set. 1852	1854	Lisboa	Político, Literário e Religioso Conservador Reformista	Diário
Eu, Tu e Elle	01 Ag. 1852	17 Ag. 1852	Lisboa	Crítico, Literário e de Costumes	Semanal
Gil Vicente	10 Nov. 1852	16 Abr. 1853	Lisboa	Literatura e Teatro	Semanal
Globo (O)	01 Jan. 1852	30 Abr. 1852	Lisboa	Noticioso	Diário

<sup>189</sup> RODRIGUES, Elvira & RODRIGUES, João – “Communicate with sense (s) in the XIX Century. In Portugal: the emblematic 1852 year”. In *Revista Internacional de Educação, Saúde e Ambiente*. 2020, vol.3, n.4, p. 7.

<i>Título</i>	<i>Início publicação</i>	<i>Fim publicação</i>	<i>Local</i>	<i>Classificação Temática</i>	<i>Periodicidade</i>
Homem (O)	06 Out. 1852	<sup>190</sup>	Lisboa	Político Progressista – Histórico	Semanal
Ilha (A)	25 Mar. 1852	1863	Ponta Delgada	Político e Noticioso - Partido Cartista	Semanal
Ilustração (A)	15 Jan. 1852	4 Out. 1852	Lisboa	Noticioso	Quinzenal
Imprensa (A)	15 Jan. 1852	13 Ag. 1853	Lisboa	Político Conservador; Cartista	Diário
Instituto (O)	15 Mar. 1852	<sup>191</sup>	Coimbra	Científico e Literário	Não Indi
Iris (O)	20 Mar. 1852	Abril 1852	Coimbra	Literário, Instrução e Recreio	Semanal
Janota Critico (O)	13 Jun. 1852	<sup>192</sup>	Lisboa	Literário	Semanal
Jornal da Associação Industrial Portuense	15 agost. 1852	<sup>193</sup>	Porto	Noticioso e de Divulgação de Conhecimentos Úteis	Bisemanal
Jornal dos Operários	15 fev. 1852	30 abril 1852	Porto	Ilustração e Recreio	Bimensal
Justiça (A)	01 Jan. 1852	08 Out. 1853	Lisboa	Político – Partido Cabralista	Diário
Ordem (A)	05 Jan. 1852	01 Set. 1860	Funchal	Político – Partido Cartista	Semanal
Paquete Comercial	23 Mar. 1852	1854	Lisboa	Comércio	Semanal
Península	Fev. 1852	Jun. 1853	Porto	Literário e Instrutivo	Semanal
Pobres na Terceira	26 Nov. 1852	19 Mar. 1865	Angra	Noticioso	Semanal
Postilhão (O)	29 Fev. 1852	23 Mai. 1852	Lisboa	Noticioso	Semanal
Progresso Industrial (O)	11 Dez. 1852	03 Mar. 1853	Lisboa	Obras Públicas Agricultura e Comércio	Bisemanal
Revue Lusitannienne	02 Jan. 1852	05 Nov. 1852	Lisboa	Literária e Noticiosa	Não indica
Seringação (A)	03 Out. 1852	21 Nov. 1852	Lisboa	Crítico e Literário	Semanal

**Fonte:** Rodrigues & Rodrigues (2020)

O gráfico que se segue (Gráfico1), cujos dados são colhidos no quadro sinótico acima apresentado, permite-nos ter uma noção exata do caráter efémero deste movimento explosivo da imprensa em Portugal, onde aparece o número de publicações que tiveram início e fim no ano de 1852.

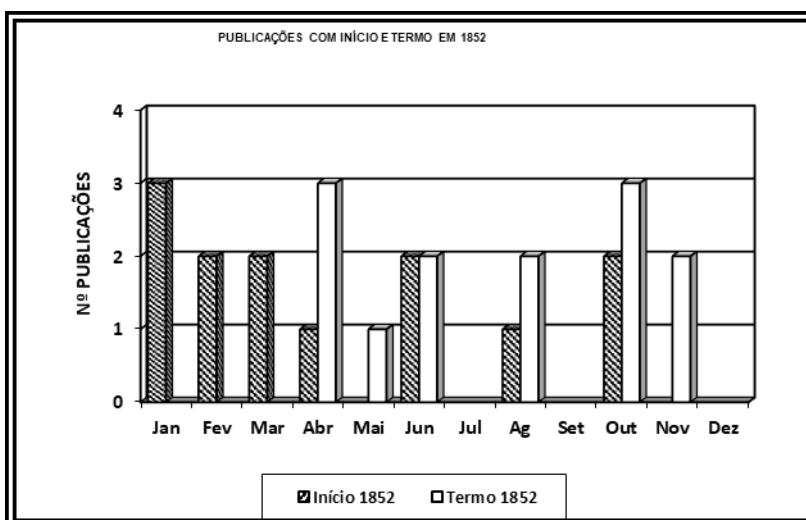
<sup>190</sup> Devido à escassez de números existentes, não nos foi possível concluir quando este periódico deixa de se publicar.

<sup>191</sup> Deixa de se publicar em 1981. Os últimos volumes (140 e 141), encontram-se agrupados.

<sup>192</sup> Também neste caso, a escassez e o mau estado de conservação dos números existentes, não nos permitem indicar qual a data em que termina a sua publicação.

<sup>193</sup> O último número por nós encontrado é o de 01 de Dezembro de 1864.

**Graf. 1- Publicações periódicas com início e termo em 1852**

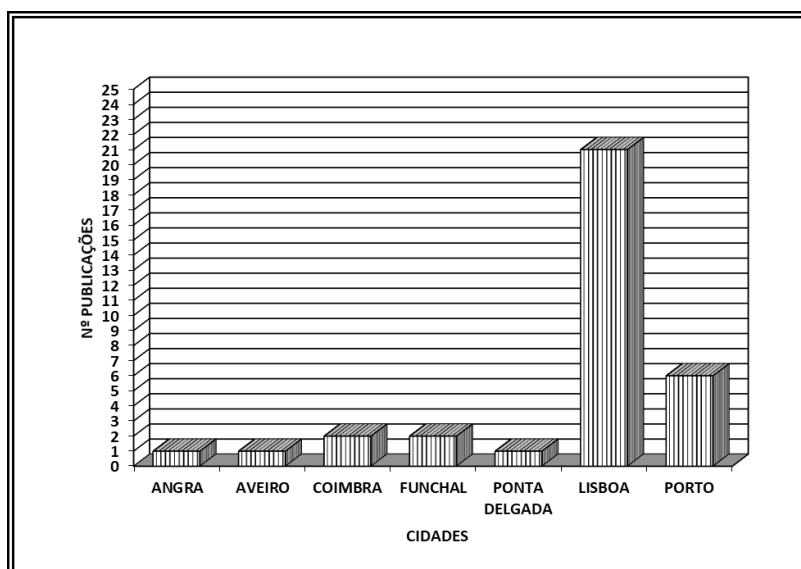


**Fonte:** Rodrigues & Rodrigues (2020)

O levantamento do número de publicações que tiveram início no ano de 1852 (Quadro 1), revelou-se de tal forma significativo, que nos permitiu, desde logo, sustentar a afirmação que, de acordo com o (Gráf. 1), a aparição de novos jornais na banca não é necessariamente sinónimo de qualidade e muito menos de sustentabilidade. Neste caso e de acordo com os dados exibidos no gráfico 1, das 34 publicações que foram iniciadas em 1852, 16 delas desapareceram no mesmo ano, demonstrando o carácter profundamente efémero da generalidade dos títulos que subitamente emergiram no famigerado e prolífero ano em análise. Sem aprofundarmos os dados expressos no quadro sinótico e no gráfico 1 acima apresentados, tendo em conta as dificuldades de várias ordens, emergem sobretudo as económicas, com que os editores se debatiam.

No que diz respeito à distribuição geográfica, o gráfico que se segue (Graf. 2) dá-nos uma visão sinótica da repartição destas publicações pelo território nacional:

**Graf. 2. Distribuição geográfica das publicações periódicas com início em 1852**



**Fonte:** Rodrigues & Rodrigues (2020)

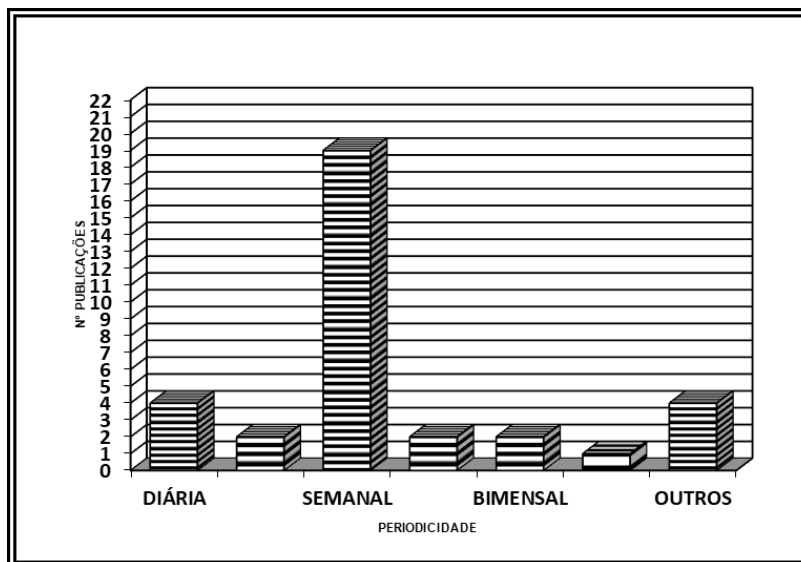
É sem surpresa que a primeira evidência que se impõe se prende com o facto de na capital se publicarem vinte e um dos trinta e quatro títulos identificados. Efetivamente, quando se inicia a segunda metade do século, a capital do Reino é protagonista de um extraordinário frenesim editorial e empresarial. É igualmente sem surpresa que o segundo lugar do pódio vai para a cidade do Porto, onde aparecem seis novos títulos. Apesar da invicta apresentar apenas seis títulos, o certo é que esta cidade apresenta neste ano de 1852 uma matiz bastante variada de publicações, no que respeita ao âmbito da diversidade temática, no âmbito das quais se evidenciam, sem sombra de incerteza, as temáticas referentes à divulgação de conhecimentos úteis, às questões que se prendem com a educação e ainda aquelas cujo desiderato se centra nas questões literárias.

Nas cidades de Coimbra e do Funchal aparecem dois novos títulos respetivamente e, finalmente, nas cidades de Ponta Delgada, Aveiro e Angra, regista-se a aparição apenas a aparição de um título em cada uma destas cidades (Gráfico 2). É, apesar de tudo, surpreendente a escassez de títulos relacionadas com a divulgação de conhecimentos considerados úteis, em Coimbra. Registe-se também o divórcio entre a cidade de Coimbra e a universidade: “se a iniciativa editorial não abundava [em Coimbra], a verdade é

que membros ligados à Universidade aparecem com frequência a assumir posições de chefia e/ou de colaboração em diversos e importantes projetos editoriais da época”<sup>194</sup>.

Centremos o nosso foco na questão da **periodicidade** desta imprensa emergente. Para tanto apresentamos o gráfico n.º 3:

**Graf. 3. Periodicidade das Publicações Periódicas com início em 1852**



Fonte: Rodrigues & Rodrigues (2020)

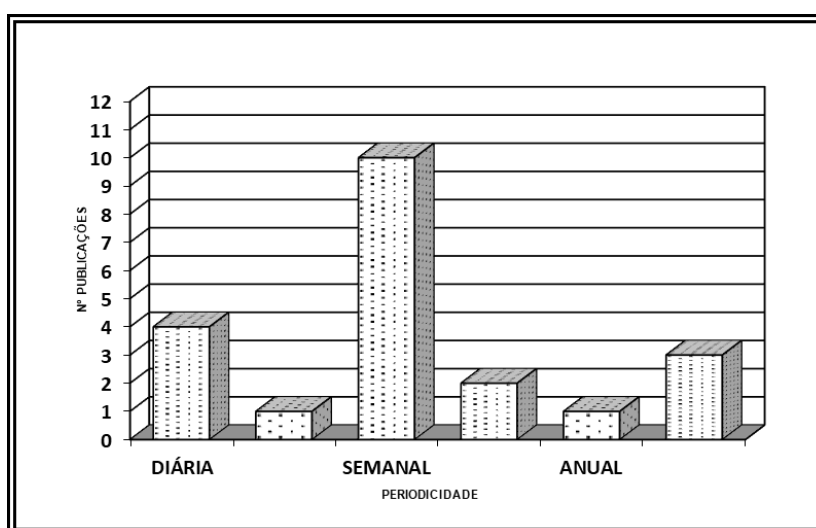
O gráfico apresentado (n.º 3) é, desde logo, sintomático de que as publicações semanais são aquelas que melhor permitem aos editores e jornalistas responder não só aos obstáculos inerentes ao lançamento dos jornais, mas também e sobretudo as que melhor permitem manter uma logística que garanta a sustentabilidade das mesmas publicações. Por outro lado, a emergência de um grande número de publicações de periodicidade semanal - 20 jornais (gráfico 3) -, 10 delas são publicadas em Lisboa (gráfico 4), onde devido à maior densidade populacional era aparentemente mais fácil implementar projetos desta natureza. Sublinhamos aqui a palavra “aparentemente”, pois há ainda um conjunto de fatores que obstaculizavam e comprometiam a manutenção destas publicações, desde logo, as dificuldades económicas da população, em geral, secundadas pela alta taxa de analfabetismo e mesmo entre os alfabetizados, em Portugal ainda não estavam enraizados os hábitos de leitura. Esses constrangimentos ditavam a

<sup>194</sup> RODRIGUES, Elvira & RODRIGUES, João – “Communicate with sense (s) in the XIX Century. In Portugal: the emblematic 1852 year”. In *Revista Internacional de Educação, Saúde e Ambiente*. 2020, vol.3, n.4, p. 14.

efemeridade das mesmas publicações, umas vezes agravadas por serem representantes de fações políticas e outras por se tratar de uma concorrência de jornais de matriz muito próxima, comprometendo, desta feita, o número mínimo de assinaturas, o que ditava o fim dos novos jornais e das empresas que os suportavam.

As publicações diárias de matriz política repartiam-se entre Lisboa e Porto. Se excluirmos *A Esperança*, jornal que se publicou em Lisboa, aproximadamente durante dois anos, as restantes tiveram um ciclo de vida muito curto.

**Gráf. 4 Publicações periódicas de Lisboa com início em 1852**



**Fonte:** Rodrigues & Rodrigues (2020)

No que concerne à **distribuição temática** e, de acordo com o quadro 2, podemos identificar três polos temáticos agregadores, à volta dos quais gravita a maioria dessas publicações, a saber: os jornais de feição literária, os que têm uma orientação política e, ainda, aqueles que obedecem a uma matriz noticiosa. No que concerne à especificidade dos conteúdos, destacam-se os jornais «que se agrupam em torno do núcleo genérico daquilo que designamos de “Comércio e Obras Públicas”, as quais afetas ao recém formado Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, informam e incentivam ao progresso económico e material do país»<sup>195</sup>.

<sup>195</sup> RODRIGUES, Elvira & RODRIGUES, João – “Communicate with sense (s) in the XIX Century. In Portugal: the emblematic 1852 year”. In *Revista Internacional de Educação, Saúde e Ambiente*. 2020, vol.3, n.4, p. 16.

O núcleo temático a que acabámos de fazer referência é sintomático não só das medidas levadas a cabo por Fontes Pereira de Melo, mas é igualmente representativo da chegada ao poder dos economistas e dos engenheiros. O exemplo que melhor ilustra esta núcleo é o aparecimento do famigerado título *O Progresso Industrial - Jornal das Obras Públicas da Agricultura e do Commercio*, o qual tinha como desiderato o esclarecimento da opinião pública acerca do andamento dos trabalhos realizados pela recém-criada (1852) Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro em Portugal.

**Quadro 2:** *Quantificação da Distribuição Temática das Publicações com Início em 1852*

<b>TEMAS</b>	<b>%</b>
POLÍTICOS	18
LITERÁRIOS	28
COM. E OBRAS PÚBLICAS	6
CRÍTICOS	6
MILITARES	3
TEATRO	3
INSTRUÇÃO E RECREIO	9
NOTICIOSOS	15
RELIGIOSOS	6
LEGISLAÇÃO	3
POESIA	3
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Rodrigues & Rodrigues 2020

Se quiséssemos intentar uma conclusão acerca deste surto da imprensa em Portugal, poderíamos afirmar que a maioria dos jornais aqui apresentados é reveladora de um sintomático denominador comum que poderíamos designar de “interesse pela democratização do saber”; todavia, “o cuidado e rigor na seleção e apresentação dos diferentes temas afasta-os do saber divulgado pelos Almanques que ao tempo se publicavam”<sup>196</sup>.

<sup>196</sup> RODRIGUES, Elvira & RODRIGUES, João – “Communicate with sense (s) in the XIX Century. In Portugal: the emblematic 1852 year”. In *Revista Internacional de Educação, Saúde e Ambiente*. 2020, vol.3, n.4, p. 18.

Pudemos ainda apreciar o contributo da imprensa para o que viria a ser o auge do associativo. No âmago desta imprensa emergente está patente não só a apologia do associativismo, mas também a propaganda, enquanto constituinte ideológico para a preservação dos interesses nomeadamente das camadas mais próximas do operariado. Se o aclassismo é uma marca indelével das coletividades até aos anos 90, o associativismo de cariz mutualista fazia bandeira da educação: esta era, como já tínhamos visto na geração romântica, condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país.

### 5.6 - *A questão religiosa: o Ultramontanismo*

*In grosso modo*, o ultramontanismo refere-se à doutrina que defendia a autoridade absoluta do Papa, em matéria de fé e disciplina. Essa doutrina, que se opunha ao galicanismo, defendia a primazia da autoridade do Bispo de Roma, face aos poderes dos estados, no que respeito dizia às matérias de fé e de disciplina. Esta questão gerou um conjunto de tensões entre a Igreja e os estados católicos. Estes acusavam a Igreja de interferir nos assuntos internos das nações, através do clero regular, mas de forma muito especial, através da Companhia de Jesus. Em Portugal, registaram-se dois momentos particularmente tensos: o primeiro ocorreu no século XVIII, em 1759, com a promulgação da “Lei dada para proscricção, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios”, através da qual o Marquês de Pombal expulsou os Jesuítas de Portugal e Brasil e confisco dos respetivos bens; o segundo momento, situa-se no contexto da consolidação do liberalismo, precisamente três dias após a assinatura da convenção Évora Monte, Joaquim António de Aguiar, o Mata Frades, como ficaria conhecido, com a assinatura o Decreto de 30 de maio de 1834, determinou a expulsão de todas ordens religiosas de Portugal e o confisco dos seus bens<sup>197</sup>.

Na sequência do levantamento de um conjunto significativo de erros que Pio IX identificara e condenara, em 1864, num documento intitulado “Syllabus Errorum”<sup>198</sup>, o Papa convocou o Concílio Vaticano I (1869-1870), cujo objetivo fundamental apontava para “o incremento da fé e da religião católica, para a extirpação dos erros clássicos e para a reforma do clero e do povo cristão”, de acordo com o que se refere no decreto de

---

<sup>197</sup> OLIVEIRA, Miguel de - *História Eclesiástica de Portugal*. Lisboa, União Gráfica, 1968, p. 35.

<sup>198</sup> “SILLABUS ERRORUM” é um anexo publicado na sequência da Encíclica *Quanto Cura*. Neste anexo Pio IX elenca uma lista de 80 erros “do nosso tempo”. Veja-se a propósito o documento [aqui](#).

abertura, datado de 8 de dezembro de 1869. Inspirado no modelo do concílio de Trento que respondeu aos desafios dos reformadores do século XVI, Pio IX “pretendia sanar todos os males da sociedade moderna salientando a autoridade da Igreja”<sup>199</sup>.

Durante o Concílio foi posto à discussão dos conciliares um texto que apontava para a definição dogmática da infalibilidade do Papa e o respetivo primado de jurisdição sobre toda a Igreja. A assembleia conciliar dividiu-se em duas facções: o grupo maioritário (os ultramontanos) era favorável à definição da infalibilidade do bispo de Roma e via com simpatia o primado de jurisdição do Papa sobre todos os outros bispos. Contrariamente, um grupo minoritário, liderado pelo teólogo e historiador bávaro, João José Inácio von Döllinger (1799-1890), opunha-se determinantemente ao dogma como tal; outros, ainda, consideravam apenas que não era oportuna a proclamação do mesmo, em virtude das reações que poderia provocar. Von Döllinger era um defensor acérrimo da criação de Igrejas nacionais - tese defendida e divulgada pelo sacerdote bávaro nos escritos publicados anonimamente, sob a capa dos pseudónimos de Janus e Quirinus.

O clima geral do Concílio foi de uma grande tensão em que as posições se extremaram e o autoritarismo da maioria silenciou as vozes discordantes. Os problemas identificados não só não foram solucionados, como outras clivagens se acentuaram, quer dentro da Igreja, quer no relacionamento desta com a sociedade. A linguagem marcadamente jurídica usada para afirmar o primado do papa como “sinal e princípio de unidade” apenas serviu para extremar as divisões no seio da Igreja Católica. A gota de água que fez transbordar o caldeirão, que já se encontrava em ebulição, foi a declaração doutrinal emanada na *Constituição Dogmática “Pastor Aeternus”*, sobre a primazia do magistério ordinário e imediato do bispo de Roma sobre todos os outros bispos da Igreja Universal<sup>200</sup>, na prerrogativa do dogma da infalibilidade do papa.<sup>201</sup> Com isto, os católicos dividiram-se em dois partidos: os adeptos da infalibilidade (infalibilistas) e os não-adeptos da infalibilidade do papa.

A reação dos não-adeptos fez-se notar principalmente nos países de língua alemã: em setembro de 1870, um grupo de cerca de 1400 fiéis, liderados Döllinger (1799-1890) rompeu com Roma, tendo apresentado uma declaração na qual rejeitavam as decisões do Concílio Vaticano I (1869-1871), particularmente a definição do dogma da Infalibilidade Papal. Essa reação contou com a adesão de muitos eruditos e

---

<sup>199</sup> ZILLES, Urbano “Concílio Vaticano I: A Igreja e o primado do Papa”. In *Perspectiva Teológica*. V. 2 n. 3 (1970) pp. 152.

<sup>200</sup> CONCÍLIO VATICANO I – Constituição dogmática *Pastor Aeternus*, III, 1870).

<sup>201</sup> CONCÍLIO VATICANO I – Constituição dogmática *Pastor Aeternus*, IV, 1870).

intelectuais, políticos e estadistas alemães, tendo sido francamente aclamada pela imprensa e pelos meios liberais de todo o mundo.

Os primeiros partidários de tendência vetero católica começaram a organizar-se a partir de 1870; estes contestatários organizaram os congressos de Munique (1871) e de Colonia (1872), que resultaram mais tarde na declaração de Utreque (1889), na qual os vetero católicos esclarecem suas posições doutrinárias. Döllinger tornou-se, assim, o fundador e principal líder dos vetero católicos. Este jamais se considerou cismático, no entanto, acabaria por ser excomungado, na sequência de se ter ordenado bispo vetero católico, a 17 de abril de 1871. Este acontecimento desvinculou-o definitivamente da Igreja Católica.

A declaração de Utreque (1889) reveste-se de particular significado, não só porque nela se clarificaram as posições doutrinárias dos seguidores de Döllinger, mas sobretudo porque as Igrejas Anglicana e Jansenista Holandesa de Utreque reconheceram e providenciaram a ordenação episcopal dos bispos das então recém-formadas Igrejas vetero católicas, mantendo, assim, a sucessão apostólica. Importa, ainda, lembrar que a Igreja Holandesa de Utreque aparece como precursora dos vetero católicos. Esta foi fundada no século XVIII, devido às tensões entre a Cúria Romana e uma parte da hierarquia católica local, fortemente influenciada pelo jansenismo: a cisão que levou à origem da Igreja vetero católica resultou da permissão que o governo holandês concedeu ao capítulo da arquidiocese de Utreque, para eleger o novo arcebispo (1723). Bento XIII reverteu essa permissão e impôs a excomunhão aos capitulares, abrindo assim as portas à fundação da Igreja Holandesa, que aparecerá como precursora do vetero catolicismo.

Rui Barbosa (1843-1929) traduziu, em 1877, para português, o livro *O Papa e o Concílio*<sup>202</sup>, da autoria de Döllinger, publicado sob o pseudónimo de Janus, nas vésperas da abertura do Concílio Vaticano I, no ano de 1869, onde expôs as teses vetero católicas acerca do primado do bispo de Roma e da infalibilidade dos papas: foi um contraponto da *Syllabus* e serviu de programa a ser defendido nesse Concílio. Rui Barbosa, defensor de um Estado liberal, não se limitou a traduzir o livro: fê-lo preceder de uma longa “*introdução do traductor*”, onde aborda criticamente a relação oficial entre o Estado e a Igreja no Brasil, na perspectiva liberal. Rui Barbosa, na pegada de Döllinger, socorre-se do conceito *romanização* para sustentar a polémica que ficaria conhecida no

---

<sup>202</sup> JANUS - *O Papa e o Concílio*. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, Editores, 1877.

Brasil como a “questão religiosa”, a qual serviu para designar o movimento político ultramontano, que a seu ver se fortalecia em detrimento do Estado brasileiro<sup>203</sup>.

Em Portugal, os ventos liberais que sopraram no Séc. XIX, impregnados de um anti jesuitismo, herdado do século XVIII, favoreciam o combate ao ultramontanismo, cuja expressão máxima culminou com a expulsão das ordens religiosas em 1834, como acima referimos. A reação do “movimento católico” oitocentista que se organizou em Portugal redefiniu-se em torno de três tópicos: a ligação ao Papa, a devoção mariana e a devoção eucarística. Esta posição foi vista por Alexandre Herculano como uma desfiguração do catolicismo e uma cabala contra causa liberal<sup>204</sup>. Herculano reagiu com uma carta - *Eu e o clero* (1850) -, dirigida ao Cardeal-Patriarca de Lisboa, onde propõe um novo modelo organizacional da Igreja, livre do centralismo ultramontano e coordenada pelo Estado português. A partir daqui, Herculano extremou a sua posição e publicou a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* (1853-1859) “para esconjurar com o passado o que é a ameaça presente. Sem cortar formalmente com o catolicismo, aproximar-se-á da posição vetero católica de Döllinger, afastando-se do que foi a eclesiologia do Concílio Vaticano I (1869-1870), em torno do primado e da infalibilidade do pontífice romano”.<sup>205</sup> Este ambiente criou condições para o estabelecimento do velho catolicismo (Igreja Lusitana Católica Evangélica) em Portugal, no ano de 1880.

Antero de Quental, por sua vez, reagiu energicamente e de forma irónica com o artigo publicado no jornal liberal *O Português*, intitulado “Defesa da carta encyclica de Sua Santidade Pio IX contra a chamada opinião liberal. Considerações sobre este documento por...” e dedicado “a todos os Católicos e Hereges sinceros e convictos”<sup>206</sup>. Neste artigo, Antero expões a posição de Pio IX<sup>207</sup>, acusando-o de ser inimigo da

---

<sup>203</sup> AQUINO, Maurício - “O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação. In *Horizonte* V. 11, n. 32, p. 1489.

<sup>204</sup> FIGUEIREDO, António Leitão de - *Herculano e Döllinger*. Coimbra, 1938.

<sup>205</sup> CLEMENTE, Manuel. “Alexandre Herculano e o Clero ou o Clero de Alexandre Herculano: no 2º centenário do nascimento do escritor”. In MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES Pedro Vilas-Boas, coords. - *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2013, p. 110. Veja-se ainda FIGUEIREDO, António Leitão de, *Herculano e Döllinger*. Coimbra, 1938.

<sup>206</sup> QUENTAL, Antero de - *Defesa da carta encyclica de Sua Santidade Pio IX contra a chamada opinião liberal. Considerações sobre este documento por...* Coimbra: Imprensa Litteraria, 1865. In-4.º, p. 31.

<sup>207</sup> FRANCO, José Euduro & ABREU, Luís Machado de - *Dois exercícios de ironia: Defesa da Carta Encíclica de Pio IX de Antero de Quental; Contra os Jesuítas de Sena Freitas*. 2017 (2ª. edição). ISBN: 978-989-8814-52-4, Em <http://hdl.handle.net/10400.2/9704>.

liberdade, democracia e do modernismo e que ele era “um verdadeiro paradigma da intolerância”<sup>208</sup>.

Mas terá sido Trindade Coelho quem, na *Comunicação dirigida á Maçonaria Portuguesa*, em 1906, maior ousadia mostrou, na aproximação às teses de Döllinger, ao apresentar o projeto da fundação de uma Igreja Portuguesa: “Restauremos a Igreja Lusitana; façamos uma igreja nacional, como a Inglaterra tem a sua; emancipemo-nos de Roma, que é o mesmo que dizer do estrangeiro. Isso equivaleria a fazermos a nossa regeneração moral, base da regeneração política”<sup>209</sup>.

---

<sup>208</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – “Problemática Religiosa em Portugal no século XIX, no Contexto Europeu”. In: *Revista Análise Social*, Vol. XVI, 1980, p.416; DE OLIVEIRA, Lucélia – *Penaceia da dor: o espaço social português e os preceitos reformadores e anticlericais da “geração nova” de 1870*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013, pp. 117-118.

<sup>209</sup> COELHO, Trindade (1906). *Comunicação Dirigida Á Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: GR ∴ OR∴ Lusitano Unido, 1906, p. 12.

## 5.7 – Cultura e mentalidades

A urgência de evoluir política, social e culturalmente, e potenciar um movimento que pudesse ser o ponto de partida para a desconstrução de ideias datadas e perigosas, e para a afirmação de novas perspectivas, não era algo novo. Ao longo da história, foram várias as gerações e figuras do mundo intelectual que tentaram entusiasticamente a mudança e o progresso da sociedade através da exposição pública das suas ideologias: falamos de indivíduos que numa sociedade estagnada e obsoleta ousaram ir mais longe e pensar de maneira diferente. Alguns rasgos e movimentos foram razoavelmente bem-sucedidos e eficazes; outros, como o da Geração de 70, e o caso particular das Conferências do Casino Lisbonense, não alcançaram as metas propostas ou proporcionaram a mudança esperada: não por falta de competência ou trabalho, mas pela resistência de uma sociedade medrosa, povoada de figuras presas ao poder que ainda não estavam à altura do desafio e preferiram apostar no seguro e manter o *status quo*. Conquanto, a relevância da Geração de 70 como veículo de mudança, inspiração e modelo para linhagens futuras não pôde ser constatada. É factual dizer que sem o seu contributo e legado, a realidade portuguesa atual não seria a mesma. Provavelmente, não. Mas no que diz respeito ao passado, nunca saberemos o que **teria acontecido se** outros pressupostos se tivessem verificado. Como dizia frequentemente o Professor José João Pinhanços de Bianchi, *não podemos enunciar de forma pretérita o condicional*. A Geração de 70 foi, certamente, do melhor que Portugal alguma vez produziu. Consequentemente, é pertinente que nos foquemos na história e origem desta imensa geração, até ao momento das *Conferências do Casino*, para mais detalhadamente as podermos compreender.

### 5.7.1 – A Geração de 70

A geração de 70, também conhecida como geração de Coimbra, refere-se um conjunto de intelectuais que emergiu em Portugal no final do século XIX, por volta dos anos 70, e levaram a cabo uma revolução literária e cultural. O núcleo original era formado por Eça de Queirós, Oliveira Martins e Antero Quental, sendo este último o líder do movimento. Numa fase mais adiantada, integraram o grupo outras figuras da cultura portuguesa, cujos nomes se começavam a afirmar na ágora literária, cultural e política portuguesa, nomeadamente Ramalho Ortigão, Jaime Batalha Reis, Teófilo Braga, Guilherme de Azevedo e Guerra Junqueiro: distintos uns dos outros, mas portadores de um legado comum.

Providos de um grande espírito crítico e refletivo, os membros desta geração por terem acesso a recursos que um cidadão modelar português não tinha, notoriamente por mérito próprio, assim como por vontade de pesquisa e crescimento intelectual, e auxiliados pela emergência de novos meios de transporte ferroviários, que traziam todos os dias novidades do centro europeu, encontravam-se em contínuo contacto com a cultura europeia e as mais distintas e inovadoras correntes científicas, literárias e filosóficas. Estas novas experiências e convívio com estruturas diferentes da portuguesa, fizeram sobressair o grande atraso português em setores como a arte, filosofia e ciência, em comparação com as grandes potências europeias como a Alemanha e França. Um país, detentor de uma longa e gloriosa História, tinha-se afastado do carril do desenvolvimento que os principais países da Europa tinham apanhado: Portugal via-se agora numa situação deplorável, fechado em si mesmo, governado por uma burguesia capitalista, incapaz de responder às necessidades de um Portugal adiado, cuja regeneração tímida e acanhada só fora grande enquanto projeto. A necessidade de agir e sacudir o pensamento coletivo era para esta geração um imperativo de consciência: era necessário restituir Portugal à cultura, reconhecendo ao mesmo tempo, que esta apesar da sua riqueza e singularidade, tinha também que passar por uma metamorfose que fizesse ombrear Portugal com a Europa.

Já vimos o papel do jornalismo neste agitar das águas revoltas do oitocentismo português e vimos também o inconformismo dos seus protagonistas em aceitar o *status quo* de um país que não conseguia “acertar o passo” com a Europa onde, então, o brilho da luzes cintilava já sem intermitência. A Geração de 70 também não abdicou do potencial que a imprensa lhe oferecia. Joel Serrão dá-nos conta do papel que a imprensa desempenhou na difusão das atitudes inovadoras que esta Geração transportava consigo:

Mas a imprensa de então é apesar de tudo, uma realidade cultural de peso, sem consideração da qual se nos escaparia um dos fios da trama de sucesso desse tempo. Ia havendo público para jornais que se constituem em empresas estáveis – tais *A Revolução de Setembro*, *o Jornal do Comércio*, *o Comércio do Porto* (...) Mas até onde e até que ponto foi levada essa penetração jornalística? Não esqueçamos o conjunto nacional, pois só ele atribui significação a quaisquer pormenores. E lembremos tão-só que o campeão das tiragens, o *Diário de Notícias*, cuja publicação se iniciara, em 1865, com 5000 exemplares (vendidos a 10 réis, em 1880 não havia excedido os 30000 exemplares. Em 1880 andaria porventura pelos 10000 exemplares ou pouco mais<sup>210</sup>.

---

<sup>210</sup> SERRÃO Joel – “Sondagem Cultural à Sociedade Portuguesa de Cerca de 1870”. In *O Tempo e o Modo*, pp. 329-333.

Assim, e inspirados por um forte sentimento de irreverência com que analisavam a sociedade portuguesa – podemos afirmá-lo que de um modo criterioso e com objetivos bem definidos –, os arautos da geração de 70 impuseram a si próprios o encargo de revigorar a sociedade portuguesa, de divulgar os ideais e doutrinas que campeavam na Europa e pouco a pouco provocar a mudança que se exigia nas bases da estrutura política e social portuguesa. Desejavam aproximar Portugal de uma Europa que se encetava na modernização, estimulando os novos ideais culturais e políticos: o realismo, o racionalismo, o positivismo, a democracia ou o republicanismo; como uma maneira de atualizar o “velho” pensamento português do romantismo já desconsiderado. Esta convergência de ideias e de ideais foi profundamente revolucionária, como bem refere Álvaro Machado “houve essa convergência momentânea, esse ponto de encontro histórico e decisivo, esse súbito partilhar de ideias”<sup>211</sup> e iniciou o que ficaria conhecido como pensamento geracional.

Consideráramos também essencial referir que Portugal se encontrava *in stricto sensu* no período da Regeneração<sup>212</sup>, um período que teve como objetivo principal o desenvolvimento económico e modernização, e que é datado de 1851, subida ao poder do marechal Saldanha. Neste sentido, a Geração de 70 surge como uma resposta e continuação das ideias nascentes do liberalismo e do romantismo, e de figuras representativas como Alexandre Herculano e Garrett e, um evidente incentivo para o regresso às fontes, sobretudo à literatura. De acordo com explicação avançada por Álvaro Machado, “idealizavam ao mesmo tempo um Portugal que, de facto, nem existia na época em que viveram [...] nem talvez tenha existido nunca”<sup>213</sup>. Verdadeiramente, se nos focarmos individualmente em cada um, podemos reconhecer-lhes uma certa utopia.

Se nos ativermos à fase pública em que a geração de 70 esteve mais ativa e em que as Conferências do Casino se situam temporalmente, facilmente constatamos que os membros que integram a geração de 70 partilham a convicção de que o estudo e a investigação eram condição necessária, mas não suficiente para alterar o *status quo* do rumo que o país estava a seguir. Assim o verbaliza Antero: “Além dos filósofos que indagam, há ainda no mundo uma outra classe, menos brilhante, mas mais numerosa –

---

<sup>211</sup> MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70*. 4. ed. Lisboa: Presença, 1998, p. 31.

<sup>212</sup> Temos o cuidado de ir alertando os alunos para a evolução do conceito de “regeneração”. *A Questão do Bom Senso e Bom Gosto* não só reclama esse novo entendimento do conceito, como se constitui como o acontecimento que rompe definitivamente com a conceção romântica e abre as portas ao realismo em Portugal, precipitando, deste modo, as Conferências do Casino.

<sup>213</sup> MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70*. Lisboa: Presença, 1998, p. 11.

são os tristes que choram”.<sup>214</sup> Buscaram, portanto, disseminar as suas ideias de uma forma mais aberta e acessível, para que também possam chegar àqueles “que choram”, isto é, ao setor trabalhador português e às classes sociais mais baixas e desfavorecidas, e não apenas às elites. Isto era determinante, pois como conta a experiência, em qualquer revolução, o povo é sempre o elemento-chave. Como se deu esta divulgação? Numa primeira fase, essas ideias seminais foram veiculadas através de pequenos jornais, destinados à classe operária, e pouca alfabetizada. O primeiro foi a *República – jornal da democracia portuguesa*, secundado pela *Revista Ocidental* e ainda *O pensamento Social*. A literatura – essa - converteu-se na maior virtude e veículo de mudança de mentalidades. Refiram-se, a propósito, as “Odes Modernas” de Antero de Quental, bem como os famigerados panfletos satíricos de Guerra Junqueiro e as obras várias e obras literárias produzidas por Eça de Queiroz.

Esta zona de influência foi alargando o seu raio de ação, tendo a sua influência começado a sentir-se também junto aos círculos académicos de Coimbra, a partir, precisamente dos anos 60. Outro instrumento igualmente importante na difusão das ideias foi a criação de uma associação secreta, intitulada de *Sociedade do Raio*, criado por Antero Quental, cujo desiderato tinha como meta exonerar o reitor da Universidade, o qual não só não partilhava ou incentivava as ideias da geração de 70, como as combatia. Aqui punham o dedo na ferida: o atraso na educação e pensamento português era sintomaticamente visível, até na instituição que mais deveria valorizar e cultivar o conhecimento em Portugal: as ideias de Antero e da geração de 70 não eram aceites na academia.

Precisamente, entre 1865 e 1866<sup>215</sup>, ocorreu o que hoje é considerado como uma das maiores polémicas literárias portuguesas da nossa história e antecedente das *Conferências de Casino Lisbonense – a Questão de Coimbra*. Este acontecimento merecia ser abordado de uma forma mais detalhada, pela sua importância e complexidade, contudo, nesta aula será apenas usada como um ponto de referência, fornecendo apenas a informação básica para a compreensão da problemática em apreço. A Questão de Coimbra centra-se na crítica acérrima da literatura ultrarromântica, personificada por António Feliciano. Provocou uma grande disputa a nível de ideologias e figuras estéticas. De um lado, descansavam os mais conservadores à sombra de um cómodo *status quo*

---

<sup>214</sup> MEIRA, João de – “Antero de Quental”. In *Revista de Guimarães*, 31 (3) Jul-Set. 1921, p. 190-201

<sup>215</sup> Vai ser também nestes anos (1865-1866) que irá ocorrer outra polémica em Portugal a outra grande polémica – a aquela que levou à introdução do casamento civil no novo *Código Civil*.

literário, ou seja, as tradições literárias formais, reinantes, personificadas na figura de António Feliciano de Castilho. Do outro lado, novos valores se erguiam à volta de Antero de Quental, de Teófilo Braga e de Vieira de Castro, conhecidos como os Estudantes da Universidade de Coimbra, que se empenhavam na apologia do realismo na literatura, na cultura, na política, na economia nas artes e alvitavam uma reforma nesses temas que fosse a expressão da verdade diária da vida do homem contemporâneo. A disputa acossou significativamente a Geração de 70, quando Castilho criticou a Universidade de Coimbra e a sua poesia moderna, assim como aos seus literatos. Numa carta do posfácio a que foi incutido de escrever para o “Poema da Mocidade” de Pinheiro Chagas, António Feliciano de Castilho sustenta os princípios do romantismo, e troça dos novos ideais modernos que a nova geração de literatos, com Antero de Quental e Teófilo Braga à cabeça, se empenhava na sua apologia, argumentando que destruíam a beleza literária e que esta nova literatura carecia de “bom senso e bom gosto”. Antero tendo-se sentido acossado reagiu a essas palavras com veemência e, a 2 de novembro redigiu num violento e cáustico discurso, “Bom Senso e Bom Gosto”, carta endereçada ao Exmo. Sr. António Feliciano de Castilho, uma obra simbólica e sublime do Realismo português. Pinheiro Chagas apressou-se em correr em auxílio de Castilho, redigindo uma enérgica crítica carregada de ironia, no *Jornal de Comércio*. Teófilo Braga, por sua vez, redigiu *Teocracias Literárias*, e de novo, Antero reagiu com o opúsculo *A Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais*, onde desvenerava as literaturas tradicionais, rendíveis e governamentais, recomendando, em oposição, uma literatura ligada à inteligência, ao coração, à imaginação e aos sentidos. Como é possível observar, foram vários os intervenientes nestas questões e as ideias discutidas. Contudo, o que é importante reter no contexto desta aula, é o reconhecimento desta disputa como o início do Realismo em Portugal, e o impulso para as Conferências do Casino Lisbonense que ocorreram, precisamente, no ano de 1871. Tendo sido apresentados os antecedentes sociais e políticos, que levaram à realização das Conferências do Casino, em cujo evento nos focaremos de imediato, para lhes perceber os contornos que lhe serviram de enquadramento.

### 5.7.2 - *As Conferências do Casino de 1871*

Após um período de tempo de maturação, pós Questão de Coimbra, eis-nos agora em 1871. As consequências do segundo liberalismo e do fim da Regeneração, *in stricto sensu* (1857), começam, agora, a fazer-se sentir, no âmago sociedade portuguesa. Apesar de promissoras, as novas medidas protagonizadas por Fontes Pereira de Melo não foram capazes de solucionar os problemas: o país continuava numa profunda crise, tanto economicamente, como intelectualmente. Era urgente agir e perceber as causas que justificassem o estado calamitoso em que nos encontrávamos e de alguma maneira apresentar uma solução. Foi no Cenáculo Lisboeta, que um núcleo promotor das tertúlias literárias e ideológicas, do qual faziam parte figuras como Antero de Quental, Batalha Reis, Eça de Queirós, Manuel Arriaga, Guilherme de Azevedo, Guerra Junqueiro, Jaime, Augusto Fuschini, Augusto Soromenho, Germano Vieira Meireles e Salomão Sáragga, que, num primeiro momento, sugeriu a ideia do lançamento das conferências. Estas foram concebidas como uma missão pedagógica, como um dever de consciência e uma tentativa de espicaçar as massas, há muito tempo adormecidas. São elucidativas as palavras de Carlos Reis, ao referir que a diversidade de ideias “nem sempre convergentes ou harmoniosamente congradadas, tentam ser alternativas para a apatia ideológico-social em que estagnara a Regeneração, apatia que será, por espírito de rebeldia e ânsia de renovação, uma das grandes motivações das Conferências”.<sup>216</sup>

Urgia combater o bom combate; combater a indiferença, a letargia, e consequentemente:

abrir uma tribuna onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este movimento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos; ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam na Europa; agitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência modernas; estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa<sup>217</sup>.

As conferências, que foram no total cinco, funcionaram como o palco para o debate das questões contemporâneas mais atinentes, a cuja divulgação de novas ideias e perspectivas, com o objetivo de sensibilizar as massas e espicaçar a opinião pública,

---

<sup>216</sup> REIS, Carlos - *As Conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 46.

<sup>217</sup> *A Revolução de Setembro*, 18. V. 1871, p. 1.

acordar a sociedade do seu desinteresse, consciencializá-la pela via da educação. Estas jamais apresentavam uma configuração hermética; pelo contrário, eram completamente abertas a todo o tipo de público, sem qualquer filtro discriminatório de ordem social, económico ou cultural. Tratava-se de um programa essencialmente humanístico e profundamente racional, sem ligação a qualquer estrutura ou ideia secular, assim o atesta Antero:

Temos um programa, mas não uma doutrina: somos associação, mas não igreja: isto é, liga-nos um comum espírito de racionalismo, de humanização positiva das questões morais, de independência de vistas, mas de modo nenhum impomos uns aos outros opiniões e ideias<sup>218</sup>.

No presente aula, iremos centrar-nos sobre cada uma delas: os seus autores, os princípios e as causas que cada delas advogava.

### 1. Antero de Quental – *O Espírito das Conferências*

Antero de Quental assumiu a responsabilidade de realizar a primeira conferência, marcada, para o dia 22 de Maio do ano de 1871, precisamente, no Casino Lisbonense, no n.º 10 do Largo da Abegoaria (hoje conhecido como Largo Rafael Bordalo Pinheiro), a qual foi designada de *O Espírito das Conferências*. Ao longo do seu discurso, o orador asseverou a tese de que Portugal devia ser obrigatoriamente um país aberto a uma educação geral: protestou energicamente contra a cegueira dos Portugueses em continuarem a regerem-se pelos valores tradicionais, em detrimento da resistência a abraçarem os novos ideais revolucionários e progressistas que se espalhavam pela Europa, a que muitos países civilizados aderiam. O alicerce não só desta, mas também das futuras conferências residia no esclarecimento da razão que assistia os novos conceitos e ideias, demonstrando, desta feita, a superioridade destes em relação aos velhos ideais, defendidos pelo romantismo. Ao longo da conferência, Antero de Quental preveniu todos quantos o ouviam para que tomassem em linha de conta não só as suas ideias, como as propostas iminentes que seriam apresentadas pelos seus amigos e companheiros de luta.

### 2. Antero de Quental – *Causas da decadência dos povos peninsulares*

---

<sup>218</sup> QUENTAL, Antero de – “Carta de Antero de Quental a Teófilo Braga”. In *Obras Completas de Antero de Quental*. Lisboa, Editorial Comunicação, 1989, pp. 119-120.

A **segunda Conferência**, designada *Causas da decadência dos povos peninsulares*, teve também Antero como protagonista. Esta realizou-se alguns dias após *O Espírito das Conferências*. Esta segunda intervenção, mais tarde publicada num opúsculo, viria a revelar-se como um dos escritos que maior influência viria a ter no contexto da cultura portuguesa, especificamente no período de tempo em que se recortam as décadas imediatas. Nela, Antero referiu as três razões que acreditava estarem na origem da famigerada decadência: uma é moral, a outra política e a terceira económica. A primeira refere-se ao **catolicismo** que emanou do Concílio de Trento e da contra reforma, o qual adulterara a essência do cristianismo, impondo à sociedade Portuguesa o obscurantismo e a cegueira. A segunda causa apontada por Antero prende-se diretamente com estabelecimento do Absolutismo em Portugal e com as respetivas políticas centralizadoras, em consequência das liberdades individuais. A terceira reside na adoção das políticas expansionistas coloniais, que não só quebrantavam a iniciativa da pequena burguesia, como propiciavam hábitos nefastos e lamentáveis de ostentação e ociosidade, que, em nada, contribuía para estimular o desenvolvimento do país.

Antero não se limitou a identificar as causas, mas procurou e apontou o antídoto para combater as doenças de que Portugal padecia:

Oponhamos ao catolicismo (...) a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, a contemplação directa do divino pelo humano (...), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. Oponhamos à monarquia centralizada (...) a federação republicana de todos os grupos autonómicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal (...). Finalmente, à inércia industrial oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea (...), organizada de uma maneira solidária e equitativa...<sup>219</sup>

### 3. Augusto Soromenho - *A literatura portuguesa*

Coube a Augusto Soromenho subir à tribuna, aquando da **terceira conferência**, designada “A literatura portuguesa”. O orador denunciou claramente a fraca qualidade da literatura que até então se produzia em Portugal, expondo a falta de originalidade. Nesta denúncia, Soromenho teve o cuidado de salvaguardar a exceção de grandes escritores do passado: resgata o génio de Gil Vicente e Camões. Augusto Soromenho, ao longo desta

---

<sup>219</sup> QUENTAL, Antero - *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*. Lisboa, Edições Tinta da China, 2008.

conferência, denunciou a decadência invariável em que a literatura portuguesa havia mergulhado, não poupando ninguém: nem romancistas, nem dramaturgos, nem poetas, nem tão-pouco os homens ligados à Imprensa, particularmente os oitocentistas. Defendeu, que a literatura portuguesa deveria submeter-se a um processo de reconstrução, de forma à sua revitalização e defendeu ainda que se deveria orientar pelos padrões que campeavam na Europa, abraçando o conceito do “belo absoluto”. Soromenho não hesita em propor um modelo que servisse de arquétipo aos escritores portugueses: essa escolha recaiu sobre François-René de Chateaubriand.

#### 4. Eça de Queirós - *A Literatura Nova – O Realismo como nova expressão de Arte*

“A Literatura Nova – o Realismo como nova expressão de Arte” foi o título que Eça de Queirós, o autor e orador da **quarta conferência**, encontrou para designar a sua intervenção. Esta conferência, na sequência da anterior, apresentava-se impregnada de um ímpeto progressista que tinha como alvo as tradições literárias que então vigoravam em Portugal. O conteúdo do discurso inspirado diretamente nas figuras de Flaubert, Proudhon e Taine chamava a atenção para a urgência na mudança de paradigma: era urgente olhar para a revolução literária exatamente como se encara a revolução política, na vida social e nas ciências. Eça de Queirós sentenciava o triste facto de a doutrina artística ser subsidiária do jogo dos proveitos da sociedade, ligada à constante oscilação entre os momentos de glória e os momentos de declínio, ficando esta subordinada não a causas pessoais, mas a razões persistentes (como a raça e o clima) e a razões dúbias ou fortuitas. Eça de Queirós também não poupou o Romantismo: invocando Chateaubriand, expõe as debilidades da aristocracia; denuncia o crescente fosso que se acentua entre o artista e a sociedade. Eça de Queiroz declarou que só o realismo podia contrariar esse divórcio entre o artista e a sociedade e reverter a decadência a que então se assistia. Para Eça de Queiroz, o Realismo abdicava dos estigmas indelévels do moralismo, em proveito da transparência, da verdade e da justiça: em abono da verdade, era a descrição autêntica do homem e da sociedade; era a manifestação sincera da aspiração dos homens daquela geração. Para Eça, a arte devia ter um desígnio moral, e concorrer para a promoção de valores de justiça, que seria atingida através da regeneração dos costumes, tendo como alicerce o realismo. Finalmente, “usando Madam Bovary como exemplo, apelou para o

acolhimento do Realismo e a arte que este movimento oferecia, para um destaque e reapreciação do trabalho, e para uma censura do vício”<sup>220</sup>.

### 5. Adolfo Coelho – *A Questão do Ensino*

A **quinta conferência**, *A Questão do Ensino*, proclamada por Adolfo Coelho no dia 19 de Junho, marcou o fim desta odisseia. Foi um dos discursos mais vanguardistas deste ciclo de conferências. Adolfo Coelho refletiu sobre a famigerada questão do ensino em Portugal até ao momento e apresentou uma proposta de reforma reestruturada, na qual reclamava a separação radical da igreja e do estado: pretendia com esta tomada de posição criar condições facilitadoras de uma maior liberdade de consciência. Para Adolfo Coelho, a Igreja com toda a sua influência na sociedade portuguesa, apenas enfraquecia e suprimia a liberdade do povo português; o Estado, por sua vez, também não tinha qualquer influência positiva na vida dos portugueses. Por isso, a radicalidade da proposta de Adolfo Coelho consistia na propagação do verdadeiro espírito científico, levado a cabo, através da iniciativa de carácter privada.

A adesão de centenas de pessoas que assistiam às conferências fazia crer que tudo estava a correr como planeado: as referidas centenas de pessoas que marcaram presença em cada uma das conferências eram um indicador claro do sucesso da iniciativa. Porém, um acontecimento inesperado veio a alterar o rumo dos acontecimentos: no dia 19 de junho, as Conferências foram suspensas.

#### 5.7.3. *A suspensão das Conferências do Casino*

Na sequência da conferência proferida a 19 de Junho, por Adolfo Coelho, sem que os organizadores das Conferências suspeitassem, um delegado da polícia, enviou um relatório inquietante ao Governador Civil de Lisboa. Este alarme rapidamente chegou ao Ministério do Reino, o qual instou a comparência do Procurador Geral da Coroa, Martins Ferrão. Este após ter examinado minuciosamente o teor dos assuntos abordados nas conferências concluiu que estas representavam uma ameaça para a sociedade e constituíam uma ofensa à Constituição. Desta conclusão, o Procurador extraiu as devidas consequências: suspendeu as Conferências do Casino. No dia 26 de Junho e confrontado com a provável próxima conferência, «Os Historiadores Críticos de Jesus», de Salomão

---

<sup>220</sup> RODRIGUES, João; MORAIS, Eustáquio & MOREIRA, Sara - “A geração de 70 e as Conferências do Casino”. *ERAS - European Review of Artistic Studies*. Vol. 12 n.º 4 (2021), p. 9.

Sáragga, o Marquês de Ávila, assinou a portaria que suspendeu as Conferências do Casino. Olhando do ponto de vista atual, esta proibição configura claramente um ataque à liberdade de expressão coletiva e individual, e um exemplo da censura muito característica da sociedade portuguesa, que era exímia em proibir aquilo que não compreendia.

Após a esta decisão inicial, foram várias as tentativas de respostas por parte dos vários membros da organização das conferências. A primeira reação conjunta foi a tentativa de elaborar um protesto contra a decisão que levou à proibição das conferências, o que consideravam como um ato de censura. Este protesto foi subscrito por centenas de figuras públicas oriundas dos círculos da cultura e da política portuguesa. Na mesma semana, Antero de Quental não perdeu tempo: dirigiu uma carta-aberta ao Marquês D'Ávila, a qual foi secundada por outros protestos com o mesmo teor. No 1º. de agosto, Antero de Quental e Batalha Reis enviaram um requerimento à Câmara dos Deputados, que tinha como propósito denunciar a ilegalidade de tal proibição persecutória governamental, suportada pelos dois decretos, do Código Civil: um de 1866 e outro de 1870. Acusaram o governo de usurpar o poder judicial, chegando ao ponto de classificar o ato da proibição como um autêntico crime político, ao violar as liberdades de expressão e pensamento. No dia imediato, o famigerado caso das Conferência do Casino chegava ao Parlamento. Como era normal com qualquer caso, Luís de Campos, do Partido Reformista, leu o requerimento na Câmara dos Deputados, e apesar da proibição de apresentação de petições particulares, o caso foi encarado como uma circunstância de abuso do poder executivo e judicial. Desde aí, e até ao início de setembro, o assunto foi várias vezes discutido, contudo, a intervenção parlamentar necessária nunca chegou a decorrer. Importa lembrar que, o governo marcadamente conservador do Marquês D'Ávila, se encontrava numa situação delicada de grande fragilidade política. No mês de maio anterior, o Marquês tinha perdido o apoio do Partido Reformista, que se juntara à oposição, juntamente com o recentemente formado Partido Constituinte. Embora tenham conseguido a dissolução das conferências e a convocação de novas eleições a 9 de julho, não foi o suficiente, e a polémica das conferências foi usada contra o seu governo. É importante relembrar, que a crítica parlamentar teve sempre como princípio, a ideia de ilegalidade, ao violar as liberdades constitucionais básicas, argumentada por Luís de Campos e pelo deputado do Partido Constituinte. O marquês D'Ávila justificou as suas ações, afirmando que se tratava apenas de uma defesa da ordem liberal. Contudo, e apesar

de esforços, os deputados e oradores das conferências nunca chegaram a um campo comum. Como escreveu José-Augusto França:

Pátria, capital e Religião são assumidos com idêntica energia pelas duas alas da representação parlamentar, com ligeiras diferenças de graduação, [...] sem que isso acarretasse, porém, separação partidária entre os agrupamentos em campo. A discussão da supressão das Conferências nas Cortes nunca poderia ser uma discussão de ideias – nem de princípios, que eram os mesmos e liberais, dos dois lados. Entre os conferencistas e os deputados, mesmo aqueles que lhes defendiam aparentemente as Conferências, havia um abismo – de usos, de costumes, de mentalidades<sup>221</sup>.

O governo D' Ávila não conseguiu resistir à feroz oposição, tendo anunciado a sua demissão a 11 de setembro. No que concerne aos membros da geração de 70, apesar de nunca terem perdido o sentido de grupo, a partir do final da década de 1870, começaram a seguir caminhos individuais.

### *Considerações finais*

Se quiséssemos intentar uma nota final, poderíamos afirmar que as propostas e soluções apresentadas pelos oradores das conferências para regenerar a sociedade portuguesa nunca foram bem-sucedidas, fundamentalmente por não conseguirem o apoio político necessário e pelas suas ideias serem consideradas como aludimos atualmente “à frente do tempo”. Assim, o legado da geração de 70 não se traduziu propriamente em resultados práticos, mas sim num incentivo para uma reflexão sobre a história e sociedade portuguesa e o papel de cada indivíduo na sua transformação. As palavras usadas por Adolfo Coelho na sua Conferência parecem premonitórias: “uma reforma radical não é talvez possível. Toda a reforma não radical é inútil”<sup>222</sup>. Esta geração de indivíduos, pintou o caminho para os grupos de intelectuais que a seguiram, e a sua coragem, ousadia e inteligência será sempre lembrada.

## **5. 8. O último império: Do ultimato inglês à implantação da República**

### **5.8.1. O último projeto de um império**

---

<sup>221</sup> FRANÇA, José-Augusto, *As Conferências do casino no Parlamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, pp. 61-62

<sup>222</sup> SALGADO JÚNIOR, Antônio [1871]. *História das Conferências do Casino*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1930, p. 66.

O pesadelo da independência do Brasil permaneceu durante muito tempo na mente de muitos portugueses como o anátema que condenava a nação portuguesa ao desaparecimento: “quem raciocinava concluía que tudo ia acabar”, assim pensava Oliveira Martins e uma boa parte da elite portuguesa acompanhava-o neste raciocínio. A generalização que resulta desta afirmação pode-nos parecer exagerada e talvez o seja se tivermos presente que a par desta visão, havia quem visse na perda do Brasil uma oportunidade para começar de novo: Mouzinho da Silveira, por exemplo, alimentava a convicção de que Portugal poderia realizar no trabalho os meios de vida que tinha nas colónias<sup>223</sup>.

Foi, porém, na Revolução de Setembro que pela primeira vez se ensaiou uma resposta séria à perda do Brasil. À perda do Brasilurgia responder com a construção de um novo império. A base territorial já existia – eram as possessões africanas. O programa de criar um novo Brasil foi delineado no *Relatório* de 1836, onde se pode ler:

Para avaliar o que são os domínios portugueses ultramarinos, não devemos considerar somente o que atualmente são, mas aquilo de que são suscetíveis. O estado em que se acham é devido não só ao mau governo que tem tido a metrópole, mas a esta ter prestado a sua atenção quase exclusivamente ao Brasil. Os naturais de África foram tomados e transportados além do Atlântico para tornarem rico um imenso país cujos habitantes se recusavam à civilização . [...] Nas províncias do ultramar existem ricas minas de ouro, cobre, ferro e pedras preciosas. [...] Em África podemos cultivar tudo quanto se cultivava na América [...] Para a cultura só se necessita a indústria, o emprego dos seus capitais, novas organizações, e em poucos anos tiraremos grandes resultados<sup>224</sup>.

A partir daqui o projeto de organizar um império em África esteve na ordem do dia do estado português. Se os portugueses se encontravam em África desde as descobertas, a sua presença era residual e limitava-se ao litoral: o Brasil revelou-se mais interessante e a África foi esquecida.

Quando nasceu o projeto português de criar um império em África, já fervia na Europa o movimento colonial que via em África um potencial de expansão dos países desenvolvidos: “nos inícios do século, as fábricas inglesas laboravam cerca de 50 milhões

---

<sup>223</sup> SARAIVA, José H. - *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Contraponto, 2021, p. 455-456.

<sup>224</sup> SARAIVA, José H. - *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Contraponto, 2021, p. 456-457.

de libras de algodão em bruto por ano; em 1890-1895, a quantidade subira para os 700 milhões. E África revelara condições excelentes para as plantações de algodão”.<sup>225</sup>

Na segunda metade do século XIX redobrou a cobiça por África. O desenvolvimento da indústria reclamava matérias primas que alimentassem a produção industrial que estava instalada nos grandes países europeus. A expansão portuguesa no continente africano ocorreu, por isso, num clima de feroz concorrência: numa primeira fase, com a Inglaterra e mais tarde com as outras potências europeias interessadas na exploração económica de África. Portugal começou, por isso, nas décadas de 40 e 50, a exemplo do que acontecia com outros países europeus, a explorar e a ocupar as suas possessões de Angola e Moçambique, onde se destaca a figura de Silva Porto que ocupou o planalto de Bié em Angola.

Mais tarde, em 1877, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens deram início à sua primeira viagem, tendo explorado as regiões de Benguela, Bié e Luanda. No mesmo ano e com o mesmo ímpeto explorador, Serpa Pinto, partindo do Bié, atravessou o continente africano, tendo chegado até Durban. As viagens continuaram e em 1884, Capelo e Ivens cruzaram de novo o continente africano, desde Moçâmedes, no Sul de Angola, até Quelimane, na província da Zambézia, em Moçambique<sup>226</sup>.

### 5.8.2 – *A abolição da escravatura*

A força das máquinas a vapor, associada à introdução da mão-de-obra feminina e infantil, tornou dispensável o trabalho dos escravos em Inglaterra, com a larga vantagem de os empresários não terem de alojar e alimentar os mesmos escravos. A abolição da escravatura no império britânico teve lugar com o chamado *ato de abolição da escravatura* de 1833.

Foi, ironicamente, nessa época, em que as crianças começaram a ser usadas nas minas - estas eram mais pequenas e podiam trabalhar em galerias mais apartadas –, que os filantropos ingleses desencadearam uma campanha internacional para acabar com a escravatura nos outros países. A bondade desta medida filantrópica não esconde nem disfarça a principal motivação da campanha inglesa: impedir a concorrência dos países

---

<sup>225</sup> SARAIVA, José H., *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Contraponto, 2021, p. 457.

<sup>226</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 594.

onde a escravatura continuava a ser praticada<sup>227</sup>, para evitar que as colónias britânicas deixassem de ser competitivas. Esta campanha não se limitava a declarações de princípio, mas tinha consequências sérias: visava em primeiro lugar a “implantação da soberania inglesa nos pontos onde as autoridades inglesas entendessem que o tráfico negreiro não era suficientemente reprimido. A continuação do negócio dos escravos teria por consequência a perda das colónias”<sup>228</sup>.

Os reflexos desta campanha fizeram-se sentir de imediato em Portugal: o governo saído da Revolução de Setembro proibiu, em 1836, a importação de escravos a sul do equador. Não faltaram, porém, clamores e argumentos morais a condenar esta proibição: “era a escravatura que dava ao negro uteis hábitos de trabalho, que lhe garantia o pão, e querer acabar com ela era cerrar a única porta pela qual o pobre nativo podia passar da barbária à civilização”<sup>229</sup>. O decreto manteve-se, mas foi necessário esperar pela lei de 1869 que extinguiu definitivamente a condição de escravo. Na edição do *Diário de Notícias* de 27 de fevereiro de 1869, podia ler-se: “Anteontem foi assinado o decreto que manda terminar desde já, em todas as nossas possessões ultramarinas, a escravidão”<sup>230</sup>.

Apesar de toda a solicitude dos portugueses para com a campanha inglesa, Portugal não se livrou da acusação britânica de não reprimir convenientemente a escravatura nos portos a norte de Luanda. Em 1855, Portugal enviou tropas para esses portos (Ambriz, Molembo e Cabinda), que estavam abandonados, com o propósito de combater o tráfico de escravos. Porém, a Inglaterra não viu com bons olhos essa ocupação, pois tratava-se de uma zona próxima da foz do rio Zaire, absolutamente estratégica para o domínio económico de grande parte da África a sul do Equador. Esse irritante manteve-se durante vários anos, acabando a Inglaterra por aceitar a facto consumado: Portugal mantinha a soberania, mas renunciava a novas ocupações na região e permitia a livre circulação aos ingleses.

A concorrência europeia aumentou e os outros interessados protestaram afirmando que o Tratado do Zaire (que não chegou a ser ratificado por Portugal e pela Inglaterra) era uma manobra dos ingleses que se serviam dos velhos direitos dos portugueses para dominarem a foz do Zaire e impedirem o acesso ao mar de quem se tinha instalado no interior de África. Foi nesse contexto de disputa internacional que Portugal propôs que o

---

<sup>227</sup> SARAIVA, José H., *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Contraponto, 2021, p. 458.

<sup>228</sup> SARAIVA, José H., *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Contraponto, 2021, p. 458.

<sup>229</sup> SARAIVA, José H., *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Contraponto, 2021, p. 459.

<sup>230</sup> <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/27-fev-2021/abolicao-da-escravatura-em-portugal-13397016.html> consultado em 05/05/2023

assunto fosse discutido numa reunião internacional com todos os interessados e que para a História ficaria conhecida como C

### 5.8.3 – *Conferência de Berlim e o Mapa Cor-de-Rosa*

Em 1884, compareceram em Berlim não só os países interessados na questão do Zaire (Portugal, França, Bélgica e Inglaterra), mas também a Alemanha, a Áustria, a Dinamarca, a Espanha, a Itália, a Holanda, a Suécia, a Noruega, a Turquia e os Estados Unidos. Mais do que discutir um conflito entre quatro países, a *Conferência* visava estabelecer as regras do jogo europeu que iriam gerir a questão africana.

E que regras foram essas? E que decisões saíram da *Conferência*? Foi reconhecida a independência do Estado do Congo; ficou consagrada a liberdade de navegação e comércio nos rios internacionais africanos e no que a Portugal dizia diretamente respeito, foi reconhecido o direito aos territórios ocupados em Cabinda e no Norte de Angola.

Porém, a decisão mais importante da *Conferência* foi «o estabelecimento de um novo princípio de direito colonial, segundo o qual o critério do “direito histórico”, que garantia a presença portuguesa nos seus territórios africanos, era substituído pelo critério da “ocupação efetiva” dos territórios»<sup>231</sup>. Este critério era mais favorável às grandes potências, que dispunham de capacidade material e militar para ocupar grandes regiões em África, ameaçando desta feita os direitos históricos de Portugal. É notável, apesar de tudo, o quinhão que Portugal conseguiu arrecadar nesse partir e repartir do continente africano, disputado com os interesses dos gigantes europeus.

Após a *Conferência*, Portugal entrou em negociações com a França e com a Alemanha, no sentido estabelecer as fronteiras dos territórios portugueses. Dessas negociações resultaram dois tratados, os quais tinham apenso um mapa representativo da pretensão de Portugal que incluía Angola, Moçambique e os territórios nos quais hoje se situam a Zâmbia, o Zimbábue e o Malauí, numa vasta faixa de território que ligava o Oceano Atlântico ao Índico. Esses territórios estavam assinalados a cor-de-rosa – daí o nome: *Mapa Cor-de-Rosa*.

---

<sup>231</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2015, p. 595.

Porém, a Inglaterra ao saber da posição portuguesa reagiu imediatamente, dando conta que considerava nulo o reconhecimento de França e da Alemanha do Mapa Cor-de-Rosa, pelo facto destas potências não terem ali qualquer interesse.

Na origem da reação negativa assumida por Inglaterra estava um conflito de interesses que chocava com o mapa Cor-de-Rosa, ou seja, o projeto britânico de construir um império que ligasse o Cairo (Egito) ao Cabo (África do Sul). O governo inglês afirmava que Portugal só teria direito a esses territórios (entre Moçambique e Angola) se os ocupasse efetivamente e se garantisse a ordem e a proteção dos estrangeiros face aos indígenas.

#### 5.8.4 – *Do ultimato inglês à República*

O conflito de interesses gerado entre os projetos português e o inglês atingiu proporções tais que, a 11 de janeiro de 1890, o Governo inglês enviou um ultimato a Portugal exigindo a retirada imediata dos portugueses das regiões em disputa: Chire (atual Malawi, terras dos Malonos e Machonas (atual Zimbabué). Este ultimato intimidava Portugal com a cominação do corte de relações e a ameaça iminente de uma declaração de guerra.

Esta ameaça, esta humilhação inglesa gerou nos portugueses um sentimento generalizado de revolta contra a Inglaterra. Talvez, como nunca, o patriotismo saiu à rua a contestar, em diferentes manifestações, o cinismo inglês. Ficou célebre a *Ode à Inglaterra*, de Guerra Junqueiro, onde expunha o contraste dos objetivos das colonizações portuguesa e inglesa:

*Ó cínica Inglaterra, ó bêbada impudente,  
Que tens levado tu, ao negro e à escravidão?  
Chitas e hipocrisia, evangelho e aguardente,  
Repartindo por todo o Escuro Continente  
A mortalha de Cristo em tangas de algodão*<sup>232</sup>.

A cedência de Portugal ao ultimato inglês expôs, ainda mais, as fragilidades da monarquia: “nessa mesma altura, o Teatro da Alegria esgotou as lotações com um *aproposito* (uma revista política que tinha por título *A Torpeza*; a torpeza era o ultimato

---

<sup>232</sup> JUNQUEIRO, Guerra - *Finis Patriae*. Porto: Emp. Litteraria e Typographica-Editora, 1891, p. 57. In <http://www.politipedia.pt/governos-do-rotativismo-1878-1900/>. Consultado em 6/5/2023.

e toda a política da monarquia, considerada responsável pelo malogro da grande quimera africana”<sup>233</sup>.

Alfredo Keil compôs para o final da peça um hino guerreiro e patriótico, inspirado na *Marselhesa* e Lopes de Mendonça escreveu a letra: *Levantai hoje de novo o esplendor de Portugal!* A marcha que ficou no ouvido dos portugueses e passou a ser cantada nas ruas encorajava o público e definia o rumo que Portugal doravante haveria de seguir para levantar de novo o esplendor: e que para a História ficaria conhecido como República.

O clima revolucionário que nasceu deste sentimento patriótico foi potenciado pelo Partido Republicano, cuja propaganda intensificou quer pelas manifestações levadas a cabo nas ruas, quer sobretudo pela propaganda levada a cabo na imprensa, cujas tiragens dos jornais tinham subido significativamente. A primeira tentativa revolucionária ocorreu na cidade do Porto: “na manhã de 31 de janeiro, duas unidades militares do Porto sublevaram-se e, com o apoio de dirigentes republicanos e de um grande número de populares, dirigiram-se à praça de D. Pedro, onde, nos passos do Concelho, foi proclamada a República”<sup>234</sup>.

Esta primeira tentativa revolucionária para implantar a República – e que ficaria conhecida como “31 de Janeiro” sairia frustrada, porque a reação das tropas monárquicas foi rápida e o movimento republicano foi energicamente reprimido pela Guarda Municipal.

Ao descontentamento popular generalizado e à crise económica e financeira veio juntar-se a crise política, marcada pela formação de sucessivos governos extrapartidários de iniciativa régia, incapazes de se aguentarem no governo por mais do que alguns meses. A partir dos princípios do século XX, os partidos monárquicos entram em desagregação, emergindo novos partidos: os *regeneradores*, liderados por João Franco “provocaram uma importante cisão, formando um novo partido: o partido *Regenerador Liberal!* Por sua vez, no campo dos progressistas também se observavam acentuadas divergências, tendo formado um novo agrupamento político – a *Dissidência Progressista*”<sup>235</sup>. Estas cisões enfraqueceram os monárquicos tradicionais e fortaleceram os partidários da

---

<sup>233</sup> SARAIVA, José H., *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Contraponto, 2021, p. 465.

<sup>234</sup> PROENÇA, Mara Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 597.

<sup>235</sup> PROENÇA, Maria Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 601.

república. Nem a derradeira tentativa da ditadura de João Franco de repor a normalidade impediu que a onda republicana aproveitasse o regicídio, levado a cabo pela carbonária, no dia 1 de fevereiro de 1908, para no dia 5 de outubro de 1910 consumarem a revolução que poria fim a quase oito séculos de monarquia e inaugurasse o novo regime que para a História ficaria conhecido como a *República*.

### **Conclusão**

Do período que decorre desde a Revolução liberal até à Revolução do 5 de outubro, parece-nos lícito, desde já, afirmar-se que, sem deixar de ser agitado por efeito das lutas políticas internas, sobretudo nas primeiras três décadas é, em todo o caso, uma época marcada pela ambição da regeneração. O liberalismo vai-se constituir-se o legatário da herança pombalina, mas já enriquecida pelos debates da revolução francesa, concretamente no que concerne à afirmação dos princípios iluministas: universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino<sup>236</sup>. O governo começou por ser definitivamente representativo sob o regime da *Carta Constitucional* em 1834. Porém, em 1838, em resultado da revolução de setembro de 1836, elaborou-se a *Constituição de 1838*, muito análoga à de 1822. Esta constituição vigorou até 1842, precisamente, o ano em que foi restaurada a *Carta Constitucional*, tendo sofrido novos aditamentos. No plano legislativo, são dignas de registo quer a lei que aboliu a pena de morte, quer a publicação dos diversos códigos: *Civil*, *Administrativo*, *Comercial*, *Penal*, do *Processo Civil e Criminal* e a legislação fiscal<sup>237</sup>. Se olharmos com alguma distância para o oitocentismo português, não podemos deixar de reconhecer a teimosia de Portugal em querer ficar sempre para trás e perder cada oportunidade de apanhar o carril do desenvolvimento: identificou-o e denunciou-o, claramente, Herculano no seu tempo e fez o mesmo o inconformado poeta açoriano e autor das *Tendências Gerais da Filosofia em Portugal*. O destino de ambos parece sintomático da condenação política e intelectual a que Portugal tinha sido votado: o primeiro exila-se em Vale de Lobos; o segundo cansa-se de viver. Mais tarde, Oliveira Martins lança a cominação de um anátema que se abate tragicamente sobre Portugal: a decadência conduz-nos inexoravelmente ao suicídio coletivo. E serão o azeite de Herculano e o tiro de Antero a “representarem o distintivo da inaptidão dos governantes para aniquilarem o real valor e a capacidade dos intelectuais progressistas para [...] imprimir o necessário movimento de translação em torno de uma linha aberta [...] para não tornarmos, sem enriquecimento coletivo, ao ponto de partida”<sup>238</sup>.

---

<sup>236</sup> NÓVOA, António – *Evidentemente. Histórias da Educação*. Porto: edições ASA, 2005, p. 23.

<sup>237</sup> MASCARENHAS, Arsénio - *Compêndio da História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920, pp. 188-189.

<sup>238</sup> FERREIRA, Alberto *Estudos de Cultura Portuguesa (Século XIX)*. Lisboa-Porto: Litexa Editora, 1998, p. 112.

## 6. Bibliografia

*A REVOLUÇÃO de Setembro*, n.º 18.V.1871, p.1.

ALVES, Jorge Fernandes - *A universidade na república: a república na universidade: a UP e a I República, 1910-1926*. Porto: Universidade do Porto, 2012.

*ANTOLOGIA de Textos Inéditos de Alexandre Herculano Tomo I* (João Rodrigues org.) ISBN: 978-989-53386-1-0, 2021.

*ANTOLOGIA de Textos Inéditos de Alexandre Herculano. 2022 Tomo II.* (João Rodrigues org.): Mundis, edit, ISBN: 978-989-53386-3-4, 2022.

AQUINO, Maurício - “O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação”. In *Horizonte* V. 11, n. 32, 1485-1505, out/dez. 2013. DOI – 10.5752/P.2175-5841.2013v11n32p1485.

ARAÚJO E CASTRO, Filipe Ferreira – “Estudos Morais e Políticos D’um Velho Ministro d’estado”. In *O Panorama – Jornal Litterario e Instrctivo*. Vol. III, terceiro da segunda série. (1844, n.º 106, p. 2).

ARAÚJO, José Maria Xavier de - *Revelações e Memórias para a História da Revolução de 24 de Agosto de 1820, e de 15 de Setembro do mesmo Ano*. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1846, pp. 9-10.

BASTO, Magalhães - “Conferência”. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto: Câmara Municipal, 1940, p. 295.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Monarquia Constitucional 1807-1910*. Alfragide: Texto Editora, 2010.

BRITO, António Ferreira – “Gazeta Literária do Porto”. In *Dicionário do Romantismo literário Português* (Coord. Helena Carvalhão Buescu). Lisboa: Caminho, 1997.

BUENAVENTURA DELGADO - *Historia de la Educación en España y América. La Educación en la Hispania Antigua y Medieval*. Vol. 1. Madrid: Ediciones Fundación Santa María, “Presentación”, 1992.

CARNEIRO, Henriques – *Evolução e controlo do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 311.

*CARTA de Victor Hugo a Brito Aranha*, de 15 de julho de 1867.

CARVALHO, Rómulo de – *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASTILHO, Feliciano - *Revista Universal Lisbonense*, 1841, n. 5.

CLEMENTE, Manuel - “Alexandre Herculano e o Clero ou o Clero de Alexandre Herculano: no 2º centenário do nascimento do escritor”. In MARINHO, Maria de Fátima; AMARAL, Luís Carlos; TAVARES Pedro Villas-Boas, coords. - *Revisitando Herculano no bicentenário do seu nascimento*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2013, ISBN 978-989-8648-09-9.

- COELHO, Maria Helena da Cruz: “Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos do século XIX”. In *Revista Portuguesa da História*, tomo 42, 2011, pp. 61-84.
- COELHO, Trindade (1906) - *Comunicação Dirigida Á Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: GR :: OR:: Lusitano Unido, 1906.
- CONCÍLIO VATICANO I - *Constituição Dogmática Pastor Aeternus* (18 de abril de 1870, III e IV).
- CRUZ, Carlos Eduardo da. “Do exílio ao exílio: Alexandre Herculano no liberalismo português”. In *Revista Garrafa*, p. 21. disponível em [https://www.passeidireto.com/arquivo/117300523/carloseduardodacruz-doexilioaoexilio?unloggedCheckout=OUT\\_OF\\_TEST](https://www.passeidireto.com/arquivo/117300523/carloseduardodacruz-doexilioaoexilio?unloggedCheckout=OUT_OF_TEST) consultado em 27/10/2022.
- DIÁRIO de Lisboa*, n. ° 125, de 6 junho de 1863, p. 1748-1749
- DIÁRIO de Notícias* de 27 de fevereiro de 1869.
- DIÁRIO do Governo*, portarias de 14 de Janeiro e 21 de Fevereiro de 1837.
- DICIONÁRIO Bibliográfico*, Tomo XXI, p. 519.
- DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa* 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/regenera%C3%A7%C3%A3o> [em 22-09-2022].
- ESTATUTOS da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Capítulo V: art.º 45.º, art.º 46.º, art.º 48.º e art.º 49.º.
- FERREIRA, Alberto – *Antologia de Textos Pedagógicos do século XIX português*. Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.
- FERREIRA, Alberto - *Estudos de Cultura Portuguesa – Século XIX*. Lisboa-Porto: Lixtera Editora, 1998.
- FIGUEIREDO, António Leitão de - *Herculano e Döllinger*. Coimbra, 1938.
- FORTES, Alexandra; GOMES, Fátima; FORTES, José - *História de Portugal*, Volume 3º. Porto: Areal Editores, Areal Editores, 2017.
- FRANÇA, José-Augusto - *As Conferências do casino no Parlamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.
- FRANCO, José Eduardo e ABREU, Luís Machado de - *Dois exercícios de ironia: Defesa da Carta Encíclica de Pio IX de Antero de Quental; Contra os Jesuítas de Sena Freitas*. 2017 (2ª. edição). ISBN: 978-989-8814-52-4, Em <http://hdl.handle.net/10400.2/9704>.
- GARRETT, Almeida – “Portugal na balança da Europa. Do que tem sido e do que lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado”. In *Obras Completas de Almeida Garrett*, vol. XXIII. Lisboa, 1904.
- GARRETT, Almeida - *Memórias Biográficas*. Lisboa: Empreza da História de Portugal, p. 1904.

- GARRETT, Almeida – *O Dia Vinte e Quatro d'Agosto*. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1821.
- GRÁCIO, Rui (1966). “Desdramatizar o exame”. In *Obra Completa*. Lisboa vol. II, pp. 133-136.
- HERCULANO, Alexandre - [rec. a.] *A harpa do crente*. Mem Martins: Livros de Bolso Europa América, 1983.
- HERCULANO, Alexandre – *Memórias do conservatório real de Lisboa*. In *Elogio histórico do sócio Sebastião Xavier Botelho*, p. 33.
- HERCULANO, Alexandre, “Advertência da Primeira Edição”. In *História de Portugal* Tomo I, (8.<sup>a</sup> edição). Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial, s/d.
- HERCULANO, Alexandre. “O seculo – Educação – Asilos de primeira infância”. In *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo*. Vol. II, segundo da primeira série. (1838, n.º 62, p. 211).
- HOBSBAWM, Eric. J.- *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Lisboa: Presença (trad. port.), 1992.
- JANUS - *O Papa e o Concílio*. Rio de Janeiro: Brown & Evaristo, Editores, 1877.
- JUNQUEIRO, Guerra - *Finis Patriae*. Porto: Emp. Litteraria e Typographica-Editora, 1891, p. 57. In <http://www.politipedia.pt/governos-do-rotativismo-1878-1900/> Consultado em 6/5/2023.
- LABOURDETTE, Jean-François - *História de Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2001.
- MACHADO, Álvaro Manuel. *A Geração de 70*. Lisboa: Presença, 1998.
- MACHADO, Fernando Augusto - “Modernidade portuguesa na senda de Garrett”. In *Fórum*. Universidade do Minho, Vol. 26, 1999, pp. 3-25.
- MARTINS Alves - [entrevista] em *Revista Portuguesa*, n.º. 23-24, de 13 de outubro de 1923.
- MARTINS, Guilherme d'Oliveira: “Escritos do Vintismo (1820-23)”. Disponível em: <https://www.cnc.pt/escritos-do-vintismo-1820-23-de-almeida-garrett/> (2020), consultado em 25/10/2021.
- MASCARENHAS, Arsénio - *Compêndio da História de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920.
- MEDEIROS, Maria João – *Almanaque do crime português*, 1921.
- MEIRA, João de – “Antero de Quental”. In *Revista de Guimarães*, 31 (3) Jul.-Set. 1921, p. 190-201.
- MELLO, Maria Cristina – *O Panorama – História de um jornal*. Lisboa. Lisboa: UL, 1971.

- MÓNICA, Maria Filomena, “O Senhor Ávila e os Conferencistas do Casino”, in *Análise Social*, vol. XXXV, nº 157, 2001, p. 1020.
- NOVO Almanaque Luso-Brasileiro para o ano de 1879, p. 11.
- NÓVOA, António - *Evidentemente. Histórias da educação*. Porto: edições ASA, 2005.
- O PANORAMA – *Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* (1837; 1838; 1839; 1840; 1844; 1846, 1854; 1857; 1866).
- OFÉLIA, Paiva Monteiro – [Entrevista à RTP] <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-educacao-de-almeida-garrett/>
- OLIVEIRA MARQUES, António Henrique Rodrigo de – *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores, 1977.
- OLIVEIRA, Luís Amaro de - *Viagens da Minha Terra, de Almeida Garrett*. Porto, Porto Editora 2001.
- OLIVEIRA, Miguel de - *História Eclesiástica de Portugal*. Lisboa: União Gráfica, 1968.
- PERES, Damião - *História de Portugal*. Vol. VII. Porto: Portucalense Editora.
- PIMENTEL, António de Serpa, *Portugal Moderno*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, editor, 1896.
- PINTO, Paulo Sousa – “Os dias da História - Nascimento de Alexandre Herculano”, disponível em <https://ensina.rtp.pt/artigo/uma-biografia-de-alexandre-herculano/> consultado em 27/10/2022.
- PIO IX – “Silabus errorum”. In *Quanto Cura*. Disponível em <http://cordasursu.blogspot.com/2015/06/enciclica-quanta-cura-e-syllabus.html> consultado em 27/10/2022.
- PORTO EDITORA – “Conferências Democráticas do Casino Lisbonense”. In *Infopédia* [em linha]. Porto: Porto Editora. [consulta. 2023-01-28 17:09:03]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$conferencias-democraticas-do-casino-lisbonens](https://www.infopedia.pt/$conferencias-democraticas-do-casino-lisbonens)
- PROENÇA, Maria Cândida - *Uma História Concisa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.
- QUENTAL, Antero - *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*. Lisboa, Edições Tinta da China, 2008.
- QUENTAL, Antero de – “Carta de Antero de Quental a Teófilo Braga”. In *Obras Completas de Antero de Quental*. Lisboa, Editorial Comunicação, 1989, pp. 119-120.
- QUENTAL, Antero de - *Defesa da Carta Encyclica de Sua Santidade Pio IX contra a chamada opinião liberal. Considerações sobre este documento por...* Coimbra: Imprensa Litteraria, 1865.
- REIS, António do Carmo – *Nova História de Portugal*. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2005.

- REIS, Carlos - *As Conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- REPOSITÓRIO Literário* - 1834, número 1 de Novembro, p. 9
- REPOSITÓRIO Literário* (1834), “Introdução” ao n.º. 1, p. 1.
- REVISTA Universal Lisbonense*, de 21 de Abril de 1842.
- RIBEIRO, José Silvestre - *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos*, vol. VIII., Lisboa: Acad. Ciências, 1871.
- ROCHA, Filipe – *Fins e objetivos do sistema escolar português – 1.º período*. Aveiro: Paisagem Editora, 2017.
- RODRIGUES, Elvira & RODRIGUES João - Communicate with sense (s) in the XIX Century. In “Portugal: the emblematic 1852 year. In *Revista Internacional de Educação, Saúde e Ambiente*”. 2020, vol.3, n.4, pp. 30-48.
- RODRIGUES, João – *A Educação em “O Jornal O Panorama” Tomo I*. [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008,
- RODRIGUES, João – *A Educação na Revista O Panorama Tomo II* [tese de doutoramento]. Vila Real: UTAD, 2008.
- RODRIGUES, João – *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano - Tomo I*. Editor Mundis, 2021.
- RODRIGUES, João – *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano - Tomo II*. Editor Mundis, 2022.
- RODRIGUES, João.; RIBEIRO, Orquídea. & MOREIRA, Fernando. In Christoph Muller & Musser Ricarda (ed.) *Revistas Culturais no Mundo lusófono durante o século XIX* (2019: 13 – 37).
- RODRIGUES, João; MORAIS, Eustáquio & MOREIRA, Sara. “A Geração de 70 e as Conferências do Casino”. *ERAS - European Review of Artistic Studies*. Vol. 12 N 4 (2021), pp. 1-12.
- RODRIGUES, Manuel Augusto – “Problemática Religiosa em Portugal no século XIX, no Contexto Europeu”. In: *Revista Análise Social*, Vol. XVI, 1980, p.416;
- OLIVEIRA, Lucélia de – *Penaceia da dor: o espaço social português e os preceitos reformadores e anticlericais da “geração nova” de 1870*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013.
- SALGADO JÚNIOR, Antônio [1871] - *História das Conferências do Casino*. Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1930.
- SANT’ANNA, Benedita de Cassia Lima: “O Panorama (2837-1868): História de um Jornal”, UNESP (2009), pp. 236-239.
- SARAIVA, António José - *A Tertúlia Ocidental: Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós e Outros*, (2.ª edição revista). Lisboa: Grádiva, 1995.

- SARAIVA, José – *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Contraponto, 2021.
- SARAIVA, José H. - *História Concisa de Portugal*. Lisboa: Contraponto, 2021.
- SARAIVA, José Hermano de – *História de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa América, 1999.
- SEABRA, José – “Garrett e a liberdade na balança de Portugal e da Europa”. In *Vents du large* [en ligne]. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2002 (généré le 11 avril 2023). Disponible sur Internet: <http://books.openedition.org/psn/9654>>. ISBN: 9782379060076. Consultado 07/07/2023.
- SERRÃO Joel – “Sondagem Cultural à Sociedade Portuguesa de Cerca de 1870”. In *O Tempo e o Modo*, 1.<sup>a</sup> série, N.º 36, Março de 1966, pp. 329-333.
- SERRÃO, Joel – “Regeneração”. In *Dicionário de História de Portugal*, vol. V. Porto: Livraria Figueirinhas, 1967
- SILVA, Inocêncio - *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Tomo VII. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.
- SORIANO, S. J. da Luz - *História da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a história diplomática militar e política deste reino desde 1777 até 1834*. Tomo VI (terceira época), doc. N.º 156. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866 -1890. - 19 v.
- SOUSA, Pio Alves - *Patrologia Galaico-Lusitana*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2001.
- TOCQUEVILLE, Alexis de - *L’Ancien Régime et la Révolution*, vol. 4. Paris: Michel Levy, Librairie Editeurs, 1866.
- TORRES, de José – “Instrução Elementar”. In *O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo*. Vol. X, segundo da terceira série. (1853, n.º 35, p. 275).
- VALENTE, Vasco - *Portugal. Ensaio de história e política*. Lisboa. 2009.
- VASCONCELOS, Alves - *História de Portugal*. Porto: edições Allos, s/d.
- ZILLES, Urbano - “Concílio Vaticano I: A Igreja e o primado do Papa”. In *Perspectiva Teológica*. V. 2 n. 3 (1970) pp. 151-168.
- <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2543> Consultado em 04-06-2023.

## **7. Anexos**

Apresentam-se a seguir, e a título exemplificativo, a operacionalização do programa, bibliografia e avaliação no ano-letivo de 2020-2021, bem como uma pequena amostra do conjunto de materiais de apoio pedagógico-didático: tabelas bibliográficas de autores, mapas, esquemas explicativos e compreensivos de temáticas concretas, breves notas de apontamentos para acompanhamento em aula, e fornecidas aos estudantes, etc. Sublinhe-se que são apenas alguns exemplos entre dezenas de outros possíveis.

**Anexo I**  
**Programa**

**Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro**

**DEP.TO DE LETRAS ARTES E COMUNICAÇÃO**

**Licenciatura em Línguas Literaturas e Culturas**

**CULTURA PORTUGUESA - A CONTEMPORANEIDADE**

2º Ano

**PROGRAMA**

Docente: João B. Rodrigues  
E-mail: jbarto@utad.pt

Ano Letivo de 2021-2022  
1º Semestre, 4h/S

## **INTRODUÇÃO**

Questionamento da noção de ‘Contemporaneidade (período que vai de 1789 aos nossos dias) no âmbito de uma periodização convencional e histórica em que se situam as Ciências da Cultura, em geral, e as mesmas Ciências, em particular, no contexto português. A ‘Idade Contemporânea’ é ‘contemporânea’ em relação a quê? Pressupostos imprescindíveis da cultura para uma compreensão elaborada da sociedade contemporânea. Perspetiva geral do contexto geopolítico europeu e o posicionamento de Portugal e as suas consequências.

**1.** Princípios fundamentais do ideário liberal vintista e suas fontes. A conjugação de fatores favoráveis à consumação da Revolução: da conjuntura internacional favorável a iniciativas revolucionárias à consumação da Revolução de 1820. A importância da adesão do exército à causa da revolução liberal. O significado da Revolução Liberal no contexto e prolongamento da reação europeia contra o absolutismo que tinha imperado no continente europeu, ao longo do século XVIII. As invasões napoleónicas como causa de sentimentos contraditórios: a desconfiança nos desígnios da Revolução Francesa e o despertar do sentimento patriótico dos portugueses. A primeira reunião das Cortes e as primeiras medidas a serem tomadas: a consagração da liberdade de imprensa, a extinção dos direitos banais, a abolição da Inquisição, a concessão da amnistia aos presos políticos e ainda a decisão de compilar as leis, em novos códigos, um civil e um criminal. Da intimação que obrigou o rei a regressar a Portugal à elaboração de uma Constituição que presidisse aos destinos do país e que mantivesse a liberdade; a segurança e a propriedade de todo o cidadão. Linhas programáticas da nova Constituição. O regresso do Rei à Metrópole e o papel dos movimentos independentistas no Brasil.

**2.** A evolução do constitucionalismo: do primeiro liberalismo e do caminho das pedras. A contrarrevolução (Vila francada) e a tentativa do golpe de estado (abrilada). Morte e sucessão de D. João VI e o problema da sucessão. O regresso do absolutismo e a guerra civil (1832-1834)

**3.** O segundo liberalismo: entre as hostilidades do cartismo e do setembrismo. A revolução dos *arsenalistas* e as medidas tributárias de Costa Cabral. As revoltas populares.

**4.** Portugal nos caminhos da Regeneração: Garrett e a defesa da *legitimidade da revolução* e dos ideais vintistas. Herculano e o contributo do jornal *O Panorama*. O papel da imprensa.

**5.** O Ultramontanismo e as suas repercussões em Portugal.

**6.** Cultura e mentalidades: a geração de 70, a questão coimbrã e as conferências do casino.

**7.** O último império: Do ultimato inglês à implantação da República

Vila Real, 19 de Setembro de 2013

---

João Bartolomeu Rodrigues

## OBJECTIVOS

1. Identificar e situar no tempo as fontes, os temas, as correntes de pensamento e os autores fundamentais;
2. Aprofundar conhecimentos sobre as questões centrais da cultura e identidade portuguesa;
3. Alargar conhecimentos histórico-culturais sobre o oitocentismo português;
4. Percecionar o papel da imprensa no trânsito cultural em que então se viveu;
5. Desenvolver competências de pesquisa, reflexão crítica, análise, organização e apresentação de ideias.

## **METODOLOGIA E AVALIAÇÃO**

Em função da natureza reflexiva da disciplina Cultura Portuguesa: A Contemporaneidade, haverá aulas de exposição e introdução aos temas e autores, e aulas de teor prático com interpretação de textos, comentário, diálogo, esclarecimento de dúvidas e debate com os alunos. Nestas aulas haverá forte vinculação à análise textual, ao reconhecimento, nos textos, dos autores, dos temas e do contexto histórico daqueles.

A classificação final terá em conta a conjugação dos seguintes elementos: duas provas de frequência, a 1<sup>a</sup><sup>239</sup> no dia 11 de Novembro e a 2<sup>a</sup> no dia 13 de Janeiro (valem 30% cada), e a realização de um trabalho de investigação, original, sobre um texto de um autor contemporâneo, e apresentar por escrito (a entregar até dia 13 de Janeiro) e a defender oralmente (na semana de 20 a 24 de Janeiro), na presença dos colegas e dos dois docentes, juntamente com o qual serão ponderados a assiduidade, a participação, a qualidade oralidade, o interesse manifesto, o cuidado posto no estudo e na preparação de tarefas cometidas (40%).

Quem, tendo prestado alguma prova e, por razão bastante, não concluir o processo de avaliação de frequência, irá a exame final. A nota mínima de acesso a este é de 6 valores. Dos alunos de quem não haja qualquer elemento de avaliação ou não haja notícia ao longo do semestre (presencialidade, frequência, contacto com o docente, ...) serão excluídos de todo o processo de avaliação.

## **BIBLIOGRAFIA**

*(Outra Bibliografia específica irá sendo indicada durante a leção)*

### **Obras base para seguir a disciplina**

FERREIRA, Alberto - *Estudos de Cultura Portuguesa (Século XIX)*. Porto/Lisboa: Litexa Editora, 1998.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Monarquia Constitucional 1807-1910*. Alfragide: Texto Editora, 2010.

---

<sup>239</sup> Esta prova é da nossa inteira responsabilidade e abrange os conteúdos sobre os quais recai este Relatório. A segunda frequência é da inteira responsabilidade do outro docente e incide sobre os séculos XX e XXI.

## Textos de autor

RODRIGUES, João – *A Educação na Revista O Panorama* - Tomo I. [Tese de doutoramento em Ciências da Educação]. Vila Real: UTAD, 2008.

RODRIGUES, João – *A Educação na Revista O Panorama* -Tomo II [tese de doutoramento]. Vila Real: UTAD, 2008.

RODRIGUES, João – *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano* - Tomo I. Editor Mundis, 2021.

RODRIGUES, João – *Antologia de Textos Inéditos de Alexandre Herculano* - Tomo II. Editor Mundis, 2022.

RODRIGUES, João.; RIBEIRO, Orquídea. & MOREIRA, Fernando. In Christoph Muller & Musser Ricarda (ed.) *Revistas Culturais no Mundo lusófono durante o século XIX* (2019: 13 – 37).

RODRIGUES, João; MORAIS, Eustáquio & MOREIRA, Sara. “A Geração de 70 e as Conferências do Casino”. *ERAS - European Review of Artistic Studies*. Vol. 12 N 4 (2021), pp. 1-12.

## Outros Estudos:

ARANHA, Brito & BRITO, Gomes de – *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo XXI. Lisboa, 1914.

BAPTISTA, Jacinto, *Alexandre Herculano Jornalista*. Amadora: Livraria Bertrand, 1977.

JUNIOR, António, Salgado – *História das Conferências do Casino*. Lisboa, 1930.

PIMENTEL, António de Serpa - *Portugal Moderno*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, editor, 1896.

VALENTE, Vasco - *Portugal. Ensaios de História e Política*. Lisboa. 2009.

**N.B. – Aconselha-se vivamente a leitura dos artigos relativos aos autores / temas a estudar, no Dicionário da História de Portugal, direção de Joel Serrão. Lisboa: Iniciativas editoriais.**

## Breves vídeos para serem visionados em casa pelos alunos

A Independência do Brasil narrada pelos arquivos

[A Independência do Brasil narrada pelos arquivos \(2022\) - YouTube](#)

O Grito de Ipiranga

[Independência do Brasil - Grito do Ipiranga/ Observatório da Imprensa - YouTube](#)

*Acto adicional da Carta Constitucional*

[ACTO ADICIONAL DA CARTA CONSTITUCIONAL - YouTube](#)

Restauração da *Carta Constitucional*/Revolta da Maria da Fonte

[200 anos de Parlamento | Episódio 5 - Restauração da Carta Constitucional/Revolta da Maria da Fonte - YouTube](#)

Conferência de Berlim

<http://ensina.rtp.pt/artigo/a-conferencia-de-berlim/>

31 de janeiro reconstituição

<http://estoriasdahistoria12.blogspot.com/2019/01/31-de-janeiro-de-1891revolta.html>

31 de Janeiro.1891 - A revolta republicana (7m)

<https://www.youtube.com/watch?v=w20n5pVxg6g>

5 minutos 31 de janeiro reconstituição

[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=272&v=V63DzSTEzbQ](https://www.youtube.com/watch?time_continue=272&v=V63DzSTEzbQ)

A revolução de 5 de outubro

<https://www.youtube.com/watch?v=qix7XPtZWxI&t=212s>

**Anexo II**  
**Prova Escrita - 1ª Frequência**

**UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO**  
**Licenciatura em Línguas, Literatura e Culturas**

**Cultura Portuguesa: a Contemporaneidade**

**I<sup>e</sup>**

**Responda às questões:**

(12,5 valores)

- a)** *E eu pergunto aos economistas políticos, aos moralistas, se calcularam o número de indivíduos que é necessário condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infância, à ignorância, à desgraça invencível, à penúria absoluta, para produzir um rico.*

**Almeida Garrett**

- Esta frase de Almeida Garrett expressa bem, de forma crua, a linha do pensamento liberal e romântico, de que ele, juntamente com Alexandre Herculano, foi um dos maiores paladinos. Exponha, num breve texto, as principais ações do regime liberal português (1820-1851), particularmente na vertente sociocultural.

- b)** É reconhecida a importância que, em termos culturais, a denominada *Questão Coimbrã* e, depois, as *Conferências do Casino Lisbonense* tiveram na sociedade portuguesa durante o período da Regeneração.

- Identifique os principais protagonistas desses dois acontecimentos polémicos e qual a ação que pretendiam protagonizar na sociedade do seu tempo.

- c)** Sobre o Ultimato Inglês de 1890 que provocou, sem dúvida, um exacerbamento do sentimento nacionalista/patriótico em Portugal, escreveu Eça de Queirós:

*Bradar nas ruas contra a Inglaterra, elaborar manifestos, fundar comissões, agitar archotes, desfraldar bandeiras, abater tabuletas, não nos parecem na verdade os modos dum povo, que sob o impulso do patriotismo, se prepara para a regeneração: antes se nos afiguram os modos de um povo que, através do patriotismo se está educando para a insurreição.*

Por seu lado, o republicano Basílio Teles considerou o Ultimato

*(...) o acontecimento mais considerável que, desde as invasões napoleónicas, abalou a sociedade portuguesa (...) este dia valeu séculos: este momento, à semelhança de outros que conhecemos da História, resumiu, na sua intensa*

*brevidade, todo um passado doloroso, e esboçou, numa forma indecisa, o segredo dum futuro perturbante.*

Guerra Junqueiro, na sua obra *Finis Patriae*, acusava:

*Ó cínica Inglaterra, ó bêbada impudente // Que tens levado, tu, ao negro e à escravidão?*

- Que comentários lhe merecem estas afirmações?

## **IIº**


### **Responda de forma breve:**

(7,5 valores)

- a)** Refira, de forma breve, o contributo da imprensa (clandestina e livre) para implementar e estabelecer o liberalismo em Portugal.
- b)** Refira as aceções em que a Regeneração pode ser entendida.
- c)** Por que razão a Constituição de 1822 não agradou a tanta gente, apesar do seu carácter progressista?

*Vila Real , 11 de Novembro de 2021*

**Anexo III**  
**Exame Final**

	<b>UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO</b> <b>Departamento de Letras, Artes e Comunicação</b> <b>Línguas, Literaturas e Culturas</b>	<b>EXAME</b>  <b>10.02.2021</b>
---	--	---------------------------------------

**LÍNGUAS, LITERATURAS E CULTURAS**

**Responda às seguintes questões:**

(4 valores cada)

- a)** Explique de forma clara e concisa as diferenças entre a *Constituição de 1822* e a *Carta Constitucional* outorgada por D. Pedro IV, **explicitando** o significado político e social de cada um dos documentos (*in re*).
- b)** Elabore uma breve exposição, mostrando o caráter regenerador do jornal O PANORAMA. Não se esqueça de evidenciar a convergência dos três referentes: Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, o seu órgão jornalístico *O Panorama* e a nomeação de Alexandre Herculano como diretor e principal redator.
- c)** O ultramontanismo gerou um conjunto de tensões entre a Igreja e os estados católicos. Refira-se à receção do documento “Syllabus Errorum” na cultura Portuguesa, destacando as posições de Alexandre Herculano e de Antero de Quental.
- d)** *A 1ª República foi um período de grande efervescência artística e de debate de ideias.*

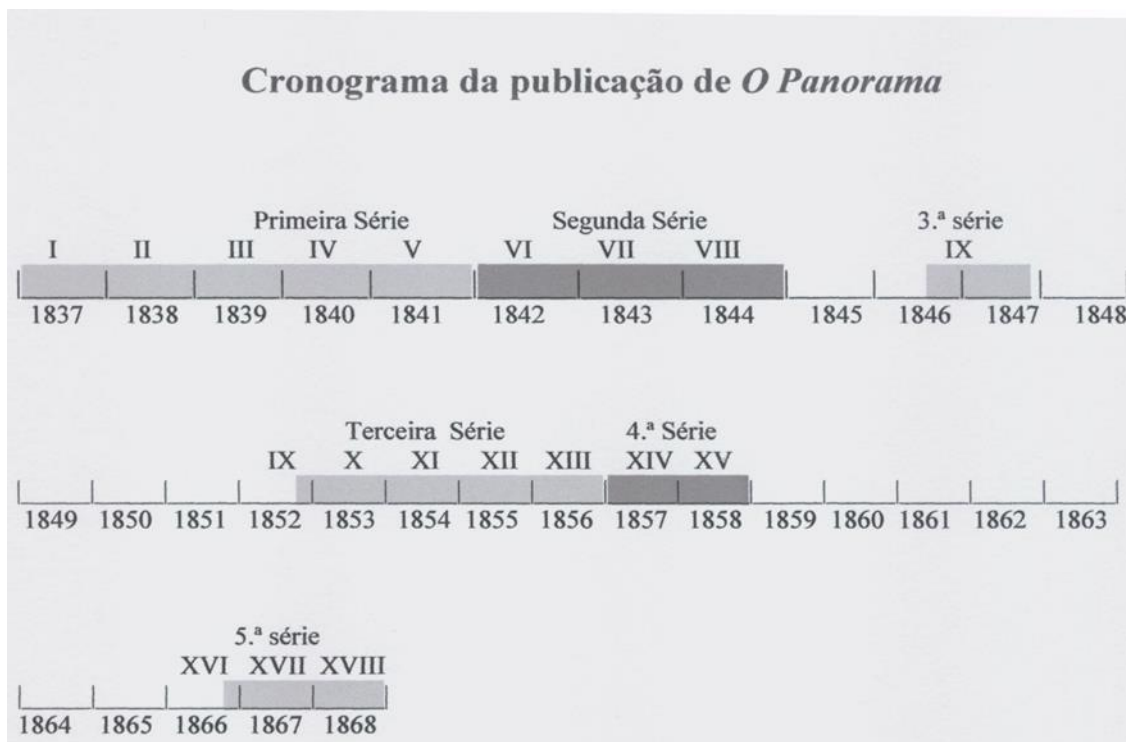
Considerando esta afirmação, refira-se ao papel desempenhado nesse debate pela revista ORPHEU e pelo movimento RENASCENÇA PORTUGUESA, liderados por Fernando Pessoa e Teixeira de Pascoaes.

- e)** *A Exposição do Mundo Português merece ser considerada uma das grandes iniciativas político-culturais do Estado Novo, em razão dos meios empregues e do significado ideológico que lhe estava subjacente. Decorreu em 1940, no contexto de uma dupla comemoração: oito séculos depois de 1140, data entendida como a da independência nacional, e três séculos passados sobre a Restauração.* (Diana Mota)

À luz do programa da UC comente a afirmação da autora.

*Vila Real, 10 de fevereiro de 2021*

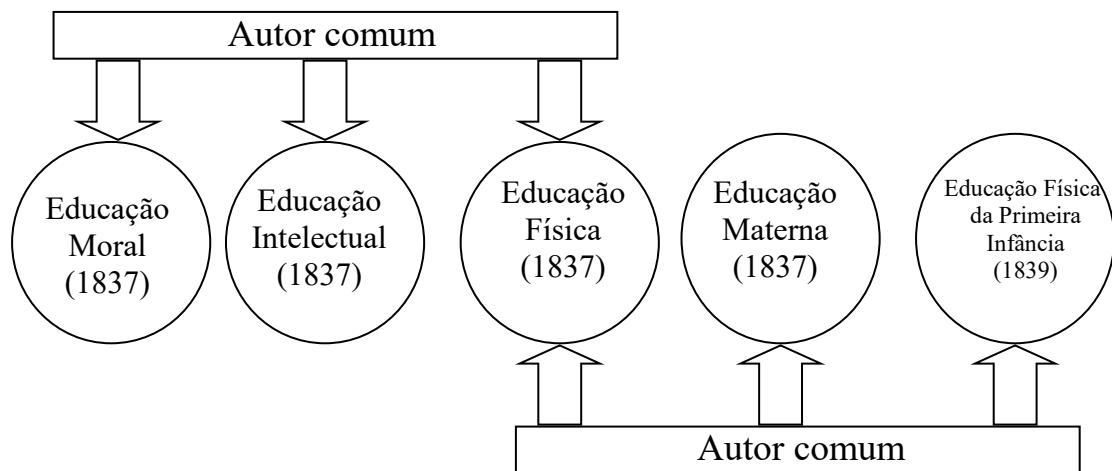
**Anexo IV**  
**Cronograma**



## Anexo V

Ideias	Textos/ano								
	Da Educação. Física	Instrução Popular	Educação Materna	Da Educação Intelectual	Educação Moral	O século - Educação - Asilos de Primeira Infância	Da Educação e Instrução das Classes Laboriosas	A Educação e o Estado	Educação física da Primeira Infância
	1837	1837	1837	1837	1837	1838	1838	1839	1839
O homem é como uma tabula rasa, onde tudo, bom e mau se regista	Sim			Sim		Sim			Sim
De pequenino se torce o pepino.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
A presente geração está condenada: a regeneração só para a futura.						Sim	Sim	Sim	
Referência explícita a Pestalozzi, ou implícita ao seu pensamento: - família, religião e a lei. - <i>res non verba</i> na educação; - espírito materno pedagógico - A educação da arte (o desenho e a atividade intuitiva); - Sentimento, intelecto e gosto prático construtivo (molas fundamentais do agir) - A educação ético-religiosa. - Educação pelo trabalho	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		Sim
A importância da amamentação	Sim		Sim						Sim
Mens sana in corpore sano: o trabalho é o ócio da leitura e vice-versa.	Sim	Sim					Sim		Sim
Denúncia dos falsos receios da educação e a defesa acérrima da instrução popular.		Sim	Sim			Sim	Sim	Sim	Sim
Ideologia de Herculano: - católico - anticlerical - acérrimo anti jesuíta - incisões bíblicas		Sim	Sim			Sim	Sim		
Referência a outros artigos,	Sim (1) (3)		Sim (3)	Sim (1)	Sim (1)	Sim (2)		Sim (2)	Sim (3)
A consistência externa (textos já identificados por outros autores).		Sim					Sim		
<p>(1) Indicação explícita da mesma autoria            (2) O autor do artigo <i>A educação e o estado</i>, refere ser o autor do artigo “Asilos de Primeira Infância”            (3) Este ponto merecia formar uma linha independente, quer pela frequência com que aparece nos textos, quer pela radicalidade do autor ao defender que só a mulher pode ser uma boa educadora: o homem pelo contrário, perverte os tenros corações. Fizemos esta opção, porque é um ponto central da pedagogia de Pestalozzi.</p>									

## Anexo VI



# O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO

DA

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Utis.

1.]

PUBLICADO TODOS OS SABBADOS.

[MAIO 6, 1837.]

## INTRODUÇÃO.

De todas as coisas que se offerecem ao homem para lhe recrear os momentos de ocio, é a leitura talvez a mais aprazivel, e seguramente a mais proveitosa. Sem quebrar o seu repouso domestico, sem vaguear pelas ondas do oceano, ou trilhar peregrino as sendas e desvios de paizes remotos, diante de seus olhos se corre o panno á scena do mundo passado e presente, e do mundo da sciencia e da arte: trava conversação com as personagens mais distinctas de todas as epochas, e com os mais nobres engenheiros de todas as idades: tracta as intelligencias dos diversos paizes, e bebe a largos tragos na taça da sabedoria. Cidadão de todas as republicas, membro de qualquer sociedade, contemporaneo de qualquer seculo, só o homem dado á leitura pôde com verdade dizer que para elle foi o Universo creado.

Os antigos inventaram uma grande variedade de jogos publicos, para nellos gastarem as horas que não consagravam aos negocios do estado, ou aos interesses privados. Nasceram assim os combates do circo, os theatros, as naumachias, e tantos outros espectaculos, que attrahiam a attenção do povo desocupado. Faltava aos antigos a leitura; porque, ignorando a arte do multiplicar as copias dos livros, estes não podiam ser populares, e ficavam só ao alcance dos abastados, ou dos sabios, que faziam do estudo o emprego da sua vida. Por esta causa a civilização grega e romana foi mui diversa da que hoje encontramos no meio das naçoens modernas da Europa. Nos dois grandes povos da antiguidade a policia era mais apparente do que intima; mais tendente a afformosear, por assim dizermos, o aspecto da sociedade, do que a melhorar o caracter moral do homem, e a cultivar-lhe a intelligencia. Os preceitos da Philosophia, os descobrimentos das sciencias, eram guardados no seio dos lyceus e escholhas, como um thesouro, cujas riquezas não revertiam em beneficio commum. Por esta arte volveram muitos seculos; as naçoens surgiram umas apoz outras, e a barbaria estava no amago da vida humana, posto que esta parecesse muitas vezes aperfeiçoar-se, e que a gloria e o luxo tornasse brilhante a passagem de muitas raças pela face da terra.

Assim o Grego era supersticioso, cruel, e refalsado; em cada phenomeno extraordinario da natureza via a colera dos numes; e sem pudor condenava o virtuoso em odio da virtude: assim o Romano batia as palmas vendo correr no circo o sangue dos gladiadores, ou fazia combater seus escravos junto ás mesas dos banquetes e da prostituição, para lhe alegrarem a alma feroz com o espectáculo das feridas: e, republicano orgulhoso, o simples cidadão de Roma era mais rico de tyrannias do que o despota mais barbaro das regioens da Asia.

Nasceu o christianismo, cujo objecto era reformar os costumes: mas os seus effeitos beneficos o foram quasi só para o coração do homem. Dahi proveio que o imperio da ignorancia popular não foi destruido, antes augmentou no meio das espantosas revoluçoens que passaram por essas eras. A idade media veio de-

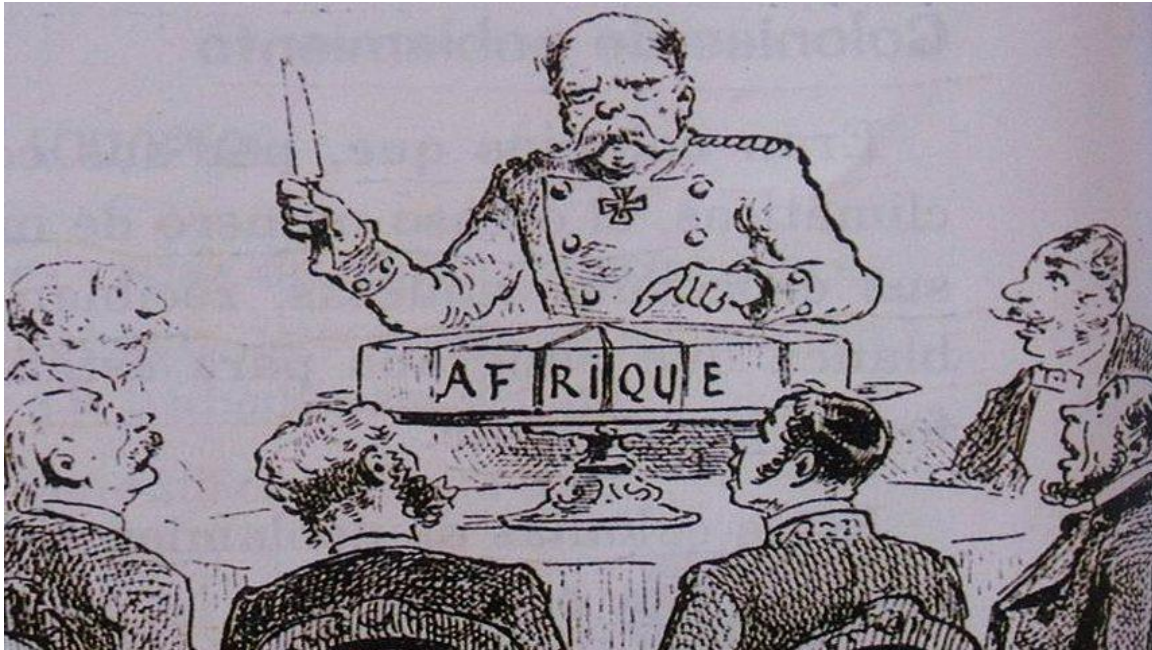
pois, bella e sublime em todos os costumes gerados pela religião do Evangelho, porém monstruosa e selvagem em todos os usos e habitos que nasciam das idéas de povos embrutecidos.

Foi a arte da Impressão, inventada no meado do XV seculo, que deu principio á epocha da verdadeira civilização. A sciencia até então era como a fonte pobre, que jorrando em um lago fechado, ali morre e se esvae pela terra, sem ser util ás veigas visinhas: com a invenção da typographia, porém, pouco e pouco se tornou manancial abundante, transpoz as margens, e correndo semelhante a rio caudal, fertilizou e cubriu de viço os campos da vida. O saber rasgou o seu véo de mysterio, e o homem, a quem a consciencia revelava um futuro de gloria litteraria, não deixou mais passar esta voz como a recordação de um sonho. Os livros em breve se multiplicaram por tal modo, que em menos de um seculo os volumes sahidos dos diversos prelos da Europa subiam ao numero de milhoens, e pôde-se conceber até que ponto terão hoje augmentado, se nos lembrarmos que só os impressos nesta parte do mundo que habitamos, montam annualmente a mais de cincoenta mil obras diversas, multiplicadas por milhares de copias. Bella é por certo a historia dos progressos da intelligencia, que em tão curto espaço tentámos boquejar: mas, força é dizê-lo, a riqueza nos tornou pobres. Os descobrimentos, as invençoens, e a meditação do genio, do talento, ou do estudo, nem sempre poderam seguir de par os progressos da arte de escrever. Muitas coisas inúteis e até damnosas se publicaram: milhares de escriptores vestiram por molde seu alheias concepçoens; millhares nos deram volumes abundantes de palavras e quasi ermos de idéas. Por outra parte, as observaçoens e as theorias ácerca de qualquer ramo dos conhecimentos humanos vieram umas apoz outras: cada uma destas variedades ou mudanças foi representada por um ou por muitos livros, e sem receio podemos affirmar que hoje a ninguem é dado nem sequer o examinar os escriptos que existem ácerca de uma sciencia só, quanto mais tentar instruir-se na totalidade dellas. No seculo XIX a existencia de um Aristoteles seria absolutamente impossivel.

Daqui se originou o caracter particular da civilização litteraria do nosso seculo: a individualidade quasi desapareceu no imperio do saber; as sciencias concatenaram-se estreitamente, e os homens superiores ao genero-humano, que achamos na antiguidade, como Platão e Cicero, não podem surgir no meio de nós: a instrução é só uma; quem a possui é sómente a humanidade. Que sabio ousaria alevantar-se no meio da grande familia europea, e dizer ás intelligencias: “vinde escutar-me, que eu serei vosso mestre?”

Neste estado, pois, da illustração e do progresso, o que mais importa é o dilatar por todas as naçoens, e introduzir em todas as classes da sociedade o amor da instrução; porque este é o espirito do nosso tempo, e porque esta tendencia é generosa e util.

Anexo VIII  
Conferência de Berlim



## Anexo IX

<b>Listagem dos periódicos referidos ao longo deste Relatório</b>	
1. <i>Jornal “O Panorama 1837, 1838, 1839, 1841, 1843, 1844, 1846, 1854, 1866, 1868</i>	1. <i>Jornal da Associação Industrial Portuense</i>
2. <i>Revista Portuguesa,</i>	2. <i>Artista (O)</i>
3. <i>O Português</i>	3. <i>Aurora</i>
4. <i>O Cronista</i>	4. <i>Baratíssimo (O)</i>
5. <i>Chaveci Liberal, jornal lusitano</i>	5. <i>Bardo (O)</i>
6. <i>O Percursor</i>	6. <i>Beneficiencia (A)</i>
7. <i>Diário das Cortes</i>	7. <i>Boletim do Ministerio das Obras Publicas, Comercio e Industria</i>
8. <i>Revista Portuguesa da História</i>	8. <i>Campeão do Vouga (O)</i>
9. <i>Revista Garrafa,</i>	9. <i>Christianismo (O)</i>
10. <i>Almanaque do crime português</i>	10. <i>Derriço (O)</i>
11. <i>Revista Universal Lisbonense</i>	11. <i>Entre – Acto (O)</i>
12. <i>Repositório Literário</i>	12. <i>Derriço (O)</i>
13. <i>Os Annaes</i>	13. <i>Escholiste (O)</i>
14. <i>Diário do Governo</i>	14. <i>Esperança</i>
15. <i>Le Musée des Familles</i>	15. <i>Eu, Tu e Elle</i>
16. <i>O Penny Magazine</i>	16. <i>Gil Vicente</i>
17. <i>Almanaque Luso-Brasileiro para o ano de 1879</i>	17. <i>Globo (O)</i>
18. <i>Zodiaco Medico-Portuguez ou Lusitano-Delfico</i>	18. <i>Homem (O)</i>
19. <i>Gazeta Litteraria</i>	19. <i>Ilha (A)</i>
20. <i>Diario Universal de Medicina, Cirurgia, Pharmacia,</i>	20. <i>Ilustração (A)</i>
21. <i>Anno Medico em 1792</i>	21. <i>Imprensa (A)</i>
22. <i>Diário Nacional</i>	22. <i>Instituto (O)</i>
23. <i>O Periódico dos Pobres do Porto</i>	23. <i>Iris (O)</i>
24. <i>O Setembrista</i>	24. <i>Janota Critico (O)</i>
25. <i>– O Nacional</i>	25. <i>Almanaque Português</i>
26. <i>A Vedeta da Liberdade</i>	26. <i>Jornal dos Operários</i>
27. <i>O Cidadão Filantrópico</i>	27. <i>Justiça (A)</i>
28. <i>O Artilheiro</i>	28. <i>Ordem (A)</i>
29. <i>O Atleta de 1836-1837</i>	29. <i>Paquete Comercial</i>
30. <i>A Revista Jurídica</i>	30. <i>Península</i>
31. <i>O Curioso</i>	31. <i>Pobres na Terceira</i>
32. <i>O Progressista</i>	32. <i>Postilhão (O)</i>
33. <i>A Estrela do Norte</i>	33. <i>Progresso Industrial (O)</i>
34. <i>O Ecco Popular</i>	34. <i>Revue Lusitannienne</i>
35. <i>Revolução de Setembro</i>	35. <i>Seringação (A)</i>
36. <i>Jornal do Comércio</i>	
37. <i>o Comércio do Porto</i>	
38. <i>Diário de Notícias</i>	
39. <i>República – jornal da democracia portuguesa</i>	
40. <i>Revista Ocidental</i>	
41. <i>O pensamento Social</i>	
42. <i>A Revolução de Setembro</i>	

A Conferência de Berlim foi uma cimeira convocada pelo chanceler alemão Otto von Bismarck e que juntou nesta cidade os representantes de diversas potências europeias entre 15 de novembro de 1884 e 15 de fevereiro do ano seguinte.

Estiveram presentes delegados de 14 países, incluindo o Império Otomano, a Rússia e os Estados Unidos da América, devido à sua importância na cena política internacional. O principal objetivo da conferência era o de coordenar os diversos projetos de exploração e ocupação do continente africano, prevenindo conflitos ou tensões entre as várias potências



- Por que foi necessário convocar esta cimeira?

As principais potências europeias lançaram-se, nas últimas décadas do século XIX, numa corrida pela exploração de África, que permanecia, até essa altura, um continente desconhecido e inexplorado. Essa corrida era feita de forma caótica, mediante a ocupação da linha de costa e o envio de missões ditas “civilizadoras” pelo interior do continente.

Em causa estavam, naturalmente, razões económicas e geopolíticas, de exploração de recursos, criação de novos mercados e expansão colonial das várias potências, que ora competiam, ora colaboravam entre si. Além disso, o surgimento de novas ambições coloniais, nomeadamente por parte da Bélgica e da Alemanha, agravou o risco de agravamento das tensões e de surgimento de novos conflitos.

A realização de uma conferência foi sugerida pela Inglaterra e por Portugal como forma de resolver os problemas e de elaborar uma partilha de África por meio da diplomacia e do consenso entre as diversas potências envolvidas.

## Que consequências teve a Conferência?

A Conferência de Berlim foi um momento decisivo do processo de expansão da Europa e do seu domínio sobre o continente africano. Em termos práticos, as potências dividiram o continente entre si, à revelia dos interesses ou das especificidades dos reinos e das populações africanas

O chamado “**princípio da posse efetiva**”, ou seja, uma potência só poderia reclamar o controle de uma determinada região se essa posse fosse real, no terreno. Outros direitos, como os direitos históricos que Portugal reclamava sobre várias regiões de África, deixaram de ter validade

A Conferência abriu, portanto, as portas ao lançamento desenfreado de projetos coloniais em África, com efeitos dramáticos: trinta anos mais tarde, praticamente todo o continente africano estava sob domínio colonial ou estrangeiro, com exceção da Etiópia e da Libéria. O seu impacto foi profundo e duradouro e mantém-se ainda nos nossos dias, após a descolonização e o surgimento de nações africanas independentes.

## Conclusão

Para os países que não concordaram com as resoluções da Conferência de Berlim, o que aí ficou estabelecido acabou por motivar a eclosão da 1ª Guerra Mundial. Dos participantes, a Alemanha foi a que se sentiu mais descontente.

Mas é de nossa opinião que esta conferência mudou de certa maneira o rumo do mundo tal como o conhecemos. Como seria este se isto não tivesse acontecido? Portugal, seria o mesmo? Nunca saberemos a resposta.

## Anexo VIII

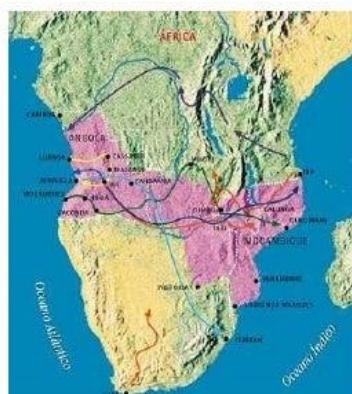
### Mapa cor-de-rosa e ultimatum



### O mapa cor de rosa

*Mapa Cor-de-Rosa* foi o nome dado ao mapa representativo da pretensão de Portugal a exercer soberania sobre os territórios entre Angola e Moçambique numa vasta faixa de território que ligava o Oceano Atlântico ao Índico.

Terá sido desenhado em 1886, e tornado público um ano depois.





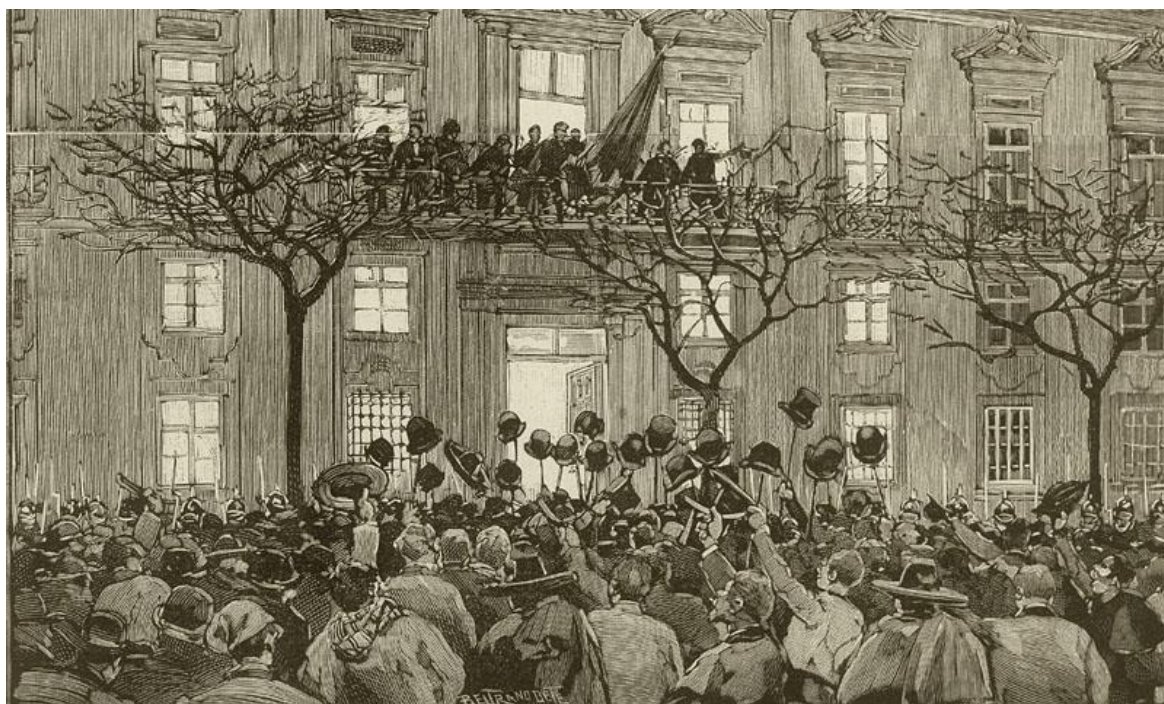
# A QUESTÃO INGLEZA



Cada vez se torce mais.

## Anexo IX

### A Revolução de 31 de janeiro



Fontes: *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão, vol. III “Trinta e Um de Janeiro de 1891”.  
In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013.

# O PANORAMA.

JORNAL LITTERARIO E INSTRUCTIVO

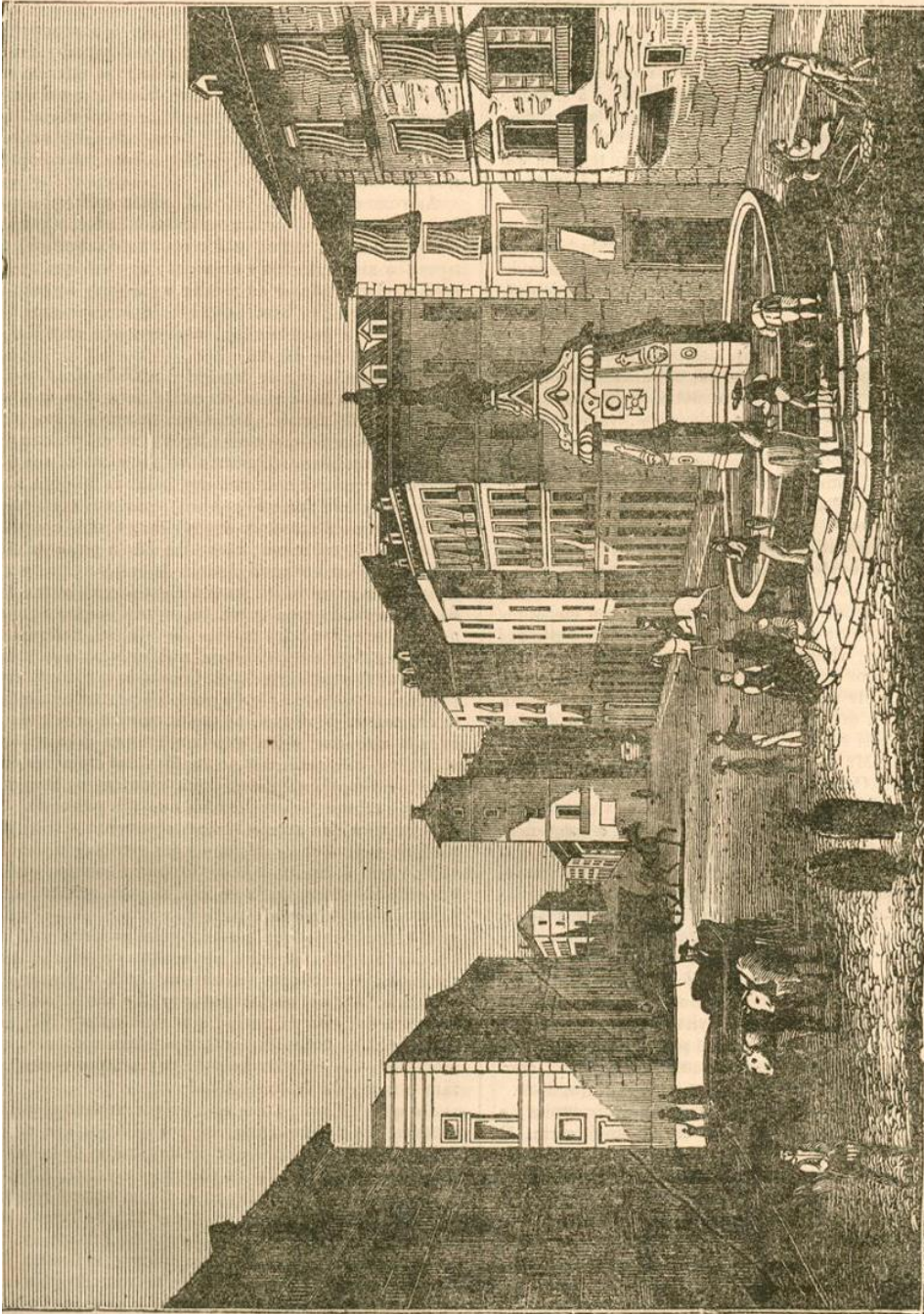
DA

Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis.

3.

PUBLICADO TODOS OS SABBADOS.

MAIO 20, 1837.



VISTA DA CALLE MAIOR E DA FONTE DO BOM SUCESSO EM MADRID.